

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FERNANDA JUNIA DORNELA

**NARRATIVAS DE TRABALHADORAS RURAIS NA CAFEICULTURA DA REGIÃO
DO CERRADO MINEIRO: EXPLORANDO AS FISSURAS DO COLONIALISMO**

UBERLÂNDIA
2018

FERNANDA JUNIA DORNELA

**NARRATIVAS DE TRABALHADORAS RURAIS NA CAFEICULTURA DA REGIÃO
DO CERRADO MINEIRO: EXPLORANDO AS FISSURAS DO COLONIALISMO**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Organização e Mudança

Orientadora: Profa. Dra. Cintia R. O. Medeiros

UBERLÂNDIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D713n Dornela, Fernanda Junia, 1992-
2018 Narrativas de trabalhadoras rurais na cafeicultura da região do cerrado mineiro [recurso eletrônico] : explorando as fissuras do colonialismo / Fernanda Junia Dornela. - 2018.

Orientadora: Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Administração.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1350>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Administração. 2. Trabalhadoras rurais. 3. Café - Cultivo. 4. Pós-colonialismo. I. Medeiros, Cíntia Rodrigues de Oliveira. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 658

FERNANDA JUNIA DORNELA

**NARRATIVAS DE TRABALHADORAS RURAIS NA CAFEICULTURA DA REGIÃO
DO CERRADO MINEIRO: EXPLORANDO AS FISSURAS DO COLONIALISMO**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Administração.

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2018

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros – Orientadora
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior
Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Raquel Santos Soares Menezes
Universidade Federal de Viçosa

*À minha mãe
À minha avó
E minhas tias
Mulheres batalhadoras e guerreiras
Que sempre se dedicaram ao trabalho rural
A vocês toda o meu orgulho e admiração*

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa está prestes a ser encerrada e sinto um misto de alegria, esperanças quanto ao futuro e gratidão àquelas pessoas que estiveram ao meu lado durante estes dois anos. Meus queridos pais, Dalva e Deico, meu sonho não estaria prestes a se realizar se não fosse o apoio e amor incondicional de vocês. Não foi fácil viver em uma cidade longe de todos aqueles e aquelas que amo, mas, como minha mãe sempre me dizia: “Calma, minha filha! Vai passar rápido e valerá a pena”... A senhora estava certa, valeu muito a pena cada sacrifício, valeu a pena “Viver a tese!”. Ao meu noivo, Diogo, obrigada pela compreensão, apoio e amor.

Querido Prof. Valdir, se não fosse sua humanidade e por ter acreditado que eu conseguiria, a possibilidade de me tornar mestre não estaria tão próxima. Mais uma vez, obrigada pela oportunidade e confiança! Serei sempre grata a você! Minha querida orientadora, Profa. Cintia, faltam palavras para descrever todo carinho e admiração que sinto por você. Como já lhe disse algumas vezes, se algum dia eu conseguir ser para meus futuros alunos 1% do que você é para nós, estarei muito realizada. Obrigada por ter me guiado pelos caminhos percorridos nesta pesquisa, por todo carinho, atenção, amizade, apoio e liberdade. Obrigada por ter contribuído para meu crescimento pessoal e profissional ao longo destes dois anos!

À Juliana, secretária do PPGA/FAGEN, obrigada por todo auxílio e prontidão para nos ajudar. Aos demais professores e professoras do programa que tive a honra de ser aluna: Prof. André, Profa. Verônica e Profa. Jacqueline, obrigada pelos ensinamentos e por compartilhar com tanto carinho o conhecimento de vocês.

Colegas do mestrado, obrigada pela convivência, amizade e trocas de experiências, seja em sala de aula ou no laboratório. Meu agradecimento especial à Maízy, amiga e colega, desde o ensino médio, e, mais do que especial é o meu agradecimento à Larissa! Amiga, colega de mestrado e “companheira de coca-cola”, uma estrela com um brilho inigualável que hoje resplandece no céu! A saudade é grande! Aprendi muito com você em vida, e sempre admirei aquele sorriso lindo que nunca saía do seu rosto. Nunca me esquecerei do nosso último abraço, no seu último dia de vida, e você dizendo: “Vai com Deus, Fer!” E depois da sua partida você continua me ensinando ... ensinando, principalmente, a valorizar as pequenas coisas, porque tudo é muito passageiro, ninguém sabe o dia de amanhã, então devemos amar mais, sorrir mais, tentar tornar a vida mais leve ... Obrigada, Larissa! Sempre me lembrarei de você com muito carinho e admiração!

Membros da banca: Prof. Dr. Valdir Valadão; Profa. Dra. Raquel Menezes, e Profa. Juliana Teixeira, agradeço terem aceito o convite e as valiosas contribuições dadas durante a qualificação e, agora, na defesa.

Por fim, agradeço às mulheres trabalhadoras rurais que ganharam ainda mais meu respeito e admiração. Obrigada por terem aceito o convite para participarem desta pesquisa, conhecer a trajetória e o dia a dia de vocês fizeram de mim uma mulher diferente!

Obrigada a todos aqueles e aquelas que trilharam comigo este caminho!

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é analisar como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais, na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro. A noção de gêneros que adotamos é defendida na perspectiva pós-colonial, nos possibilitando identificar, compreender e tentar desconstruir as relações sociais desiguais vivenciadas por essas trabalhadoras rurais, que são resultantes de construções sociais, tendo como base as diferenças sexuais, culturais, raciais e de classes sociais. A perspectiva pós-colonial teoriza sobre posições e as relações de sujeitos heterogêneos, como mulheres e mulheres negras, que se mostram divergentes das imagens raciais e de gêneros produzidas pelo conhecimento ocidental (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Por meio dessa abordagem, é possível criar um espaço para que os grupos considerados subalternos, que vivem em condições de silêncio, sendo legitimados por outras pessoas que assumem seus lugares nos espaços públicos, falem por si (SPIVAK, 2010). Dessa forma, buscamos criar, por meio dessa dissertação, um espaço para que as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro pudessem falar por si, contando suas trajetórias, experiências e expectativas. Esta pesquisa é de natureza empírica, classificada, respectivamente, quanto aos objetivos e abordagem, como descritiva e qualitativa, estando situada na matriz proposta por Alvesson e Deetz (1999) no quadrante dos Estudos Dialógicos. O material empírico analisado por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD), utilizando o modelo tridimensional de Fairclough (2001), consiste em entrevistas narrativas realizadas com 14 trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, aqui representada pelos municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo. As análises realizadas estão em torno de três configurações presentes nas relações de gêneros, definidas com base nas principais questões discutidas na teoria pós-colonial: Identidades; Desigualdades e Colonialidade. Em conjunto, as análises das narrativas das trabalhadoras rurais entrevistadas nos permitiu explorar as fissuras do colonialismo presentes nas relações e contextos em que elas estão inseridas. Essas análises sugerem que as relações de gêneros são manifestadas por meio de heranças do colonialismo que estigmatizam as entrevistadas; desigualdades; diferenças de gêneros, raças e classes sociais, estando presentes nos contextos do trabalho; ambientes domésticos e sociedade. Esses resultados encontrados estão naturalizados e incorporados nas práticas discursivas e sociais das trabalhadoras rurais entrevistadas. Entendemos, portanto, que as relações de gêneros abordadas neste trabalho permanecem sobre a influência do poder que a sociedade, homens e mulheres exercem sobre outras mulheres, representando uma herança do colonialismo.

Palavras-chave: Trabalhadoras Rurais. Cafeicultura. Relações de gêneros. Teoria pós-colonial

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze how gender relations are manifested in the narratives of rural women workers in coffee production in the Cerrado Mineiro Region. The notion of genders we adopt is defended in a postcolonial perspective, enabling us to identify, understand and try to disrupt the unequal social relations experienced by these rural workers, which are the result of social constructions, based on sexual, cultural, racial and ethnic differences. of social classes. The postcolonial perspective theorizes about positions and relationships of heterogeneous subjects, such as black women and women, who are divergent from racial images and genres produced by Western knowledge (CALÁS, SMIRCICH, 1999). Through this approach, it is possible to create a space so that groups considered subaltern, living in conditions of silence, being legitimized by other people who take their places in public spaces, speak for themselves (SPIVAK, 2010). In this way, we seek to create, through this dissertation, a space for rural women working in coffee production in the Cerrado Mineiro region to speak for themselves, telling their trajectories, experiences and expectations. This research is empirical, classified, respectively, as regards the objectives and approach, as descriptive and qualitative, being located in the matrix proposed by Alvesson and Deetz (1999) in the Dialogical Studies quadrant. The empirical material analyzed through the Critical Discourse Analysis (ACD), using the three-dimensional model of Fairclough (2001), consists of narrative interviews conducted with 14 rural workers in coffee growing in the Cerrado Mineiro region, represented here by the municipalities of Patrocínio, Carmo of Paranaíba and Monte Carmelo. The analyzes carried out are based on three configurations present in the relations of genera, defined based on the main issues discussed in the postcolonial theory: Identities; Inequalities and Coloniality Together, the analyzes of the narratives of rural women interviewed allowed us to explore the fissures of colonialism present in the relationships and contexts in which they are inserted. These analyzes suggest that gender relations are manifested through inheritances of colonialism that stigmatize those interviewed; inequalities; differences of genders, races and social classes, being present in the work contexts; domestic environments and society. These results are naturalized and incorporated into the discursive and social practices of rural women interviewed. We understand, therefore, that the gender relations discussed in this paper remain on the influence of the power that society, men and women exert on other women, representing an inheritance of colonialism.

Keywords: Rural Women Workers. Coffee Cultivation. Gender Relations. Post-colonial Theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dimensões contrastantes da meta-teoria de práticas representacionais.....	78
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ondas dos Feminismos no Brasil	32
Quadro 2 - Abordagens feministas	46
Quadro 3 - Trabalhos empíricos sobre as trabalhadoras rurais no Brasil.....	66
Quadro 4 - Distribuição das entrevistadas por município	82
Quadro 5 - Fases da Entrevista Narrativa.....	84
Quadro 6 - Dimensões discursivas para Fairclough	88
Quadro 7 – Elementos orientadores do percurso analítico na Análise Crítica do Discurso.....	91
Quadro 8 - Categorias analíticas temáticas.....	92
Quadro 9 - Amostras Discursivas: Trajetórias	102
Quadro 10 - Amostras Discursivas: Identidades	105
Quadro 11 - Amostras Discursivas: Identidades	109
Quadro 12 - Amostras Discursivas: Desigualdades	115
Quadro 13 - Amostras Discursivas: Desigualdades	120
Quadro 14 - Amostras Discursivas: Desigualdades	124
Quadro 15 - Amostras Discursivas: Desigualdades	128
Quadro 16 - Questionamentos	153

LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio

ACD – Análise Crítica do Discurso

AD – Amostra Discursiva

AD's – Amostras Discursivas

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

AMOCA – Associação dos Cafeicultores da Região de Monte Carmelo

APPCER – Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado

ARPEP – Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal

ASSOCAFÉ – Associação de Cafeicultores da Região de Carmo do Paranaíba

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CARMOCCER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Núcleo Carmo do Paranaíba

CARPEC – Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba

CEP – Comissão de Ética em Pesquisa

COOPA – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio

COPROFAM – Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas no Mercosul Ampliado

CMS – *Critical Management Studies*

EJA – Educação de Jovens e Adolescentes

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EO – Estudos Organizacionais

EXPOCACER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado

FETRAECE – Federação de Trabalhadores da Agricultura do Ceará

IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná

IWCA Brasil – Aliança Internacional das Mulheres do Café Capítulo Brasil

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação

MMA/SC – Movimento das Mulheres Agricultoras/Santa Catarina

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MONTECCER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Monte Carmelo

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NUPECS/FAGEN – Núcleo de Pesquisa e Estudos Organizacionais, Culturas e Sociedade da Faculdade de Gestão e Negócios

ONU – Organização das Nações Unidas

ONGs – Organizações Não Governamentais

REDELAC – Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americanas e do Caribe

RMERA – Rede de Mulheres empreendedoras Rurais da Amazônia

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPELL – *Scientific Periodicals Electronic Library*

SRQ-20 – *Self-Reporting Questionnaire*

UBM – União Brasileira de Mulheres

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TMC – Transtornos Mentais Comuns

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Contextualização	9
1.2 Problema de Pesquisa	18
1.3 Objetivos da Pesquisa.....	19
1.4 Justificativas	19
1.5 Estrutura do Trabalho	23
2 DOS FEMINISMOS ÀS ABORDAGENS DE GÊNEROS.....	24
2.1 Os mares chamados feminismos: seus surgimentos e os movimentos de suas ondas	24
2.2 Gêneros como uma categoria analítica e as abordagens feministas	42
3	54
4 O PÓS-COLONIALISMO: QUANDO OS “OUTROS” FALAM POR SI.....	54
5 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE AS TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL	64
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	77
6.1 Nossa pesquisa como um Estudo dialógico.....	78
6.1.1 Participantes da Pesquisa	80
6.1.1.1 A Pesquisa.....	83
A construção da subalternidade: lutas e sofrimentos nas trajetórias das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro	92
7 O QUE REVELAM AS NARRATIVAS DAS TRABALHADORAS RURAIS NA CAFEICULTURA DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO	93
7.1 A construção da subalternidade: lutas e sofrimentos nas trajetórias das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.....	93
7.2 Casa, trabalho e sociedade: espaços hierarquizados.....	112
7.3 Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade.....	134
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA GOTA EM UM MAR IMENSO	145
APÊNDICE A – TÓPICO GUIA PARA ENTREVISTA NARRATIVA	153
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	155
REFERÊNCIAS	156

1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória e a emergência do tema desta pesquisa

Começo este texto anunciando o lugar de onde falo. Sou mestranda em Administração e, para o futuro, almejo realizar o sonho de me tornar professora universitária. Sou natural de Rio Paranaíba, cidade localizada no interior de Minas Gerais. Passei minha infância e parte da adolescência morando na fazenda com meus pais, onde eles residem atualmente. Não sou trabalhadora rural, respeito e admiro muito quem o é. Minha mãe mora no campo, mas, assim como meu pai, em termos legais, também, não é considerada como tal. Minha tia já foi trabalhadora rural na cafeicultura e sei, com base em relatos dela, que é uma tarefa muito difícil.

Durante minha graduação na Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba, me aproximei, por meio de pesquisas, de mulheres que trabalhavam com a cafeicultura (muito significativa para minha cidade e região). Participei de diversos eventos da área que contavam com a presença dessas mulheres, cujo objetivo era dar-lhes visibilidade e empoderá-las. Essas eram as donas das fazendas de café, as mulheres que trabalhavam nas cooperativas e associações, ou seja, mulheres da cafeicultura que também enfrentam as desigualdades de gêneros¹, ainda que já tenham conquistado determinado espaço.

Sempre considerei a participação dessas mulheres bastante relevante, mas sentia muita falta de ver nesses eventos as mulheres que ficavam lá nas fazendas, debaixo dos pés de café colhendo os grãos, das mulheres que vão para as lavouras plantar as mudas de café, que capinam os lotes... Sentia falta das trabalhadoras rurais... de vê-las segurando o mesmo microfone nas palestras proferidas pelas proprietárias das fazendas, de ouvir, assim como ouvia das proprietárias, como foram suas trajetórias, histórias de vida, suas experiências, como era lá na fazenda ... Eu queria ouvi-las falando por si. E é por meio desta pesquisa que busquei realizar esse meu desejo, criando um espaço para que isso aconteça.

¹ Embora nossa pesquisa teve como participantes, somente mulheres, compreendemos que os estudos de gêneros não estão limitados aos trabalhos sobre elas, mas, podem também incluir estudos que envolvam mulheres e homens e as relações entre eles e elas, e com seus pares. Logo, adotamos ao longo desta dissertação, o termo gêneros, no plural, conforme propõe Teixeira (2016).

1.1 Contextualização

Por mais longe que se volte na história, as mulheres sempre estiveram subordinadas aos homens, nunca partilhando o mundo em condições de igualdade. Em quase todos os países o estatuto legal destinado a elas, por exemplo, não é igual àquele direcionado a eles, e, até quando seus direitos são reconhecidos, há um longo hábito que impede sua concretização (BEAUVOIR, 1970; TEDESCHI; COLLING, 2014).

Nos três principais documentos sobre os Direitos Humanos: Declaração dos Direitos da Virgínia (Estados Unidos da América) - 1776; Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão - 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) - 1948, não há referência às mulheres. Nas duas primeiras declarações, somente são mencionados os direitos dos homens, já a terceira avança um pouco mais e faz referência ao ser humano (TEDESCHI; COLLING, 2014).

As condições de desigualdades em que as mulheres vivem não são resultantes de um destino biológico, mas, sim, de construções sociais oriundas das relações sociais entre homens e mulheres, cuja base material, o trabalho, manifesta-se por meio da divisão sexual do trabalho. Essa divisão é caracterizada por uma distinção que destina aos homens as esferas produtivas e às mulheres as esferas reprodutivas (KERGOAT, 2009).

Diante desses contextos de desigualdades, questionamentos sobre a restrição das mulheres aos espaços privados e às ocupações de mães, esposas e cuidadoras começaram a surgir fomentados por mudanças socioeconômicas e demográficas. Alterações contextuais como o aumento do acesso à escolaridade e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho possibilitaram a construção de identidades femininas reconfiguradas (COUTO; SCHARBIER, 2013).

Apesar desses avanços ainda prevalecem os ambientes polarizados e hierarquizados (SCOTT; CORDEIRO, 2013). E são nesses cenários que as desigualdades decorrentes da divisão sexual do trabalho são encontradas, manifestando-se por meio de quatro modelos, conforme explicado por Hirata (2015): (1) tradicional: as mulheres trabalham em casa, assumindo as atividades domésticas e os cuidados com a família; (2) conciliação: as mulheres trabalham fora, mas, continuam sendo as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos; (3) parceria: homens e mulheres compartilham as tarefas domésticas e cuidados com a família; e

(4) delegação: as mulheres trabalham fora e delegam a outras mulheres os cuidados com o ambiente doméstico e familiar.

Os quatro modelos manifestam-se no Brasil em diferentes intensidades. O modelo tradicional cede espaço ao modelo de conciliação, tornando-se corriqueiro na sociedade brasileira à medida que as mulheres participam mais das esferas produtivas. O modelo de delegação não tem proeminência no país, pois os serviços domésticos pagos estão acessíveis apenas para a classe média e rica, e, claramente, a maior parcela da população brasileira não faz parte desses estratos sociais. O modelo que menos ecoa é o da parceria, uma vez que poucas mulheres possuem um compartilhamento equânime dos cuidados no ambiente doméstico (SOUSA; GUEDES, 2016).

Embora as mulheres não estejam mais limitadas às atividades dos ambientes domésticos, é possível afirmar que os contextos em que elas estão inseridas nos âmbitos privados apresentam progressos incompletos, uma vez que elas ainda assumem, praticamente sozinhas, as atividades das esferas reprodutivas, perpetuando as desigualdades oriundas da divisão sexual do trabalho (SOUSA; GUEDES, 2016).

Nos ambientes públicos, as desigualdades também estão fortemente presentes, fomentadas, muitas vezes, pelas próprias organizações. Mills (1988) já havia ressaltado esse fenômeno, o que nos permite interpretar que essa situação já vinha sendo discutida há muito tempo. Ainda que existam essas contestações, mídia e sociedade insistem em adotar discursos inadequados para representarem as realidades, afirmando que a equidade de gêneros está sendo cada vez mais conquistada nos ambientes organizacionais (ANDRADE; MACEDO; OLIVEIRA, 2014).

As desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho podem ser percebidas de diferentes formas (CAMARGOS; RIANI; MARINHO, 2014), como por meio das formas ingresso (SILVA FILHO; QUEIROZ; CLEMENTINO, 2016); inserções (HIGA, 2016); rendimentos (MADOLOZZO; ARTES, 2017); bem como dos períodos de tempo dedicados às esferas produtivas e reprodutivas (HIRATA, 2015; SOUSA; GUEDES, 2016); e das ocupações.

Sobre essa última forma, as ocupações, desde o início dos estudos sobre o trabalho feminino no Brasil, percebe-se que as opções de trabalho remunerado para as mulheres

estiveram limitadas, por exemplo, às suas classes sociais: às ex-escravas² cabia a prestação de serviços pessoais e domésticos; as mulheres da classe média poderiam ser professoras primárias, enfermeiras ou parteiras; e às mulheres com menos recursos financeiros restavam como opção as indústrias (DANIEL, 2011).

Essas relações entre mulheres e trabalho tem sido pauta nos estudos feministas e de gêneros, cujas produções bibliográficas remetem às necessidades de triangulações das intersecções, ou interseccionalidades, que caracterizam essas relações: classes sociais, sexos/gêneros e raças/etnias. Por meio das dinâmicas dessas intersecções, é possível buscar explicações para as desigualdades existentes entre homens e mulheres, como o limitado acesso delas à vida sem violências, aos empregos menos precários, às rendas salariais mais altas, e aos cargos mais elevados nas hierarquias das organizações (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Ao analisar essas desigualdades dentro dos ambientes organizacionais, Acker (2006), também defende que elas devem ser explicadas com base nas relações, interseccionalidades, entre classes sociais, gêneros e raças/etnias. “‘Raça’, mesmo quando emparelhada com etnia engloba múltiplas realidades sociais influenciadas pelos gêneros e as diferenças de classe”, assim como “‘Classe’ também engloba múltiplas diferenças raciais e de gêneros” (ACKER, 2006, p. 442, tradução nossa). Logo, as linhas de pensamentos-teorias e pesquisas sobre as desigualdades, os domínios e opressões devem estar atentas às intersecções de raças/etnias, gêneros e classes sociais.

As interseccionalidades podem ser definidas como uma conceitualização para as problemáticas que procuram capturar as consequências estruturais e também dinâmicas das interações que ocorrem entre um ou mais eixos que implicam nas subordinações. Abordam também as maneiras como determinadas ações e políticas geram opressão que fluem ao longo desses eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos dos desempoderamentos (CRENSHAW, 2002). Hirata (2014) complementa ao afirmar que as interseccionalidades podem ser entendidas como uma das formas que buscam combater a opressão múltipla e imbricada, representando, então, um instrumento de luta política.

No Brasil, as interseccionalidades são resultantes da permanência de traços estruturais do passado ex-escravista na construção da sociedade capitalista, em que a mão de obra

² O autor Daniel (2011) utiliza o termo “escravas”, mas adotamos neste trabalho a expressão ex-escravas, uma vez que, teoricamente, a escravidão foi abolida.

feminina ex-escrava, caracterizada como desqualificada, braçal e abjeto, reaparece resignificada em categorias profissionais como as garis, sujeitos de estudo no trabalho de Bandeira e Almeida (2015). De acordo com as autoras, as mulheres trabalhadoras garis são situadas na sociedade por suas diversas marcas simbólicas e corporais (mulheres negras, com baixa escolaridade, solteiras, que constituem famílias monoparentais etc.). Sofrem desigualdades de maneira única, persistentes e qualitativamente diferentes, de difíceis análises a partir de cruzamentos que não consideram seus engajamentos nas estruturas do trabalho, articuladas às dinâmicas inter-relacionais de gêneros, raças/etnias e classes sociais.

Não somente as mulheres trabalhadoras garis se encontram inseridas em contextos de desigualdades, mas, também, parcela significativa de trabalhadoras, de maneira geral, presta serviços em condições precárias (BRUSCHINI, 2007; NASCIMENTO, 2014); ocupa cargos de menores níveis hierárquicos; com baixos *status* e prestígios sociais; recebendo remunerações inferiores a dos homens (ANDRADE; MACEDO; OLIVEIRA, 2014). No estado de Minas Gerais, por exemplo, a categoria de empregados(as) domésticos(as) apresenta maior participação feminina (96,8%), já na categoria de empregadores(as), os homens estão mais presentes (72,1%) (CAMARGOS; RIANI; MARINHO, 2014).

Ao analisar as áreas de ocupação com progresso feminino ao longo do tempo, entre 1992 e 2005, percebe-se que as mulheres permaneceram, em maior quantidade, nos setores da educação (professoras da pré-escola e ensino fundamental); saúde (técnicas e enfermeiras); e serviço social (BRUSCHINI, 2007). No ano de 2009, essas áreas continuaram sendo características da ocupação feminina. Do total de mulheres participantes da pesquisa com alguma ocupação, 17% tinham como principal fonte de renda o trabalho doméstico, seguido por cerca de 16,8% de mulheres trabalhando em áreas da educação, saúde e serviços sociais (ÁVILA, 2013).

De acordo com as informações apresentadas por Bruschini (2007), Daniel (2011), Ávila (2013) e Camargos, Riani e Marinho (2014), a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu com maior destaque em ambientes como os domésticos, das indústrias, saúde e educação. Com base nesses autores, nota-se que uma importante categoria de trabalhadoras não foi considerada: as trabalhadoras rurais, corroborando a afirmação de Matos (2009) sobre a produção historiográfica brasileira referente às mulheres ter buscado reconstruir a estrutura ocupacional feminina apenas nos meios urbanos, bem como a afirmação de Guimarães, Brito

e Barone (2016) sobre a literatura que trata do mercado de trabalho, no Brasil, não voltar sua atenção para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Legalmente, trabalhadores e trabalhadoras rurais são reconhecidas como pessoas físicas que prestam serviços a empregadores(as), mediante remuneração, em propriedades rurais. Estamos cientes desta definição, mas, para a construção deste trabalho, consideramos como trabalhadoras rurais na cafeicultura as mulheres que prestam serviços diretamente nas lavouras de café, na área operacional, na Região do Cerrado Mineiro, não necessariamente atendendo à classificação legal. Portanto nosso critério de inclusão implica em ser mulher e trabalhar na parte operacional da cafeicultura nas fazendas produtoras de café localizadas na Região do Cerrado.

Não somente os trabalhadores e trabalhadoras rurais recebem pouca atenção, os ambientes rurais também são desvalorizados. As relações entre rural e o urbano, nos contextos da modernidade, são sistematicamente tensionadas por concepções que valorizam de maneira positiva o urbano, como um *locus* privilegiado de realizações daquilo que é moderno e do que representa o progresso, e o rural sendo visto negativamente como *locus* do que é tradicional e atrasado (KARAM, 2004). Entretanto, ao compreender os espaços rurais como construções sociais, é possível desassociá-los das imagens de lugares distantes, rústicos, que remetem ao atraso, estabelecendo, então, rompimentos com as concepções de rural homogêneo e as refutações, em suas definições, de negações do urbano. Logo, propõe-se a utilização do termo ruralidades³, o qual é vinculado aos movimentos e processos de instaurações de vidas nos contextos rurais, que constituem agenciadores de modos de vida (GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016).

Ao nos atentarmos para a lacuna nos estudos sobre as trabalhadoras rurais apontada por Matos (2009) e Guimarães, Riani e Barone (2016), e movidas pelo intuito de preenchê-la, desenvolvemos esta dissertação, buscando conhecer mais sobre essas mulheres e suas realidades, utilizando de uma perspectiva pós-colonial. Consideramos os ambientes de trabalho delas, os espaços rurais, como construções sociais, logo, nossa atenção esteve voltada, especificamente, para as mulheres trabalhadoras rurais que participam da cafeicultura nos contextos rurais da Região do Cerrado Mineiro.

³ Ruralidades, no plural, exprime de maneira mais adequada a diversidade de processos e arranjos existentes no âmbito rural (KARAM, 2004).

Escolhemos a atividade cafeeira devido a sua importância para o Brasil. No ano de 2015, por exemplo, o país foi considerado o maior produtor e exportador mundial de café, gerando mais de oito milhões de empregos, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – (2016). Em 2016, foi responsável por produzir cerca de 51,37 milhões de sacas de 60 quilos, conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – (2017).

O estado que mais contribuiu em termos de quantidade de produção foi o de Minas Gerais, produzindo, aproximadamente, 30,73 milhões de sacas de café. Nesse estado, no ano de 2016, a maior região produtora foi a do Sul de Minas, com mais de 16 milhões de sacas, seguida pela Região do Cerrado Mineiro, responsável por cerca de 7,4 milhões de sacas, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – (2016).

Além de ser a segunda maior região produtora de café no território mineiro, a Região do Cerrado Mineiro foi a primeira a apresentar uma denominação de origem no Brasil, segundo a Cooperativa de Cafeicultores do Cerrado – EXPOCACCER – (2016). Essa expressão reconhece um produto como sendo produzido sob determinada maneira, utilizando matéria-prima específica, em uma única localidade geográfica (MENDES; QUINZANI; MARQUES, 2014). Portanto, a Denominação de Origem do Cerrado Mineiro compreende cinquenta e cinco municípios distribuídos pelo Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas, que produzem cafés de alta qualidade, resultantes da combinação do solo, clima, altitude e saber fazer daqueles que lidam com os grãos (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2016).

Aspecto que também confere destaque à Região do Cerrado Mineiro é o fato de abrigar a cidade de Patrocínio, que está entre as maiores produtoras de café do mundo. A cafeicultura é tão representativa no município que garantiu a ele, em 2016, a liderança no *ranking* do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em Minas Gerais, apresentando o melhor saldo em geração de empregos para moradores do município, e para pessoas de outras cidades, por meio de oportunidades ofertadas nos períodos das safras (ALMEIDA, 2016).

Optamos, portanto, com base na relevância da Região do Cerrado Mineiro no cenário da cafeicultura, por estudar as trabalhadoras rurais que prestam serviços nos contextos rurais dessa região, contribuindo com os estudos sobre os elementos da regionalidade da meso-região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro tem sido consolidada com a adoção de um conjunto de inovações tecnológicas, que leva especialistas do setor a classificarem sua produção como uma das mais modernas do Brasil, apresentando elevada produtividade e qualidade dos grãos de café. Esse processo produtivo adotado apresenta implicações nas relações de trabalho, provocando importantes transformações, bem como impacta na estrutura produtiva e geração de empregos (ORTEGA; JESUS, 2011).

Sobre a política de trabalho na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, ela apresentou momentos distintos. Entre os anos de 1970 e início dos anos de 1990, a cultura cafeeira na região apresentava crescimento extensivo, implicando em uma forte geração de novos postos de trabalho. Ainda nos anos de 1990, a cafeicultura passou pelo processo de modernização de diversas máquinas e equipamentos, especificamente voltados para a colheita, o que resultou na queda expressiva do número de empregos. Entretanto, apesar do avanço da mecanização, que limitou de maneira drástica o conjunto de atividades de manutenção na cafeicultura, reduzindo a demanda por trabalho permanente, passou a haver a exigência de mais trabalhadores e trabalhadoras rurais em períodos específicos, como no da colheita (ORTEGA; JESUS, 2011).

Essas trabalhadoras e trabalhadores rurais temporários são predominantes, na atualidade, nas fazendas cafeeiras, conforme destacado por Souza e Freitas (2015). De acordo com os autores, homens e mulheres que são trabalhadores e trabalhadoras rurais e buscam empregos como safristas por um período de três a cinco meses na colheita de café na região Sul de Minas Gerais, migram todos os anos de comunidades como do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. Após a época da colheita retornam para suas cidades de origem, com a esperança de sobreviverem em melhores condições.

O fato de as trabalhadoras rurais na cafeicultura migrarem das regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha para trabalhos de natureza sazonal nas lavouras de café do Sul de Minas Gerais poderia supor maior liberdade e autonomia na vida dessas mulheres, propiciadas por suas escolhas e inserção econômica no mercado de trabalho. Entretanto, o que se nota é apenas um deslocamento das fronteiras das desigualdades entre homens e mulheres, à medida que elas migram. (SOUZA; FREITAS, 2015).

Quanto aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura, elas encaram uma dupla jornada de trabalho há várias décadas. Durante o dia, é a enxada na mão, e, no tempo livre, os cuidados com a família e a casa. Algumas levam

os(as) filhos(as) para o trabalho, deixando as crianças embaixo dos pés de café enquanto capinam uma rua do talhão⁴. Apesar dessas dificuldades enfrentadas por elas e do árduo trabalho que desenvolvem na cafeicultura, uma atividade de relevância para o Brasil, pouco destaque é dado à sua atuação, bem como suas vozes não foram ouvidas e suas opiniões ignoradas (GRÃO GOURMET, 2016).

Os ambientes rurais, locais onde essas trabalhadoras rurais desempenham suas atividades na cafeicultura, são predominantemente androcêntricos (SOUZA; FREITAS, 2015), prevalecendo enormes desigualdades, marcadas pelas imbricações de gêneros, classes e raças/etnias, resultando na invisibilidade dos trabalhos dessas mulheres (CARVALHO; PINTO, 2008; DI SABBATO et al., 2009; GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016). Conforme relata Josiane Cotrim Macieira⁵, ex-presidente da Aliança Internacional das Mulheres do Café Capítulo Brasil (IWCA Brasil)⁶, é como se as mulheres não existissem na cafeicultura (GRÃO GOURMET, 2016).

Diante dessa invisibilidade e ausência de reconhecimento de seus trabalhos, as trabalhadoras rurais lutam por sua valorização, e pela conquista de seus direitos, bem como para terem suas vozes e opiniões ouvidas e reconhecidas. Acontecimentos como as Conferências Mundiais, aprovação da Década da Mulher (1976-1985), assim como o decreto do Ano Internacional da Mulher (1975) foram responsáveis por impulsionar as lutas por seus direitos (SALES, 2007).

Em 1980, por exemplo, a luta das trabalhadoras rurais abriu novos espaços políticos, e suas falas começaram a ser franqueadas. As principais reivindicações eram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e a participação política. Como resultado, elas exerceram o direito de falar, discordar, propor, bem como reivindicar seus direitos. À medida que se tornaram participantes dessas manifestações, elas passaram a criar condições de exercer um saber-poder que lhes permitiram repensar sua realidade, levando-as

⁴ Talhão é unidade mínima de cultivo de determinada propriedade, constituída com base no relevo e planejamento de mecanização. Logo, a “rua de um talhão” representa parte dessa unidade (DUFT, 2014).

⁵ Josiane Cotrim Macieira é formada em Jornalismo pela Universidade de Federal de Juiz de Fora e Mestre em Comunicação Política pela *Dublin City University*. Ela já morou no Iraque, França, Irlanda, Suíça e Nicarágua, onde conheceu a IWCA, sendo responsável por construir o capítulo Brasil da IWCA (CAFÉ POINT, 2017).

⁶ IWCA Brasil é um capítulo da IWCA, organização sem fins lucrativos criada em 2003, por meio do encontro de mulheres da indústria do café dos Estados Unidos e Canadá com produtoras de café na Nicarágua. É uma rede formada por mulheres que estão envolvidas em toda cadeia produtiva do café, buscando visibilidade e valorização do trabalho das mulheres nesse negócio (IWCA BRASIL, 2017).

a perceberem que a desconstrução de certos valores estabelecidos é necessária para conquistar a autonomia (SALES, 2007).

Destacamos entre essas manifestações as marchas, como a Marcha das Margaridas⁷, em homenagem à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, ex-líder sindical que ocupou por doze anos a presidência dos Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, no estado da Paraíba. Margarida foi assassinada brutalmente na porta de sua casa, no ano de 1983, em Alagoa Grande, por usineiros que não pretendiam possibilitar a ela e nem aqueles e aquelas cujos interesses defendia, a conquista de seus direitos e sonhos. Margarida lutava pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, almejando, de maneira geral, o alcance das equidades de gêneros (SILVA, 2014).

Para melhor compreender os movimentos das mulheres, como a Marcha das Margaridas e, de maneira geral, como elas estão posicionadas na sociedade e as formas pelas quais as desigualdades de gêneros são materializadas, temos o trabalho de Calás e Smircich (1999), apresentando as abordagens feministas classificadas pelas autoras em sete grupos: liberal, radical, psicanalítica, marxista, socialista, pós-estruturalista/pós-moderna e terceiro-mundista/pós-colonial. Cada uma dessas abordagens foi desenvolvida em resposta às limitações da abordagem anterior, oferecendo formas alternativas para o enfoque das desigualdades de gêneros, enquadrando-as de maneiras diferenciadas e propondo caminhos de ações como possíveis soluções.

Entre essas abordagens, destacamos a teoria pós-colonial, que critica as teorias anteriores por somente considerarem gêneros e relações de gêneros baseadas em imagens e experiências sociais das pessoas mais privilegiados do primeiro mundo. Nessa perspectiva, a condição subalterna de grupos como mulheres, negras e negros, que não podiam manifestar-

⁷Uma pluralidade e diversidade de mulheres (agricultoras, assentadas, quebradeiras de coco, ribeirinhas e outras), as “margaridas”, caminharam por Brasília, na Marcha das Margaridas, ocupando a Esplanada dos Ministérios e reivindicando seus direitos e desejos por melhores condições de vida. É organizada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) e envolve parcerias com organizações feministas como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira das Mulheres (UBM), Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americanas e do Caribe (REDELAC) e Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas no Mercosul Ampliado (COPROFAM). Denuncia e protesta contra fome, pobreza, violências, explorações, discriminações e dominações, enraizadas nas estruturas político-econômica e em padrões sociais. Iniciou-se em 2000, e ocorre a cada quatro anos em Brasília. Em 2000 contou com a participação de 20 mil mulheres, realizando a maior manifestação pública de trabalhadoras rurais. Nos anos de 2003, 2007 e 2011 o número de participantes foi, respectivamente, cerca de 50, 70 e 100 mil margaridas de diferentes categorias, como domésticas, operárias e estudantes. Apesar da importância dessa manifestação, ela somente ganhou destaque nas mídias nacionais no ano de 2007 (SILVA, 2014).

se nos contextos ocidentais e eram limitados a obedecer aos colonizadores, passa a ser questionada (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Nessa direção, adotamos a perspectiva pós-colonial ao buscarmos conhecer mais sobre as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura, questionando justamente a condição subalterna desse grupo que, conforme destacado por Matos (2009) e Guimarães, Brito e Barone (2016), é pouco considerado em pesquisas.

1.2 Problema de Pesquisa

Nossa pesquisa tem como ponto de partida os contextos de atuação de mulheres trabalhadoras rurais, especificamente na cafeicultura (atividade composta, majoritariamente, por trabalhadores e empreendedores homens) e a perspectiva pós-colonial que, dentre outros motivos, surgiu como uma preocupação de tornar reconhecidos e relevantes os discursos dos indivíduos considerados subalternos, bem como os contextos em que são produzidos (COSTA, 2006).

Essas considerações, tomadas em conjunto, podem ser resumidas em duas questões centrais: (a) de que modo as mulheres trabalhadoras rurais experienciam seus cotidianos em campos predominantemente ocupados por homens? E (b) quais são as singularidades e práticas reprodutoras das subordinações das mulheres presentes no universo de trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro? Por sua vez, elas nos conduzem à questão orientadora desta pesquisa: **Como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro?**

É importante ressaltar que buscamos criar um espaço para que as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro falassem por si, e, posteriormente, por meio das análises de suas múltiplas narrativas, pudemos conhecê-las, assim como suas trajetórias e os contextos em que estão inseridas.

1.3 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral da pesquisa é analisar como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais, na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.

São considerados como objetivos específicos:

a) Conhecer quem são as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro;

b) Explorar, por meio das narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, suas trajetórias e os contextos em que estão inseridas e nos quais se manifestam as relações de gêneros;

c) Reconhecer e discutir as tensões entre vida social, pessoal e de trabalho das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, e como elas lidam com tais tensões.

1.4 Justificativas

A realização desta pesquisa foi estimulada por inquietações resultantes das condições de subalternidade em que as mulheres e, especialmente, as trabalhadoras rurais, estão inseridas. Embora avanços tenham ocorrido ao longo do tempo (ALVES, 2016; CARVALHAES; MANSANO, 2016; RICOLDI; ARTES, 2016), como o fato da atuação das mulheres não se limitar ao ambiente doméstico, estando, também, presentes no mercado de trabalho, ocupando cargos que já foram destinados somente aos homens, essas, em diversas situações, ainda são vistas como subalternas (SILVA, 2011; ROSA; MEDEIROS; VALADÃO JR., 2012; PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014), para quem ainda não foi dado o direito de falarem por si. E dentre essas mulheres, estão as trabalhadoras rurais.

Ao considerar a regionalidade, importante aspecto ressaltado no programa de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, do qual esta dissertação faz parte, bem como a representatividade na produção de café em Minas Gerais e outros aspectos como denominação de origem e localização de uma das maiores cidades produtoras de café do mundo, as trabalhadoras rurais que participaram desta pesquisa trabalham na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, nas cidades de Carmo do Paranaíba,

Patrocínio e Monte Carmelo, integrantes da meso-região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Em buscas realizadas no Portal de Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES)/Ministério da Educação (MEC), nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), com a expressão “trabalhadoras rurais”, considerando o território brasileiro, não sendo delimitado período de tempo para busca, foram encontrados 28 trabalhos, teóricos e empíricos, desde artigos até capítulos de livros, sobre as trabalhadoras rurais no país. Entre as grandes áreas de concentração dos trabalhos encontrados predominam as Ciências Sociais, com as produções de Brumer (2002); Lisboa e Lusa (2010); Salvaro, Lago e Wolff (2014) e outras.

Em nenhum desses 28 trabalhos, as participantes das pesquisas foram as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro. Logo, buscamos, por meio desta pesquisa, ao adotar uma perspectiva pós-colonial, criar um espaço que elas se manifestem, abordando, a partir de suas narrativas, os contextos em que estão inseridas, suas trajetórias, bem como as relações de gêneros e as tensões entre vida social, pessoal e de trabalho.

É importante ressaltar que, do total de 28 trabalhos encontrados sobre as trabalhadoras rurais no Brasil, foram considerados para construção da seção “Estudos Empíricos sobre as Trabalhadoras Rurais no Brasil”, os trabalhos resultantes de pesquisas empíricas mais condizentes com os objetivos desta dissertação, totalizando 10 artigos selecionados.

Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016) buscaram, também, fazer um mapeamento sobre a produção do conhecimento, mas, com foco nas áreas das ciências da saúde, humanas e sociais sobre gêneros e ruralidades, a partir de uma análise crítica. As autoras realizaram buscas no Portal CAPES/MEC, com as palavras-chaves: gênero e rural, gênero e ruralidade, mulher e rural, mulher e ruralidade, no período de 2000-2014, encontrando um total de 108 artigos publicados.

Do total de 108 trabalhos encontrados, foram analisadas, na íntegra, por Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016), 25 produções que apresentavam uma perspectiva sociocultural e uma abordagem qualitativa, sendo 52% delas produzidos entre 2011-2014. Quanto ao país de origem, Brasil esteve em primeiro lugar. Com relação às áreas do conhecimento contempladas pelos trabalhos, houve maior concentração nas Ciências Humanas (60%), seguida pela Ciências Sociais (28%). A maioria dos trabalhos estavam

concentrados na Sociologia e Antropologia, abordando questões sobre os modos de vida das mulheres nos contextos rurais.

Embasadas nos artigos analisados, Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016) reconhecem os avanços na temática de gêneros em espaços rurais, no entanto, ressaltam a necessidade de uma maior presença das teorias feministas na constituição de abordagens teóricas e metodológicas junto aos contextos rurais.

Com base nas buscas que realizamos em periódicos, explicadas anteriormente, e na lacuna nos estudos de gêneros nos contextos rurais apontada por Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016), nossa pesquisa apresenta como justificativa teórica a possibilidade de contribuir com o aprofundamento dos conhecimentos sobre os estudos de gêneros, no Brasil no campo da Administração, área em que há ausência de atenção voltada para as trabalhadoras rurais, bem como mostrar alternativas para pesquisas orientadas por uma visão crítica e uma perspectiva pós-colonial. Esperamos, também, contribuir com os estudos sobre mulheres em contextos rurais, utilizando a teoria feminista pós-colonial.

Uma vez que esta pesquisa faz parte da linha de pesquisa Organização e Mudança do Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, poderá contribuir para os estudos no Núcleo de Pesquisa e Estudos Organizacionais, Culturas e Sociedade da Faculdade de Gestão e Negócios (NUPECS/FAGEN) da referida instituição, vinculado à Profa. Dra. Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros, orientadora desta pesquisa.

Do ponto de vista social, ao conhecer como as relações de gêneros se manifestam, considerando as narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, esta dissertação poderá contribuir em três aspectos:

1) **Reconhecimento do trabalho das mulheres na cafeicultura:** Josiane Cotrim Macieira, segundo Nazareth (2016), em entrevista concedida ao canal Peabirus, enfatiza a existência de documentos que afirmam não haver mulheres na cafeicultura brasileira. Logo, nosso trabalho poderá contribuir para tornar as trajetórias de algumas dessas mulheres visíveis e reconhecidas, bem como seus trabalhos e contribuições na cafeicultura.

2) **Conhecer quem são as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro:** Abid e Miranda (2013, p. 13) afirmam que a pergunta “Quem é a mulher brasileira?” não pode ser feita no singular, uma vez que as mulheres no Brasil são reflexo da diversidade do país. São “[...] rostos, corpos e histórias que se distinguem, ao mesmo tempo em que se confundem, no intuito comum de lutar com garra pela

sobrevivência e pela dignidade de si mesmas e dos seus”. Logo, poderemos contribuir para responder à pergunta semelhante à dos autores mencionados: Quem são as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro?

3) Abid e Miranda (2013) enfatizam, também, que, apesar dos avanços no século passado, ainda há um grande percurso a ser percorrido até que exista equidade entre homens e mulheres, e que suas reivindicações sejam plenamente satisfeitas. Essa tarefa exigirá abordar questões relacionadas às histórias, bem como às construções das identidades femininas no século XXI, que estão divididas entre os estereótipos das mulheres modernas e o enfrentamento de situações que envolvem as exclusões sociais e culturais, privação da liberdade e o não acesso à educação e à saúde. É a partir das análises críticas dos discursos convenientes a uma sociedade patriarcal que ações e comportamentos começam a ser questionados, buscando a desnaturalização das desigualdades de gêneros, principalmente no que tange às mulheres (SANTOS, 2016). Assim, esta pesquisa poderá contribuir para **promover reflexões das mulheres trabalhadoras rurais participantes desta pesquisa, e da sociedade na qual estão inseridas, no que tange à busca pela equidade de gêneros na atividade cafeeira.**

Há mais de dez anos, os avanços nas organizações rurais e das mulheres vêm refletindo na implementação de algumas políticas públicas, como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, de acordo com Heredia e Cintrão. Segundo os autores, essas políticas constituem-se em um passo importante, mas são insuficientes frente às demandas e desigualdades existentes. Nossa pesquisa, ao analisar quem são as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, bem como suas trajetórias, o ambiente em que estão inseridas e as tensões existentes entre vida social, pessoal e de trabalho, poderá contribuir para a formulação futura de políticas públicas, bem como para mudanças nas posturas gerenciais das fazendas cujas entrevistadas trabalham, no que tange à promoção de igualdade de oportunidades para trabalhadores e trabalhadoras rurais, representando nossa justificativa prática.

1.5 Estrutura do Trabalho

Com base nas considerações apresentadas nesta introdução, delimitamos a estrutura do nosso trabalho visando esclarecer como as relações de gêneros se manifestam nas narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.

A primeira seção corresponde a esta introdução, apresentando uma contextualização acerca do tema, a definição do problema de pesquisa, bem como os objetivos a que nosso estudo se propõe, e as justificativas para o seu desenvolvimento. Na segunda seção, é feita a apresentação da revisão da literatura, constituída por três quadros teóricos necessários para a promoção de reflexão e discussão, que correspondem à base para responder ao problema de pesquisa definido.

O primeiro quadro teórico compreende desde a trajetória dos movimentos feministas no mundo e, especificamente, no Brasil, até as abordagens de gêneros, buscando compreender suas trajetórias, bem como as contribuições das abordagens de gêneros que visam preencher lacunas deixadas por outras teorias. Em seguida, é apresentado o segundo quadro teórico: a abordagem pós-colonial, que consiste no aporte teórico-metodológico orientador da nossa pesquisa. Por fim, o terceiro quadro teórico e a quarta seção implica na abordagem dos estudos empíricos sobre as trabalhadoras rurais no Brasil, com o intuito de apresentar um panorama das pesquisas sobre essas mulheres, possibilitando conhecer mais sobre os aspectos a elas relacionados.

A quinta seção apresenta os percursos metodológicos da pesquisa, iniciando pela classificação deste trabalho, seguido pelo nosso posicionamento segundo a matriz proposta por Alvesson e Deetz (1999), e finalizando com os procedimentos utilizados para reunião do material empírico, que é a entrevista narrativa, e a Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Fairclough (2001).

Na sexta seção, apresentamos os resultados encontrados a partir das análises de três categorias, definidas com base em três configurações presentes nas relações de gênero: identidades; desigualdades e a colonialidade, de maneira a alcançar os objetivos que foram inicialmente propostos. Por fim, está a sétima seção, em que são apresentadas as considerações, contribuições, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2 DOS FEMINISMOS ÀS ABORDAGENS DE GÊNEROS

O primeiro quadro teórico que apresentamos nos permite percorrer um caminho desde os movimentos feministas até chegarmos às abordagens de gêneros. Nosso intuito é buscar a compreensão das trajetórias dos feminismos no mundo e, principalmente, no Brasil; bem como as abordagens de gêneros e suas respectivas contribuições.

2.1 Os mares chamados feminismos: seus surgimentos e os movimentos de suas ondas

Os discursos sobre vivermos em uma sociedade igualitária, democrática e justa, sem discriminações e preconceitos de gêneros, raças/etnias, credos, sexos, dentre outros, são questionáveis, pois o que se constata são realidades diferentes (GUIRALDELLI, 2012). Respeito e valorização são as palavras mais utilizadas pelas mulheres quando são questionadas sobre o que ainda falta em suas vidas, sendo válidas tanto para os aspectos pessoais e sociais, quanto do trabalho, mostrando que ainda prevalecem as desigualdades de gêneros (LOPES, 2013).

As formas de discriminações e preconceitos sob as quais as mulheres são submetidas, tanto nos âmbitos públicos, quanto privados, contribuem para a manutenção das segregações, a persistência das desigualdades de gêneros e a divisão sexual do trabalho, favorecendo a construção de cenários em que mulheres e homens compartilham o espaço em condições desiguais, estando elas submissas a eles (GUIRALDELLI, 2012).

Essa submissão, uma das primeiras formas de opressão da história da humanidade (COSTA; SARDENBERG, 2008), vem sendo discutida há algum tempo em obras que representam os principais marcos teóricos dos feminismos, como o livro “O segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1970) (CYFER, 2015). Nele, Beauvoir (1970) afirma que a submissão destina aos homens a posição de sujeitos e limita as mulheres à condição de outros.

O surgimento do capitalismo possibilitou a continuidade do processo de opressão. As mulheres passaram a ser ainda mais submissas, oprimidas e exploradas. Ao vender sua força de trabalho, foi negado a elas o direito à cidadania; de sindicalização; o acesso às leis trabalhistas que garantiam salário, limite de jornada de trabalho, bem como as mesmas condições de trabalho ofertadas aos homens (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Enquanto as mulheres recebiam bem menos e trabalhavam em condições precárias e insalubres, os homens gozavam de condições mais vantajosas, salários mais altos e maiores oportunidades, além de ocuparem o maior número de lugares em postos de elevado prestígio (BEAUVOIR, 1970). No Brasil, essas mesmas situações de desigualdades ainda são encontradas. Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo no ano de 2010, as mulheres participantes pedem igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, equiparações salariais e menores jornadas de trabalho, uma vez que ainda é lento na sociedade brasileira o ritmo que movimenta as posições que elas ocupam, principalmente nos aspectos econômicos (LOPES, 2013).

As desigualdades percebidas nos âmbitos organizacionais no que tange a ocupação dos cargos gerenciais são destacadas por Menezes, Silva e Katagiri (2016), ao analisarem as articulações entre as construções de feminilidades e as participações das mulheres na gestão de organizações relacionadas ao agronegócio na região do Alto Paranaíba/Minas Gerais. De acordo com as autoras, as participações de mulheres em cargos de gestão nas cooperativas e sindicatos das 14 cidades analisadas, com maior PIB agropecuário da referida região, ainda são baixas.

Com o raiar da modernidade, a partir do século XVII, começaram a surgir consciências críticas feministas sobre os contextos de desigualdades e opressão femininas. As mulheres passaram, então, a assumir posturas incômodas, resultando em inquietações e fazendo aflorar os feminismos no final do século XVIII, que somente tomaram corpo no século XIX em países da Europa e nos Estados Unidos (TELES, 1999; COSTA; SARDENBERG, 2008).

Estabelecer uma definição precisa para feminismos, conforme Alves e Pitanguy (1985), não é tarefa fácil, uma vez que este termo traduz um processo que tem raízes no passado, e é construído cotidianamente, não apresentando um ponto predeterminado de chegada, e, como todo processo de transformação e mudança, apresenta contradições, avanços, retrocessos, inseguranças e contentamento. Hawkesworth (2006) também afirma ser difícil essa conceitualização e apresenta algumas possibilidades de compreensão do termo, podendo esse ser concebido como ideias, conjuntos de convicções, ideologias, movimentos sociais e práxis.

Como conjuntos de convicções, os feminismos tratam da importância da liberdade, igualdade e justiça para mulheres e homens. Vistos como ideologias, implicam em evocar

associações politizadas com uma vasta história no pensamento político. Compreendidos como práxis, opõem-se à noção de mobilizações feministas, sugerindo que os feminismos surgem de maneira autônoma, no interior de cada pessoa, à medida que cada uma delas luta contra as contradições presentes em suas vidas (HAWKESWORTH, 2006). Como movimentos sociais, podem ser definidos como conjuntos de ações organizadas de mulheres que buscam combater as condições de subalternidades e discriminações que vivenciam, objetivando também encontrar maneiras para tornarem-se protagonistas da sua vida e história (TELES, 1999).

Saffioti (1986) defende que não se pode falar em feminismo, no singular, mas, sim, em feminismos, no plural, uma vez que existem multiplicidades de organizações e posicionamentos teóricos dos movimentos feministas, que é também nosso entendimento nesta dissertação. Logo, é inadequado afirmar que há um histórico do movimento feminista, o que existe é uma síntese hegemônica de um período específico, responsável por caracterizar o enfoque dos diversos movimentos feministas (BITTENCOURT, 2015).

Neste trabalho, adotamos os feminismos concebidos como movimentos sociais, visto sua relevância em décadas passadas e, mais recentemente, para as trabalhadoras rurais no Brasil. A década de 1980, por exemplo, foi marcada pela efervescência e desenvolvimento de inúmeros movimentos sociais que contribuíram com a mobilização das trabalhadoras rurais na luta por seus direitos (MACIAZEKI-GOMES et al., 2016). Essas trabalhadoras ainda seguem com a participação em movimentos buscando alcançar seus direitos, como o Movimento das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (DEERE, 2004; SALES, 2007) e a Marcha das Margaridas (SILVA, 2014).

Os movimentos sociais feministas aconteceram em diferentes graus de intensidade, fragmentados no que autores e autoras denominam de ondas do feminismos (LOURO, 1997; PINTO, 2010; COSTA, 2013), por apresentarem movimentações naturais em seus interiores, de fluxos e refluxos, semelhante às ondas que iniciam difusas e imperceptíveis e, aos poucos ou de repente, se avolumam em direção ao clímax (instante de maior envergadura), para então refluir numa fase de aparente calma, e então recomeçarem (DUARTE, 2003).

Primeiramente, apresentamos uma síntese das ondas dos movimentos sociais feministas, com recortes temporais e espaciais da Europa e Estados Unidos, para, então, podermos compreender as ondas na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, considerado um dos países periféricos do capitalismo, e nosso foco nesta subseção.

Três ondas expressivas são destacadas por Bittencourt (2015), sendo a terceira delas o momento atual dos movimentos feministas, com sua representação e atuação como continuidade da segunda onda, após a década de 1990. A primeira onda aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres lutavam por garantias de igualdade de direitos entre elas e os homens (BARBOSA; LAGE, 2015). Na Inglaterra, por exemplo, elas se organizaram para lutar por seus direitos, como ao voto, ficando conhecidas como as *suffragettes* (PINTO, 2010).

Foi também durante o século XIX, como um dos resultados da Revolução Industrial, que algumas mulheres passaram a participar do trabalho considerado produtor, fazendo com que as reivindicações feministas saíssem do campo teórico e encontrassem fundamentos econômicos (BEAUVOIR, 1970). Porém, com o término das guerras mundiais houve a retomada masculina ao mercado industrial, resultando no retorno das mulheres para os ambientes privados. Estado e mídia tiveram influência fundamental no retorno das mulheres aos espaços domésticos. As propagandas nesse período, por exemplo, exaltavam as figuras das donas de casa servis aos maridos, os papéis de esposas e mães, bem como o fomento à indústria de estética e beleza (ALVES; PITANGUY, 1985).

Os feminismos iniciais, encontrados durante a primeira onda, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, acabaram por perder forças na década de 1930, tomando impulso novamente na década de 1960 e dando incio à segunda onda dos feminismos (PINTO, 2010), que permaneceu até a década de 1980. Essa segunda onda representou um avanço de percepção e análise dos movimentos como um todo, incorporando várias frentes de lutas e denunciando o patriarcado. Esse é visto como uma maneira de expressão do poder político exercido por meio das dominações masculinas e a inferiorização das mulheres que ultrapassam os âmbitos privados, espalhando-se por todos os espaços da sociedade e representando estruturas de poder baseadas em violências e ideologias (SAFFIOTI, 1986).

Na década de 1960, pela primeira vez, as mulheres falaram diretamente sobre as relações de poder entre elas e os homens. A partir de então, os feminismos passaram a ser vistos como movimentos libertários que buscavam espaços para as mulheres e um novo relacionamento delas com os homens, em que teriam autonomia para tomarem decisões sobre suas vidas e seus corpos (PINTO, 2010). Foi, também, durante essa segunda onda que os movimentos feministas, influenciados por outras organizações políticas e movimentos sociais, passaram a criticar seu caráter burguês-liberal, recorrendo a recortes de classes sociais e raças,

relações de poder e transversalidades de opressão estrutural para além dos gêneros. Dessa forma, as vozes de mulheres negras e pobres subjulgadas dentro dos movimentos foram elevadas. Nesse período, as problematizações acerca das diferenças entre gêneros, sexos e orientações sexuais foram também formuladas, desmistificando a naturalização dos papéis sociais considerados inerentes aos homens e mulheres (BITTENCOURT, 2015).

O marco dos estudos sobre as mulheres na academia, desafiando o conhecimento masculino e centralizado nos homens, ocorreu durante a segunda onda dos feminismos. Por volta da década de 1970, as feministas graduandas e pós-graduandas se reuniram para discutir a possibilidade de iniciarem estudos sobre as mulheres como uma nova forma de saber centrada nelas, questionando a visão androcêntrica predominante na sociedade e cultura, bem como nas ciências humanas e sociais (JACKSON, 2016). Destacaram-se nesse período diversas autoras, como Gloria Jean Watkins, Heleieth Iara Saffioti, Joan Scott, Betty Friedan e Nancy Fraser (BITTENCOURT, 2015).

Durante essa segunda onda, houve ainda a universalização das leituras referentes às experiências de opressão sobre as mulheres, resultando na desconsideração de suas pluralidades e diversidades. Assim, mulheres do Terceiro Mundo, negras, lésbicas e trabalhadoras denunciaram esses feminismos fortalecidos, pois, apesar de seus discursos enfatizarem se tratar de movimentos unificados de mulheres, algumas foram expurgadas, evidenciando que a opressão está, também, presente entre os próprios oprimidos (MAYORGA et al., 2013; TONELI; ADRIÃO; PERUCCHI, 2013).

Nas décadas de 1980 e 1990, houve uma brusca queda neoliberal que alavancou o poder do mercado transnacional, de flexibilizações trabalhistas e descenso dos movimentos sociais, incluindo os movimentos feministas. A partir de então, há divergências teóricas sobre a real existência e fundamentação de uma terceira onda do movimento. Essa onda teria sido norteadas por autoras e ativistas da onda anterior e movida por suas produções acadêmicas e reorganização dos movimentos combativos ou reivindicatórios para a institucionalidade ou universidades (BITTENCOURT, 2015).

Nos Estados Unidos e Europa, essa terceira onda, chamada de pós-feminismos ou feminismos da diferença, representa uma crítica à segunda onda por seu suposto caráter monolítico, universal e generalizante, cuja atenção não esteve voltada para as implicações individuais ou subjetivas das mulheres. Elabora, portanto, uma teoria fluída, particular e flexibilizada, que repele o estruturalismo e foca, principalmente, no micropoder e

micropolítica. Além de tentar desconstruir/desestabilizar os gêneros vistos como uma categoria fixa e imutável, propõe também uma agenda individual, desligando as organizações coletivas como pressuposto da transformação política e estrutural da sociedade patriarcal (MACEDO, 2006).

As críticas feministas, em geral, limitam-se à Europa e Estados Unidos e trazem em suas análises uma concepção de mulher branca, ocidental e burguesa, desconsiderando, desta forma, as especificidades das margens capitalistas, como América Latina, Ásia e África. Nesses locais há uma colonização imposta de tal modelo ocidental de poder, de maneira a possibilitar a exploração mais intensa das trabalhadoras, e a ampliação do controle sobre seus corpos, sexualidades e organização política (BITTENCOURT, 2015).

Especificamente sobre os feminismos latino-americanos, esses não podem ser equiparados aos feminismos eurocêntricos ou norte-americanos que derivam de condições externas às realidades das colônias e países de capitalismo dependente. Uma peculiaridade a ser tratada na América Latina são os frutos de uma sociedade colonizada, escravocrata e dominada por potências européias com o intuito de impulsionar o capitalismo mercantil. Durante esse processo, mulheres indígenas, negras e mestiças protagonizaram os sofrimentos das violências, dominações e explorações, representando a força motriz imposta da formação das nações que se edificaram (BITTENCOURT, 2015).

Na América Latina, considerada por Alvarez (1990) como uma região em que o machismo foi sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja Católica; e por Cypriano (2013) como um dos lugares onde as desigualdades manifestam-se de maneira acirrada e específica, os feminismos eclodiram em um contexto marcado por uma profunda subordinação patriarcal. Isso ocorreu por meio de movimentos de reivindicações e conscientização feminina, que assumiram a forma de partidos, organizações políticas, periódicos, centros de estudo e Organizações Não Governamentais (ONGs), buscando a superação e questionamento das condições políticas, culturais, religiosas e econômicas então vigentes (CYPRIANO, 2013).

Os contextos de surgimento dos feminismos latino-americanos deram-se em uma das décadas mais sombrias na história da América Latina, a de 1970, quando regimes militares e democracias nominais repeliram de maneira agressiva os movimentos progressistas de qualquer natureza. Diante dessa situação, os primeiros grupos feministas desafiaram não apenas o patriarcado e seus paradigmas de dominação machista, como, também, reuniram

forças contra outras correntes de oposição, denunciando as explorações e opressões políticas, econômicas e sociais (STERNBACH et al, 1994).

Os movimentos feministas latino-americanos representaram, portanto, um complexo processo de interseções, percebido a partir de um conjunto diferenciado de opressão, que combinou o colonialismo francês, espanhol e português, com governos ditatoriais e populistas, apresentando dinâmicas específicas da globalização econômica, política e cultural. Ao analisar as ondas desses feminismos latino-americanos, percebe-se que o movimento se pluralizou e abriu espaço para a atuação em variados âmbitos: militantes partidárias, mulheres negras, mães, líderes de movimentos populares, teólogas e outros (CYPRIANO, 2013).

Essas pluridades de grupos na América Latina também são ressaltadas por Figueiredo (2008). De acordo com a autora cada um desses grupos apresentava diferentes prioridades: alguns denominavam-se feministas, outros identificavam-se como setores de movimentos de comunidades de base, departamentos feministas ou setores de partido de esquerda.

Dentro dos contextos latino-americanos, está o Brasil em que, historicamente, assim como em outras sociedades, as mulheres foram subalternizadas, começando pela educação diferenciada, como seres inferiores, predestinados e obrigados à maternidade, aos cuidados com os ambiente domésticos, filhos(as), idosos e doentes (LOPES, 2013). Enquanto na Europa e, mais tarde nos Estados Unidos, dava-se continuidade a uma revolução em todas as esferas da vida social, resultante do capitalismo ali estabelecido, no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, vivia-se sob o regime colonial, escravocata e patriarcal (COSTA; SARDENBERG, 2008).

As mulheres das classes dominantes eram confinadas nos interiores das casas, sob as ordens dos maridos ou pais, distantes e autoritários, tendo como principal papel o de reprodutoras, casando-se jovens e gerando muitos(as) filhos(as). Como opção, restava recolher-se a um convento. Já as mulheres das classes populares enfrentavam geralmente um trabalho estafante, exigindo muito esforço físico, e vendo-se, muitas vezes, abandonadas pelos companheiros, tornando-se, então, as únicas responsáveis pelo seu sustento e dos(as) filhos(as). Em condições ainda piores viviam as mulheres negras, ex-escravas, vítimas da opressão, explorações e violências em suas formas mais latentes, não somente dos homens (brancos e negros), mas, também, das mulheres (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Apesar de algumas mulheres serem exceções e terem vivenciado situações concretas diferentes da maioria, como assumir papéis tradicionalmente masculinos, à frente da família,

administrando engenhos, fazendas e negócios, excercendo, de maneira geral, um poder para além da esfera doméstica, essas exceções não invalidaram a regra, não restando dúvidas de que o poder patriarcal permaneceu supremo em toda era colonial, sendo raramente questionado (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Com a chegada do século XIX iniciou-se uma série de mudanças consideráveis nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e ideológicos, inerentes à transição do passado colonial, baseado no trabalho escravo, para a República, fundamentada, teoricamente, no trabalho livre. Nesses contextos, as condições que tornariam mais evidentes as situações de desigualdades entre homens e mulheres, e a especificidade das subordinações das mulheres, iriam amadurecer (COSTA. SANDERBERG, 2008). Logo, surge um campo constituído fundamentalmente por mulheres, anunciando suas reivindicações por seus direitos e denunciando as desigualdades de classes, raças/etnias e, principalmente, de gêneros. E é nesse campo que surgem os movimentos feministas no país (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015)

Esses movimentos feministas iniciaram-se nas camadas médias, cujas feministas estavam vinculadas, em sua maioria, às organizações e partidos de esquerda, atuando politicamente, de maneira organizada, ao conjunto de mobilizações femininas. Com a expansão dos feminismos, essas manifestantes influenciaram e foram influenciadas pelas camadas populares em aspectos sobre mudanças nos comportamentos sexuais, fecundidade e padrões de reprodução (SARTI, 1988).

Assim como na Europa e Estados Unidos, os movimentos feministas no Brasil também foram fragmentados em ondas, conforme ressaltado por Duarte (2003), em trabalho cujo objetivo foi compreender esses movimentos no país. As quatro ondas apresentadas pelo autor estão sintetizadas no Quadro 01, composto por cinco colunas que relacionam cada uma das quatro ondas dos feminismos no Brasil aos seus respectivos períodos, objetivos, mulheres que se destacaram e suas obras.

Quadro 1 – Ondas dos Feminismos no Brasil

Ondas	Período	Objetivos	Destaque	Obras
Primeira Onda	Ínico do século XIX	Direito de ler e escrever	Nísia Floresta Brasileira	Direitos das mulheres e injustiça dos homens (1832) Conselhos à Minha Filha (1842) Opúsculo Humanitário (1853) A mulher (1856)
Segunda Onda	Por volta de 1870	Ampliação da educação e o direito a voto	Francisca Senhorinha da Mota Diniz	O sexo feminino (1873-1875); (1887-1889) e (1890-1896)
			Amélia Carolina da Silva Couto	Echo das Damas (1875-1885)
			Josefina Álvares de Azevedo	
			Perciliana Duarte de Almeida	A Família (1888-1897) A mensageira (1897-1900)
Terceira Onda	Início do século XX	A caminho da cidadania	Bertha Lutz	Virgindade inútil – novela de uma revoltada (1922)
			Maria Lacerda de Moura	
			Leolinda Daltro	
			Ercília Nogueira Cobra	Em torno da educação (1918)
Quarta Onda	A partir de 1970	Revolução Sexual e a literatura	Rose Marie Muraro	A mulher na construção do mundo futuro (1967)
			Nélida Piñon	Sala de armas (1981)

Fonte: Elaborado com base em Duarte (2003).

As manifestações iniciais dos feminismos no Brasil, assim como no Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, surgiram na primeira metade do século XIX, especialmente por meio da imprensa feminina, como será mostrado adiante, sendo, até então, o principal veículo de divulgação das ideias feministas naquele momento (COSTA, 2013).

Ainda no início do século XIX, as mulheres brasileiras viviam sob preconceitos e estavam presas a uma rígida indigência cultural (DUARTE, 2003). Tanto em famílias mais abastadas como de classes populares, uma das principais preocupações quanto à educação das mulheres era ensinar-lhes a cozinhar e realizar outros afazeres domésticos (ALVES, 2012; MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015). Diante desse cenário, surgiu a necessidade de lutar

por uma primeira causa: o direito de aprender a ler e escrever, reservado até então somente para os homens (DUARTE, 2003).

Entre as pessoas que enfrentaram a opinião dominante sobre as mulheres não necessitarem ler e escrever, está Nísia Floresta Brasileira Augusta, cuja publicação da obra “Direitos das mulheres e injustiças dos homens” (1832) foi a primeira no Brasil a abordar o direito das mulheres à educação e ao trabalho, consistindo em uma releitura de textos internacionais, como “*Vindications of the Rights of Woman*”, de autoria de Mary Wollstonecraft, porém, considerando o contexto das mulheres brasileiras (DUARTE, 2003). Outras obras da autora também ganharam destaque por representarem o marco do despertar da consciência crítica acerca da condição feminina na sociedade brasileira, como: “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A mulher” (1856) (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Por volta de 1870 iniciou-se no Brasil a segunda onda dos feminismos, caracterizada pelo crescente número de jornais e revistas de cunho feminista que abordavam assuntos sobre as desigualdades entre homens e mulheres e o acesso limitado delas aos seus direitos, destacando ainda o acesso à educação e introduzindo o direito ao voto. Destacaram-se nessa época os jornais que abordavam assuntos feministas, como: “O Sexo Feminino”, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, nos períodos de 1873-1875, 1887-1889 e 1890-1896; “Echo das damas”, editado por Amélia Caroline da Silva Couto, circulando pelo Rio de Janeiro entre 1875 e 1885, e “A família”, dirigido por Josefina Álvares de Azevedo, de 1888 a 1897. Também podem ser destacadas revistas como “A mensageira”, que circulou por São Paulo de 1897 a 1900, dirigida por Perciliana Duarte de Almeida (DUARTE, 2003).

A terceira onda dos feminismos no Brasil teve início no século XX, com uma manifestação inédita de mulheres que buscavam o direito ao voto, ao curso superior, e à ampliação do campo de trabalho. Entre as mulheres que se destacaram, está Bertha Lutz, uma das lideranças mais significativas na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos, fundando com outras mulheres a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (DUARTE, 2003). Bertha Lutz era bióloga e importante cientista que, ao voltar na década de 1910 ao Brasil, após um período de estudos no exterior, notou que as mulheres brasileiras eram alvos de fortes opressões, a maioria delas era analfabeta, pois eram impedidas de estudar, mas obrigadas a se profissionalizarem em tarefas voltadas para os ambientes domésticos. A partir dessa constatação, Bertha Lutz travou uma incessante luta que abordava,

além do sufrágio, o direito das mulheres à instrução educacional, ao divórcio e aos trabalhos assalariados (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Também merece destaque Maria Lacerda de Moura, que, por meio da publicação “Em torno da Educação”, de 1918, reafirma ser a educação indispensável para as mulheres conseguirem transformar suas vidas. Leolinda Daltro, líder de um grupo feminista, foi outra mulher que se destacou, conseguindo que o senador Justo Chermont apresentasse o primeiro projeto de lei em favor do sufrágio. Ercília Nogueira Cobra, outro destaque, lançou em 1922, na Semana de Arte Moderna, seu primeiro livro: “Virgindade Inútil: novela de uma revoltada”, em que discutia as explorações sexuais e trabalhistas das mulheres (DUARTE, 2003).

A quarta onda no Brasil, iniciada a partir de 1970, representa a mais exuberante, pois foi capaz de alterar de maneira radical os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas. Esteve articulada com outros movimentos sociais, como a luta por melhores condições de vida e moradia, e movimentos políticos pela anistia e pelos homossexuais (DUARTE, 2003). Em linhas gerais, na quarta onda foram articuladas as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade, com as reivindicações pela redemocratização (COSTA, 2013).

Durante essa quarta onda, diversos encontros e congressos reuniram mulheres, como professoras, atrizes de teatro, estudantes, sindicalistas, e jornalistas, que reivindicavam reconhecimento, conscientização política e melhorias nas condições de vida e de trabalho (CORRÊA, 2001; DUARTE, 2003). Muito foi debatido sobre as sexualidades, o direito ao prazer e ao aborto. O método anticoncepcional tornou-se um aliado dos feminismos, permitindo às mulheres igualem-se aos homens no que diz respeito, por exemplo, à desvinculação do sexo e maternidade (DUARTE, 2003).

Dentre as mulheres de destaque, é importante mencionar Rose Marie Muraro, que em seu livro “A Mulher na Construção do Mundo futuro” (1967), ressalta as qualidades femininas que não eram lembradas por ninguém (FIGUEIREDO, 2008); e Nélida Piñon, que escreveu em 1981 o livro “Sala de armas”, abordando encontros e desencontros amorosos, tornando-se a primeira mulher presidente na Academia Brasileira de Letras (DUARTE, 2003).

Na imprensa as mulheres também se destacaram. Em 1975, foi fundado o jornal “Brasil Mulher”; o “Nós mulheres” em 1976, e, em 1981, foi criado o “Mulherio”, que contava com o apoio da Fundação Carlos Chagas. Os três jornais abordavam assuntos polêmicos, como a anistia, aborto, mulheres inseridas na política, dupla jornada de trabalho,

prostituição, sexualidades, preconceitos raciais, as mulheres no cinema, literatura e teatro (CORRÊA, 2001).

Especificamente sobre o preconceito racial relacionado aos gêneros, Hooks (1995), escritora negra norte-americana, enfatizou as discriminações com as mulheres negras. Segundo a autora, se sobre as mulheres recai a pecha de não ser “apropriada” para os trabalhos intelectuais, uma vez que são consideradas como próximas da natureza, remetendo ao caótico, misterioso e incontrolável, essa estereotipagem é acentuada nas mulheres negras. Aos negros e negras são atribuídas características negativas como a irracionalidade e primitivismo. Dessa forma, as mulheres negras são duplamente caracterizadas como seres inferiores: por sua condição feminina e racial, tendo seus corpos vistos como animalísticos e ainda mais primitivos que os corpos de mulheres brancas ou dos homens negros (HOOKS, 1995).

No interior dos próprios movimentos feministas as mulheres negras enfrentaram as contradições e desigualdades que o racismo e as discriminações raciais produziram entre elas e as mulheres brancas (CARNEIRO, 2003). Dentro desses movimentos, o racismo e o machismo representavam barreiras às suas participações políticas, não havendo um consenso das bandeiras pelas quais elas lutariam nos movimentos de negros e movimentos de mulheres. Isoladas, portanto, em ambos os grupos, as mulheres negras sentiram o peso de lutar contra todos (FERNANDES, 2016).

É importante ressaltar, assim como destaca Hooks (1995), a existência de dois aspectos responsáveis por caracterizar as mulheres como seres inferiores: gêneros e raças. Rios e Silva (2015), por sua vez, vão além e defendem a utilização da expressão “discriminação interseccional”, visto que, ao nos referirmos às mulheres negras, não estamos tratando apenas de discriminações raciais e de gêneros, mas, sim, de articulações entre diversas dimensões da existência humana: raças/etnias, gêneros, classes sociais e outras. Logo, ao considerar as intersecções entre raças, classes e gêneros, há uma ampliação da compreensão sobre a opressão de gêneros, representando um marco crítico sobre as pautas teóricas e políticas dos movimentos feministas (VIGOYA, 2010), bem como subsidia o reconhecimento de práticas discriminatórias que atingem a coletividade das mulheres negras (COLLINS, 2000).

Nos Estados Unidos, em meados da década de 1970, surgiu a expressão *Black Feminism*, pelo que a análise das discriminações sofridas pelas mulheres leva em

consideração os aspectos de raças, classes sociais e gêneros. Esses feminismos negros estadunidenses tornam visíveis as experiências de dominação vivenciadas pelas mulheres negras e possibilitam melhor compreender as relações sociais de poder e seus respectivos efeitos sobre as discriminações sofridas por esses grupos de mulheres (VIGOYA, 2010).

Ao perceber outras realidades discriminatórias vivenciadas pelas mulheres, considerando critérios de classes sociais, raças/etnias, sexualidades, nacionalidades, idades, além dos gêneros, busca-se superar a histórica limitação do reconhecimento das identidades raciais e de gêneros das mulheres negras. Essa limitação é fruto do período ex-escravocata no mundo ocidental, que ensejou a falta de reconhecimento das demandas das mulheres negras em diferentes contextos, como no mercado de trabalho, relações familiares e estereótipos desfavoráveis, como “mulas”, por aguentarem qualquer carga de trabalho (COLLINS, 2000); cuidadoras dos lares, que limpam, cozinham, e cuidam das crianças (HOOKS, 1995); além de terem suas imagens hipersexualizadas, consideradas como mulheres-objetos, sendo alvos de constante assédio sexual (COLLINS, 2000).

No mercado de trabalho as mulheres negras ocupavam quase o dobro de postos de trabalho subalternos e atividades manuais em relação às mulheres brancas, como de serventes, cozinheiras, lavadeiras e passadeiras (BENTO, 1995). Trippia e Baracat (2014) também destacam esse ambiente de desigualdades entre mulheres negras e mulheres brancas, ao relatar que as trabalhadoras negras se deparam com formas desiguais de acesso às oportunidades de emprego, às posições de ocupação, às atividades a serem desenvolvidas, além das diferenças salariais. Os autores também ressaltam maiores dificuldade para as mulheres negras concluírem os estudos, o que pode reduzir seu acesso à melhores oportunidades de trabalho e condições financeiras.

Nas comunidades negras, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, em contextos de poucas oportunidades profissionais e significativas dificuldades financeiras, havia um sentimento de proteger a família e de valorizar a maternidade. As políticas de controle de natalidade e de esterilização afetaram de maneira mais direta as mulheres negras. Logo, enquanto as feministas brancas reivindicavam a plena posse de seus corpos, a independência financeira, questões ligadas à gravidez, aborto e, mais recentemente, ao amor lésbico, as mulheres negras direcionavam suas preocupações para a manutenção de suas famílias, como questões relacionadas ao direito reprodutivo, à mortalidade infantil, violências e à pobreza (FERNANDES, 2016).

Especificamente no Brasil, Carneiro (2003), ao discorrer sobre os movimentos feministas no país, ressaltou a importância do enegrecimento dos feminismos, uma vez que alguns dos pilares dos movimentos feministas não faziam sentido nas experiências das mulheres negras brasileiras. As libertações feministas, por exemplo, que defendiam o direito das mulheres irem às ruas e se lançarem no mercado de trabalho, soava estranho para as mulheres negras que já trabalhavam, seja como ex-escravas nas lavouras; como empregadas domésticas; prostitutas ou vendedoras. De maneira geral, as mulheres negras já estavam inseridas, formal ou informalmente, há muito tempo no mercado de trabalho.

Diante dessa necessidade de lutar pelas especificidades dos grupos de mulheres negras no Brasil, questões políticas debatidas em outros países sobre racismo e sexismo foram colocadas em pauta nos feminismos negros no país no final da década de 1970 e durante os anos de 1980. O objetivo era atender também aos interesses e necessidades dos grupos de mulheres negras e não somente daquelas que representavam as mulheres brancas e eurocêntricas (CARNEIRO, 2003).

Na década de 1970, as mulheres negras brasileiras intensificaram suas organizações e promoveram intensos debates sobre seus direitos sociais, políticos, econômicos e civis. Tratava-se de um momento para delimitar as especificidades das ações políticas dos movimentos; das demandas das mulheres negras; das situações às quais eram submetidas; e de suas necessidades ou condições de vida. O objetivo era construir as identidades dos movimentos, cujo foco esteve nas desigualdades existentes, considerando os aspectos de raças, gêneros e classes sociais (LEMOS, 2015). Nos anos de 1980, os feminismos negros no Brasil chegaram ao auge com a criação de diversas ONGs de mulheres negras, que se avolumaram nos anos de 1990 (LEMOS, 2016).

Ainda no Brasil, houve um crescimento do interesse pela temática dos feminismos negros, representando um novo momento, o tempo de se “tornar negra”, expressão utilizada por Gonzalez (1984) e retomada por Fernandes (2016). Tornar-se negra implica em as mulheres negras assumirem seus posicionamentos de protagonistas nas lutas contra o machismo e racismo, além de criarem resistências aos desejos de embranquecimento que se espera dos negros e negras brasileiras (GONZALEZ, 1984).

Sobre as lutas contra o machismo e racismo, Lemos (2015) discorre sobre a “Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”⁸. Esse movimento, de acordo com a autora, é pautado por um conjunto de objetivos como promover a afirmação das mulheres negras e dar visibilidade às suas demandas políticas e lutas, enfatizando o histórico de desigualdades de gêneros, raças e classes sociais. Essas iniquidades perpetuam-se em seu cotidiano, uma vez que estão inseridas em contextos que apresentam em comum opressões causadas por diferentes manifestações de racismo, sexismo e desigualdades econômicas.

Além de serem décadas importantes para os movimentos de mulheres negras, as décadas de 1970 e 1980 também foram marcadas pela euforia constante nas ruas e universidades, no Brasil (CORRÊA, 2001; DUARTE, 2003). Houve um movimento articulado entre feministas no ambiente acadêmico: alunas e professoras promovendo a institucionalização dos estudos sobre as mulheres. Foram criados diversos congressos, colóquios, seminários e grupos de estudo para promover a discussão entre pesquisadoras, como: o Grupo de Trabalho sobre Estudos da Mulher da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; o Grupo de Trabalho Mulher na Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística; bem como o Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro (DUARTE, 2003).

No início do ano de 1990, multiplicaram-se as modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres estavam articuladas nos bairros por meio das associações de moradores, as operárias por meio dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, e as trabalhadoras rurais articularam-se em suas diversas organizações, começando a se autoidentificarem com os feminismos, então denominados de feminismos populares (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

À medida que a revolução sexual passou a ser assimilada à vida cotidiana, em meados de 1990, as bandeiras dos feminismos passaram por uma gradual acomodação da militância, acabando por minar com uma história que começava a ser escrita. As feministas continuaram a assimilar as novidades trazidas do exterior, subdividindo-as em interesses fragmentados das

⁸ A proposta de realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver surgiu no I Encontro de Mulheres Negras AfroLatino-Americanas, no ano de 1992, em San Domingo, República Dominicana, com a presença de 70 países, que instituíram o dia 25 de julho como o Dia das Mulheres Negras da América Latina e Caribe. (LEMOS, 2015).

comunidades acadêmicas, permitindo que os feminismos saíssem de cena e fossem diluídos em meio aos estudos culturais e gays (DUARTE, 2003).

Os movimentos feministas possibilitaram grandes conquistas às mulheres no que tange aos seus direitos, como ao voto, ao estudo, inserção no mercado de trabalho, divórcio e outras, consolidando uma maior participação feminina na sociedade. No entanto, ainda são muitos os desafios que as mulheres precisam enfrentar, e os movimentos feministas precisam continuar atuantes para garantir a ampliação desses direitos (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Outros e novos tempos são vivenciados, e os movimentos feministas parecem atravessar um necessário e importante período de amadurecimento e reflexão, sobre, por exemplo, a definição reducionista que as próprias mulheres dão a eles (DUARTE, 2003). Teixeira, Cappelle e Oliveira (2012) investigaram a percepção sobre os feminismos de empresárias em uma cidade de Minas Gerais, que participaram do auge dos movimentos feministas no Brasil, ocorridos em 1970. Dentre os resultados apontados pelas autoras, estão as dimensões causadoras dessa limitação, como as mulheres participantes da pesquisa considerarem os feminismos opostos aos femininos, ou seja, ser feministas causa um embrutecimento nas mulheres, que deixam de ser femininas.

Essas visões reducionistas sobre os feminismos levam a declarações recorrentes da sua morte, situação chamada por Hawkesworth (2006) de enterro prematuro dos feminismos. Segundo a autora, pelo mundo todo fala-se sobre a morte dos feminismos. Desde os anos de 1970, jornalistas, acadêmicos e até acadêmicas feministas declaram o fim dos feminismos. Todavia, a autora enfatiza que esse enterro prematuro precisa ser questionado e melhor analisado, uma vez que, apesar de ser considerado morto, as feministas dão continuidade às lutas para conquistar uma agenda ainda não concretizada.

Entre os motivos para a continuidade dessas lutas está a descriminalização e legalização do aborto, em que as mulheres reivindicam o direito à autonomia sobre seus corpos e a tomada de decisões sem a intervenção do Estado. Os números sobre as mortes de mulheres ao realizarem aborto são alarmantes, tornando-se uma das principais causas de mortalidade materna entre as jovens, pobres e negras que, em sua maioria, recorrem às clínicas clandestinas ou realizam os abortos em suas casas (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Outros motivos para não interromper as lutas feministas são as desigualdades salariais: as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens (LEONE; BALTAR, 2008;

CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010; BECKER; KASSOUF, 2012); elas estão em pequeno número nas assembleias e em cargos de direção (LIMA et al., 2013; SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014; MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015); além da violência continuar sendo praticada contra elas com covardia e abuso da força física masculina (VARELA, 1988; FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Diante desses contextos de significativas desigualdades entre homens e mulheres, é possível afirmar que ainda há muito a ser conquistado. Costa (2013) afirma que os feminismos nunca estiveram tão vivos e mobilizados, o que se percebe na atualidade é uma reconfiguração destes enquanto movimentos sociais: já não há mais queimas de sutiãs, as passeatas e panfletagens tornaram-se mais raras. E a cada novos enfrentamentos, conquistas e demandas, os movimentos mudam, mas não significa que tenham perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas ou se acomodado com as conquistas alcançadas (COSTA, 2013).

Ao considerar as mudanças que aconteceram nos movimentos feministas, podemos destacar suas próprias composições. Nos primeiros anos os grupos eram, em parte, homogêneos, compostos por mulheres brancas de classe média. Já na atualidade, são compostos por diferentes setores da sociedade, resultantes de lutas árduas pela equidade de oportunidades (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015). No entendimento de Alvarez (2014), os movimentos feministas, no momento atual, tornam-se cada vez mais plurais e diferenciados entre eles e dentro deles.

Ainda, contrariando às evocações do desaparecimento dos movimentos feministas, pode-se identificar sua presença constante na sociedade brasileira, marcada por uma variedade de identidades políticas, diferentes graus de institucionalização, e variados modos de expressão. Uma das expressões dos feminismos na contemporaneidade é a Marcha das Vadias⁹, que conta com a participação de mulheres brancas, negras, transsexuais e homens que se identificam com os feminismos (GOMES; SORJ, 2014).

No Brasil, a Marcha das Vadias ocorre anualmente em diversas cidades do país, com o intuito de denunciar as diversas problemáticas que as mulheres vivenciam, enfatizando o direito delas de terem autonomia sobre seus corpos. (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

⁹ Nos contextos do assédio sexual e culpabilização das vítimas, surgiu em 2011, em Toronto, no Canadá, as *Slutwalks* (no Brasil conhecida como Marcha das Vadias). Trata-se de um movimento provocado pela afirmação de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no campus de uma universidade, sobre os estupros ocorrem porque as mulheres se vestem como *sluts* (vadias), e, enquanto se vestirem de tal maneira, os estupros não terão fim. Em resposta a afirmação deste policial diversos protestos aconteceram pelo país e a grande repercussão que tiveram contribuiu para internacionalizar o movimento (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

São Paulo foi a primeira cidade brasileira a organizar, em 2011, a Marcha das Vadias. Rapidamente essa marcha foi disseminada pelo país, mobilizando a juventude e evidenciando as possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. No segundo ano da marcha, 2012, um total de 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos utilizando ferramentas como *Twitter*, *Facebook*, *Youtube*, *blogues* e *e-mails*. A principal pauta dos protestos realizados envolve o corpo, que apresenta duplo e importante papel: as mulheres pedem autonomia sobre seus corpos, que são os principais meios de protestos e suportes de comunicação (GOMES; SORJ, 2014).

Ao adotar o termo “vadia”, a marcha ressignifica-o positivamente. O slogan “Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias”, comum à marcha em diferentes cidades do Brasil, ilustra autonomia. E para expressá-la, as participantes utilizam roupas sensuais, batom vermelho e *topless* nas marchas. Palavras de ordem como “meu corpo, minhas regras” e “meu corpo não é um convite” são escritas em seus corpos. A maneira como o corpo é visto na Marcha das Vadias representa uma mudança ao ser comparada com as gerações anteriores dos feminismos, que o viam como sendo atrelado às reivindicações pela descriminalização do aborto, pelo planejamento familiar e saúde das mulheres. Já as gerações contemporâneas adotam um significado mais amplo, em que ter autonomia sobre os corpos implica em um modo de experimentação (GOMES; SORJ, 2014).

Os feminismos atuais são múltiplos em todos os aspectos, uma vez que são interpelados por diversas vozes que trazem inscritas seus conhecimentos e marcas de opressão (GONÇALVES et al., 2016). É possível, então, afirmar que os feminismos continuam vivos, e a luta pela equidade de oportunidades entre homens e mulheres segue. Logo, resgatar suas ondas no mundo e, principalmente no Brasil, possibilitou compreender a importância dos movimentos sociais, uma vez que apresentaram e ainda apresentam importantes contribuições, por meio das lutas feministas, para que as mulheres ocupem espaços, por exemplo, na ciência, política e empresas.

Entender essas ondas dos feminismos mostra que alguns direitos foram alcançados, como ao voto e à sindicalização, mas em diversas situações as mulheres ainda não são valorizadas e tampouco seus trabalhos são reconhecidos. Muitas ainda vivem em condições de invisibilidade, e é nosso intuito, por meio desta pesquisa, mostrar que parcela dessas mulheres, as trabalhadoras rurais da Região do Cerrado Mineiro, são protagonistas de suas histórias e capazes de falarem por si.

Compreender os mares chamados feminismos possibilitou conhecer seus espaços de formação e de abrangência, sobre os quais suas ondas se movimentaram e ainda movimentam. Espaços caracterizados por desigualdades de classes sociais, raças/etnias e, principalmente de gêneros. E é justamente com o intuito de compreender melhor este último tipo de desigualdade que apresentamos, a seguir, a subseção sobre gêneros, na qual um dos focos está na apresentação das abordagens ou teorias feministas.

2.2 Gêneros como uma categoria analítica e as abordagens feministas

A categoria gêneros, a partir da releitura feita por meio de uma perspectiva de poder nos feminismos, tornou-se um aspecto central na ação política e nas teorias feministas, destacando-se a partir da segunda metade do século XX. Em 1970, as feministas passaram a utilizá-la como um elemento de análise da sociedade, caracterizando-a como uma construção social e histórica de relações sociais desiguais entre homens e mulheres, resultando na opressão delas. Ao buscar possíveis explicações para essa opressão, as feministas propuseram leituras sobre gêneros, sobre os sistemas opressores de mulheres e sobre as ações políticas feministas (MAYORGA et al., 2013).

Ao longo do tempo, diferentes definições foram propostas e apresentadas para o termo gêneros, duas delas, consideradas contraditórias, foram propostas por Nicholson (1994). A primeira, presente na primeira onda dos feminismos, em países como Europa e Estados Unidos, implica na utilização do termo em oposição à palavra *sexos*, utilizado para descrever as construções sociais, em detrimento das biológicas, representando aspectos relacionados às personalidades e comportamentos, e não aos corpos.

A segunda definição, por sua vez, foi enfatizada na segunda onda dos feminismos, nos contextos internacionais, e emprega o termo gêneros como uma referência a toda e qualquer construção social que vise distinguir o sexo masculino do feminino. Nesse entendimento, o termo inclui distinções em termos de corpos femininos e corpos masculinos, uma vez que a sociedade contribui não só com a formação das personalidades e comportamentos, mas influencia também na maneira como os corpos tornam-se evidentes (NICHOLSON, 1994).

O termo gêneros é também definido como uma construção cultural, em que corpos sexuados assumem significados culturais: “É o meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada ou um sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à

cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2003, p. 25). Por sua vez, Matos (2009) amplia o conceito de gêneros ao considerar sua relação com outros elementos além da cultura, como etnias, classes sociais, e ocupações. Segundo a autora, existem diversos gêneros e muitos femininos e masculinos, cabendo a nós “[...] reconhecer a diferença dentro da diferença” (MATOS, 2009, p. 292).

A utilização mais abrangente para gêneros, incluindo homens e mulheres em suas diversas conexões, hierarquias, precedências e relações de poder, é também destaque no trabalho de Scott (1995). E, indo ao encontro dessa abrangência, Teixeira (2016, p. 345) afirma que “[...] estudar gênero pode ser, além de estudar mulheres, estudar homens, as relações entre ambos e toda a ideia socialmente construída acerca do que seja não só feminilidades, mas também masculinidades”.

A escolha de mulheres como participantes desta pesquisa não implica na compreensão de gêneros como sinônimo de mulheres. Nossa escolha pode ser explicada pelo posicionamento adotado que é o de criar um espaço para que aquelas cujas vozes foram silenciadas possam falar por si. De acordo com Teixeira (2016), os estudos sobre mulheres colocam em evidência as desigualdades que, por muito tempo, permaneceram como algo inegalmente natural e característico de uma sociedade composta por dois gêneros [masculino e feminino] naturalmente diferentes, e opostos, divergindo, principalmente, no que tange ao acesso de seus direitos.

Ao retomar as definições para o termo gêneros, Scott (1995) ainda enfatiza que o núcleo da definição envolve uma conexão entre duas proposições: (1) é um elemento característico de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) uma forma primária de significar as relações de poder, em que mudanças na organização das relações sociais implicam em alterações nas representações de poder.

Essas relações são evidenciadas por Johnson (2014) ao discorrer sobre as relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres. O autor examinou a interação empírica entre o poder sociopolítico feminino e as taxas de estupro de 105 municípios localizados em um estado agrário, culturalmente patriarcal. Ele verificou que à medida que as mulheres começam a progredir nos contextos sociopolítico, buscando a equidade de gêneros, os homens (grupo dominante) reagem por meio de mecanismos de controle social, tentando reduzir as ameaças percebidas. Um desses mecanismos é o estupro, que está mais ligado ao controle e dominação masculina do que o desejo sexual.

Para compreender essas desigualdades entre os sexos, os gêneros tornam-se, então, uma categoria de análise relevante, tanto nos espaços públicos, quanto nos privados, revelando como as desigualdades foram construídas socialmente e como podem ser desconstruídas (ANDRADE; OLIVEIRA; MACEDO, 2014). Essa categoria analítica surgiu em função das críticas e das mudanças nas reivindicações dos movimentos feministas, sendo empregada nas tentativas de desconstrução das diferenças fundamentais percebidas entre homens e mulheres (BUDGEON, 2014).

Essa categoria de análise pede para si um espaço específico, visto que os corpos teóricos existentes foram considerados insuficientes para explicar que as desigualdades entre homens e mulheres ainda persistem. Assim, surgem as abordagens de gêneros na crise enfrentada pelos paradigmas tradicionais da escrita da história, questionando as abordagens globalizantes; a história centrada nos estudos dos grupos dominantes e heróis masculinos; bem como a universalidade de seus discursos. Além de buscar descobrir a história daqueles que até então “não tinham história”, a quem foram negadas visibilidade e voz nos discursos históricos (MATOS, 2009).

As abordagens de gêneros são englobadas em três posições teóricas centrais apresentadas por Scott (1995): (1) tentativa inteiramente feminista, buscando as origens do patriarcado; (2) procura por um compromisso com as críticas feministas, e (3) as “tradições pós” que buscam explicar a produção e reprodução das identidades de gêneros dos sujeitos.

A primeira posição teórica trata das teorias do patriarcado e volta sua atenção à subordinação das mulheres, cuja explicação estava na necessidade masculinas de dominá-las. Como limitações, essa posição apresentou: (1) ausência da relação das desigualdades de gêneros com os outros tipos de desigualdades, como as raciais; e (2) análise baseada apenas nas diferenças físicas, pressupondo significados permanentes ou inerentes aos corpos humanos, fora de construções sociais/culturais. Na segunda posição teórica, os(as) feministas são chamados(as) de feministas marxistas e adotam uma abordagem histórica por serem guiados(as) por uma teoria da história, buscando uma explicação “material” para os gêneros (SCOTT, 1995).

Os primeiros debates entre os(as) feministas marxistas estavam em torno de: (1) da rejeição ao essencialismo daqueles que defendiam as exigências da reprodução biológica como um determinante da divisão do trabalho no capitalismo; (2) da futilidade em inserir nas discussões sobre modos de produção, os modos de reprodução; (3) do reconhecimento de que

os sistemas econômicos não determinam, diretamente, as relações de gêneros; e (4) da compreensão sobre a subordinação das mulheres ser uma condição anterior ao surgimento do capitalismo (SCOTT, 1995).

A terceira e última posição teórica aborda duas escolas de pensamento: Escola Anglo-Americana, que trabalhava nos termos das teorias de relação de objeto; e a Escola Francesa, baseada em leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem. Ambas se preocupavam com os processos pelos quais as identidades dos sujeitos eram criadas, centrando-se nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança, objetivando assim encontrar pistas sobre as formações das identidades de gêneros (SCOTT, 1995).

Outras sete abordagens são apresentadas por Calás e Smircich (1999) e Tong (2009), denominadas abordagens feministas ou ainda teorias feministas: Liberal; Radical; Psicanalítica; Marxista; Socialista; Pós-estruturalista e, por fim, Terceiro-Mundista/(Pós) Colonial. Essas sete teorias feministas estão sintetizadas no Quadro 02, composto por sete colunas que relacionam cada teoria às suas origens intelectuais, concepção da natureza humana, concepção de gênero, conceito de “boa sociedade”, posição epistemológica e as metodologias utilizadas. Apesar de cada abordagem ser diferente quanto aos aspectos metodológicos, epistemológicos e aos conceitos do termo gêneros adotados, todas reconhecem a dominação masculina nas relações sociais e evidenciam os desejos de mudanças dessa condição.

Quadro 2 - Abordagens feministas

(continua)

Abordagens	Origens intelectuais	Concepção da natureza humana	Concepção de gênero*	Conceito de “boa sociedade”	Posição epistemológica	Metodologias utilizadas
Liberal	Teoria política dos séculos XVIII e XIX	Seres autônomos, racionais	Socializado em seres humanos sexuados pelo comportamento adequado a cada sexo	Pessoas autônomas e realizadas por meio de um sistema de direitos individuais	Positivista, assumindo uma objetividade neutra em relação ao gênero	Experimentos laboratoriais; análises correlacionais; eminentemente quantitativas
Radical	Movimentos feministas no final dos anos 1960	Seres corpóreos sexuados	Uma construção social que assegura a subordinação das mulheres aos homens	Livre de distinções de gênero ou de sexo	Conhecimento holístico centrado no feminino é possível fora das estruturas patriarcais	Grupos de conscientização e estudos de caso
Psicanalítica	Teorias psicanalíticas freudianas	Desenvolvida biológica e psico-sexualmente	Estrutura um sistema social de dominação masculina que influencia o desenvolvimento psicosexual	Não há estruturas de gênero	Conhecimento das mulheres difere do masculino, visto os diferentes desenvolvimentos psicosexuais.	Estudos de casos clínicos e histórias de vida
Marxista	Crítica marxista da sociedade capitalista	A essência humana é o conjunto de relações sociais	Parte das relações históricas de classe que constituem sistemas de opressão sob o regime capitalista	Sem classes, permitindo o total desenvolvimento da natureza humana	Os feminismos devem adotar a concepção de uma classe oprimida sob o capitalismo, e assim representar os interesses da sociedade como um todo	Econometria, análises históricas de dados macro-sociais.

Quadro 2 – Abordagens Feministas

(conclusão)

Abordagens	Origens intelectuais	Concepção da natureza humana	Concepção de gênero*	Conceito de “boa sociedade”	Posição epistemológica	Metodologias utilizadas
Socialista	Em 1970 como tentativa dos movimentos feministas em sintetizar os feminismos marxista, psicanalítico e radical.	Criada histórica e culturalmente por meio de inter-relações dialéticas entre biologia humana, sociedade e trabalho	Constituído processual e socialmente por meio de diversas intersecções de sexos, raças, ideologias e experiências de opressão sob o patriarcado e o capitalismo	Sistemas (privados ou públicos) sem opressão baseada em sexo, gênero, raça, classe etc.	Visões das feministas representam uma condição histórica particular de opressão, mais adequada à compreensão da sociedade contemporânea	Estudos de caso e etnografias institucionais
Pós-Estruturalista/Pós-Modernista	Críticas pós-estruturalistas sobre o “conhecimento” e “identidade.”	Sujeito racional do humanismo é retirado	Representa práticas discursivas que constituem subjetividades específicas, por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos	Requer a contínua desconstrução e desnaturalização de discursos e práticas que a constituem	A “epistemologia” é problematizada pela heterogeneidade de posições do sujeito e das identidades sociais	Análise de discurso e desconstrução, genealogias foucaultianas
Terceiro-Mundista/(Pós) Colonial	Interseções dos feminismos ocidentais e das críticas pós-coloniais das epistemologias ocidentais.	Construto ocidental que surgiu ao tornar o “outro” invisível ou “quase” humano	Considera a constituição de subjetividades complexas que vão além dos conceitos ocidentais de sexo/gênero	É uma ideologia ocidental produzida por relações coloniais que favorecem a ocidentalização	“Conhecimento” é um sistema de relações de poder imposto pelo Ocidente ao “resto”	Análise de conteúdo de discursos, desconstrução/reconstrução pós-coloniais, e testemunhos escritos

Fonte: Adaptado de Calás e Smircich (1999).

*As autoras empregam o termo gênero, no singular.

A Teoria Feminista Liberal teve suas raízes na tradição política liberal, entre os séculos XVII e XVIII, quando o domínio da igreja e do feudalismo deram espaço para o surgimento do capitalismo e sociedade civil. Na sociedade liberal, as mulheres não votavam, não podiam ter propriedades em seu nome, sendo cada vez mais dependentes economicamente, em virtude do processo de industrialização. Essa perspectiva considera que as mulheres precisam do mesmo acesso dos homens às oportunidades em todos os âmbitos de sua vida, mas sem a necessidade de transformações radicais dos sistemas sociais e políticos (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Logo, sua principal preocupação estava em mostrar que as mulheres são tão humanas quanto os homens (TONG, 2009).

Para os adeptos dessa teoria, os sexos são considerados características naturais e gêneros uma categoria construída socialmente. A ideia de boa sociedade estava vinculada a uma sociedade justa que possibilitasse às pessoas serem autônomas e realizarem-se pessoalmente por meio de um sistema de direitos individuais. As pesquisas que utilizam essa perspectiva normalmente são positivistas, utilizando de experimentos laboratoriais e análises quantitativas (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Dentre as críticas feitas sobre a Teoria Feminista Liberal, Tong (2009) destaca três: (1) o racional, livre e autônomo defendido nessa teoria é na verdade um “eu” masculino; (2) as mulheres são sim tão humanas quantos os homens, entretanto, não são iguais a eles; e (3) concentração apenas, ou principalmente, nos interesses das mulheres brancas, de classe média e heterossexuais.

Embora os feminismos liberais apresentem essas fraquezas, foi a partir dele, por exemplo, que passou a haver maior participação das mulheres nos domínios públicos dos homens (TONG, 2009). Fruto da insatisfação das mulheres com os movimentos libertários desses feminismos Liberais, surge a Teoria Feminista Radical no final da década de 1960 (CALÁS; SMIRCICH,1999). Essas mulheres insatisfeitas viam-se como revolucionárias e não reformistas, tal como mostraram-se as feministas liberais, que acreditavam alcançar a equidade de gêneros por meio de reformas dos sistemas, buscando eliminar políticas discriminatórias, educacionais, jurídicas e econômicas (TONG, 2009).

O problema principal adotado por essa teoria está na subordinação das mulheres à dominação dos homens. Logo, as feministas radicais buscam transformações sociais e culturais, bem como legais e políticas do que alimenta o regime patriarcal (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Em outras palavras, lutam por melhorias nas condições impostas às mulheres, nos contextos de suas participações em movimentos sociais radicais, como o de

direitos civis e anti-guerra do Vietnã. Elas foram responsáveis por introduzir no pensamento feminista a prática da conscientização: por meio de reuniões em pequenos grupos, compartilhavam suas experiências pessoais e acabavam tendo a certeza de que não eram exclusivas a elas, mas, sim, eram compartilhadas por outras mulheres (TONG, 2009).

Ainda no entendimento dessa teoria, as pessoas são vistas como seres corpóreos sexuados e, portanto, seus seguidores consideram a existência de “classes sexuais”, responsáveis por colocar as mulheres na condição de classe oprimida. Gêneros são considerados como resultantes de construções sociais que garantem a subordinação delas aos homens, logo, uma “boa sociedade” seria aquela em que não há distinções de gêneros ou de sexos (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

As pesquisas orientadas por essa Teoria Feminista Liberal assumem uma posição epistemológica de que o conhecimento holístico centrado nos femininos é possível somente fora das estruturas patriarcais. Assim, para poder trabalhar esse conhecimento, as metodologias interpretativistas mais recomendadas são os grupos de conscientização e os estudos de caso (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Dentre as contribuições dessa abordagem, ressalta-se que ela: (1) evidencia as possibilidades e as visões de mundo existentes fora do patriarcado; e (2) mostra a conscientização como uma forma de pesquisa e prática organizacional, desenvolvendo poder político para os participantes. Como limitações, podem ser destacadas: (i) as estratégias separatistas utópicas, uma vez que as realidades sociais não respaldam as condições para a constituição de espaços considerados para mulheres; (ii) as percepções de que a política pode representar apenas os interesses de mulheres brancas e de classe média; e (iii) atribuições do caráter essencial aos gêneros e às mulheres, destacando os femininos diante dos masculinos, por meio dos estereótipos, e deixando obscuras importantes diferenças (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Cada teoria feminista considerada até aqui oferece explicações para a opressão das mulheres, enraizada nas estruturas políticas e econômicas da sociedade ou nas relações, papéis e práticas sexuais e reprodutivas das pessoas. As feministas liberais alegam que proporcionar às mulheres os direitos e oportunidades que os homens desfrutam é suficiente para eradicar as desigualdades de gêneros. Já as feministas radicais insistiam que, se as equidades de gêneros são uma meta, primeiro, deve-se examinar os direitos e responsabilidades sexuais e reprodutivos de homens e mulheres. Só então é possível compreender porquê os sistemas que

promovem a dominação masculina e a subordinação feminina são tão persistentes e prevalentes (TONG, 2009).

Em contraste com as feministas liberais e radicais, estão as feministas da abordagem psicanalítica. De acordo com Tong (2009), para elas, a explicação fundamental sobre a maneira de agir das mulheres está enraizada na sua psique. Com base em construções freudianas e/ou construções lacanianas, elas alegam que as identidades de gêneros estão enraizadas em uma série de experiências acessíveis somente por meio da psicanálise. Essas, por sua vez, resultam na visão dos homens enquanto sexo masculino e das mulheres enquanto sexo feminino, e, também, na visão das sociedades patriarcais sobre o masculino ser melhor que o feminino (TONG, 2009).

Nessa abordagem feminista psicanalítica, considera-se que a natureza humana é desenvolvida biológica e psicologicamente, e as identidades sexuais das pessoas são criadas como parte de seus desenvolvimentos psicosssexuais. Para seus adeptos, gêneros seriam as estruturas de um sistema social em que há dominação masculina. A sociedade ideal é aquela em que não existem estruturas de gêneros. Os pais, por exemplo, dividiriam a responsabilidade pela criação dos(as) filhos(as) e as crianças poderiam, assim, crescer reconhecendo as fraquezas e forças de ambos, não culpando-os pela condição humana (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Quanto à posição epistemológica, na Teoria Feminista Psicanálita é adotada aquela em que o modo de conhecimento das mulheres difere do dos homens em virtude dos diferentes desenvolvimentos psicosssexuais. Para poder trabalhar esse conhecimento, as metodologias mais utilizadas são os estudos de caso, focando nas relações sociais e nos processos de desenvolvimento; bem como são utilizadas as histórias de vida (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Outra abordagem apresentada é a Teoria Feminista Marxista, que representa uma crítica ao capitalismo, visto como uma das principais causas da opressão feminina. Nessa teoria, a economia é vista como condicionante da vida social, política e intelectual, logo, o modo capitalista de produção e a luta de classes entre capital e trabalho são seus aspectos centrais (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Classes sociais e gêneros representam categorias sociais caracterizadas pela dominação e opressão das classes dominantes, sendo determinantes de padrões estruturais na sociedade (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Assim, as feministas marxistas consideram o classismo como causa fundamental da opressão das mulheres e não o sexismo (TONG, 2009).

A ideia de boa sociedade compartilhada pelos adeptos da Teoria Feminista Marxista está voltada para uma sociedade sem classes sociais, possibilitando o desenvolvimento pleno da natureza humana, em que, uma vez alteradas as relações entre homens e mulheres, torne-se possível modificar as identidades de gêneros e, conseqüentemente, eliminar as desigualdades (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

A posição epistemológica adotada nessa abordagem é a de que os feminismos devem privilegiar uma visão de classe oprimida sob o capitalismo, representando os interesses da sociedade. Os métodos mais utilizados, considerando essa posição, são a econometria e análises de dados macrossociais (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Algumas feministas marxistas mostraram-se insatisfeitas com a cegueira das questões de gêneros e suas tendências a considerar a opressão feminina como não sendo tão importante quanto a opressão dos trabalhadores. Para responder a essa insatisfação, bem como na tentativa de sintetizar os movimentos marxistas, psicanalítico e radical, surgiu a Teoria Feminista Socialista, em 1970 (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Ao contrário das feministas marxistas, as socialistas não tinham certeza de que o classismo era pior ou o único inimigo das mulheres. Para entender a subordinação delas aos homens, as feministas socialistas adotaram uma integração entre classes sociais e sexos, além de outros aspectos de identidades, como raças/etnias ou orientações sexuais (TONG, 2009).

A natureza humana é vista nessa abordagem feminista Socialista como resultado das inter-relações entre biologia humana, sociedade e trabalho. Os gêneros são frutos das relações entre sexos, raças, ideologias e experiências de opressão proporcionadas pelo patriarcado e capitalismo (CALÁS; SMIRCICH, 1999). A boa sociedade seria, então, aquela que eliminasse todos os sistemas de opressão, e a liberdade feminina estaria vinculada à eliminação do patriarcado, possibilitando, então, a destruição do capitalismo (CERCHIARO; AYROSA; ZOUAIN, 2009).

Na Teoria Feminista Socialista, adota-se uma posição epistemológica que considera as visões feministas como representantes de condições históricas particulares de opressão, mais adequada para compreender a sociedade contemporânea. Assim, as metodologias mais indicadas são os estudos de caso e as etnografias institucionais (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Para Nicholson (1990), grande parte das limitações das teorias feministas presentes entre as décadas de 1960 e 1980 foi consequência do legado metodológico que diversas acadêmicas feministas herdaram. Ao considerar esses contextos, a Teoria Feminista Pós-Estruturalista/Pós-Moderna, diferentemente das teorias liberal e marxista, questiona o

“conhecimento positivo” difundido na sociedade. Ela interroga, conforme Calás e Smircich (1999, p. 300):

[...] as posições ontológicas e epistemológicas das teorias modernas (sua fundação, seu essencialismo e universalismo), incluindo as posições de diversas teorias feministas, de modo a articular um “sujeito de conhecimento privilegiado (experiências e pontos de vista das mulheres), um “feminismo essencial” e uma representação geral da “mulher”.

A Teoria Feminista Pós-Estruturalista/Pós-Moderna questiona o conhecimento e como ele é constituído. Essas indagações visam demonstrar também a instabilidade da linguagem como forma de representação (NICHOLSON, 1990). As figuras das mulheres, por exemplo, vistas como os outros no sistema de linguagem dominante são questionadas por essa teoria. Para tanto, a abordagem utiliza conceitos da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, que considera a linguagem como um sistema de diferenças que, por ser vista como um sistema de significados, é maleável ao longo do tempo, bem como ambígua e excessiva, uma vez que um único termo pode ter diferentes significados (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Nessa abordagem, a natureza humana desconstrói a ideia de sujeito racional, considerada central no Humanismo. Gênêros são vistos como práticas discursivas, constituintes de subjetividades específicas, e a boa sociedade seria aquela que desconstrói e desnaturaliza os discursos e práticas que a constituem. A problematização da epistemologia está na heterogeneidade de posições dos sujeitos e das identidades sociais, não existindo um “sujeito do conhecimento” para sustentá-la. Assim, os métodos mais indicados são análise do discurso, bem como a desconstrução. (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

A sétima abordagem apresentada por Calás e Smircich (1999) é a Teoria Feminista Terceiro-Mundista/(Pós) Colonial, ou abordagem multicultural, assim nomeada por Cerchiaro; Ayrosa e Zouain (2009). Essa abordagem estende os *insights* pós-modernos e pós-estruturalistas, buscando desconstruir os discursos ocidentais ao mostrar que suas produções implicam na legitimação do imperialismo e colonialismo. Teoriza sobre posições e as relações de sujeitos heterogêneos, como mulheres, negras, que se mostram divergentes das imagens raciais e de gêneros produzidas pelo conhecimento ocidental (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Tong (2009) também destaca o aspecto da heterogeneidade na abordagem terceiro-mundista/ pós-colonial. A autora destaca que os pensamentos feministas são direcionados para o reconhecimento das diversidades de mulheres e os desafios por elas enfrentados e, por esse motivo, o essencialismo feminino é desafiado. Essa abordagem rejeita também a tendência de

algumas mulheres, particularmente as mais privilegiadas, membros de uma nação do Primeiro Mundo/Desenvolvida/Norte/Ocidental, falarem em nome de todas as outras mulheres.

A concepção de natureza humana na Teoria Feminista Terceiro-Mundista/Pós-Colonial é analisada como um construto ocidental que surgiu ao invisibilizar o “outro”. Gêneros são considerados como a constituição de subjetividades complexas que estão muito além dos conceitos ocidentais sobre o termo (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

Nesta pesquisa, adotamos a noção de gêneros na perspectiva pós-colonial. Assim, ao objetivarmos analisar como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, estamos buscando identificar, compreender e tentar desconstruir relações sociais desiguais de poder. Relações essas, resultantes de construções sociais dos papéis que são impostos para homens e mulheres, tendo como base as diferenças sexuais, culturais, étnicas, de classes e outras que venham a ser consideradas importantes para o nosso estudo.

O conceito de boa sociedade é visto como uma ideologia do Ocidente, resultante das relações coloniais que favoreceram a ocidentalização. A posição epistemológica utilizada pelos adeptos dessa abordagem Terceiro-Mundista/Pós-Colonial é a de que o conhecimento representa um sistema de relações de poder imposto pelo Ocidente ao “outro”. E para tentar desconstruir esse conhecimento são utilizadas metodologias como a análise de conteúdo de discursos, a desconstrução/reconstrução pós-colonial e os testemunhos escritos (CALÁS, SMIRCICH, 1999).

De forma resumida, retomando o que já foi exposto na primeira seção deste trabalho, a teoria pós-colonial questiona a condição subalterna de grupos de mulheres, negras e negros, que não podiam manifestar-se nos contextos ocidentais, sendo esses grupos representados pelos mais privilegiados. Como buscamos conhecer mais sobre as trabalhadoras rurais, estamos justamente questionando a condição subalterna desse grupo, não considerado em pesquisas, principalmente no campo da Administração, como destacado anteriormente.

Ao apresentar os aspectos relacionados a cada uma das sete teorias descritas por Calás e Smircich (1999) e Tong (2009), buscamos compreender os contextos em que a Teoria Pós-Colonial surgiu. Como foi possível perceber, essa teoria está relacionada às outras seis abordagens, uma vez que todas consideraram gêneros e relações de gêneros somente baseadas em imagens e experiências sociais das pessoas mais privilegiados do Primeiro Mundo.

Por ser, como já mencionado, a perspectiva teórico-metodológica orientadora desta pesquisa, a seção a seguir é dedicada ao propósito de aprofundar na sua compreensão.

4 O PÓS-COLONIALISMO: QUANDO OS “OUTROS” FALAM POR SI

Nesta seção, buscamos compreender um pouco mais sobre a teoria pós-colonial, abordagem adotada nesta pesquisa. Para tanto, inicialmente, consideramos relevante entender no que consiste o colonialismo¹⁰ para, posteriormente, adentrarmos na teoria pós-colonial.

O mundo colonial se formou a partir de viagens de navegação dos europeus em direção ao Oriente e ao então chamado “Novo Mundo” (SCHWARTZ, 2011). O colonialismo pode ser definido como um momento histórico (MIGNOLO, 2003) em que, por meio de uma política, é exercido controle ou autoridade em alguns territórios, sendo esses ocupados por um grupo de indivíduos detentores de poder, chamados de colonizadores. Os nativos desses territórios dominados, por sua vez, são chamados colonizados(as) (LUGONES, 2014).

Esses ambientes colonizados, chamados de colônias, e divididos em colonizadores e colonizados(as), apresentava como linha divisória, ou seja, a fronteira: os quartéis e delegacias de polícia. Neles, os soldados eram os interlocutores legais e institucionais dos colonizados(as), sendo porta-vozes dos colonizadores e dos regimes de opressão. Os contatos que mantinham com os(as) colonizados(as) eram por meio de linguagens de pura violência, fomentando a dominação (FANON, 1968).

Os espaços físicos ocupados pelos colonizadores eram compostos por cidades feitas para brancos e estrangeiros, sólidas, construídas com pedras e ferro, iluminadas e asfaltadas. Já os locais destinados aos(às) colonizados(as), como os(as) indígenas e negros(as), eram considerados mal afamados e povoados por homens também de má fama. Não importava se alguém nascia ou morria, pois era um mundo sem intervalos, onde homens e mulheres viviam uns sobre os outros e suas casas eram amontoadas. Eram famintos de pão, carne, sapatos, carvão e luz. Eram dois mundos opostos, habitados por espécies diferentes (FANON, 1968).

Especificamente nas colônias latino-americanas, Taylor (2007) destaca também as diferenças entre os contextos dos colonizadores e colonizados(as). Segundo o autor, de um lado, havia o padrão cultural europeu da família branca, heteroafetiva, católica e patriarcal; e,

¹⁰ Ressaltamos a utilização do termo colonialismo diferindo de colonialidade. Colonialismo remete a um momento histórico, já a colonialidade transcende as especificidades do colonialismo histórico e mantém-se viva após a independência ou descolonização (MIGNOLO, 2003). Em outras palavras, colonialismo representa a dominação político-econômica de alguns povos sobre outros, sendo anterior à colonialidade que, por sua vez, remete ao sistema de classificação universal existente no mundo por mais de 500 anos (QUIJANO, 2000).

do outro lado, uma diversidade enorme de culturas retiradas de seus contextos originais (no interior e fora das colônias) pela força do império português (espanhol, inglês ou francês, a depender do tipo de colonialismo) e trazidos para serem explorados e subjugados como força de trabalho nas colônias latino-americanas.

No início da colonização nas Américas e no Caribe houve uma distinção dicotômica e hierárquica entre humanos e não humanos imposta pelos homens ocidentais sobre os colonizados(as), sendo acompanhada por outras distinções, como homens e mulheres. Somente os civilizados, ou seja, os colonizadores, eram considerados humanos, homens ou mulheres. Já os povos indígenas das Américas, assim como os africanos ex-escravizados, foram classificados como não humanos, vistos(as) como animais, selvagens e incontroláveis sexualmente (LUGONES, 2014).

Os homens europeus, burgueses, eram vistos como sujeitos/agentes da civilização, heterossexuais, cristãos e capazes de tomar decisões. As mulheres europeias, burguesas, apesar de serem também consideradas humanas, não eram vistas como os homens. Eram consideradas como quem está a serviço deles, para satisfazer-lhes, sendo passivas e estando atadas às tarefas do ambiente doméstico. As “mulheres” colonizadas, por sua vez, foram percebidas como uma categoria vazia, não sendo nem mesmo consideradas mulheres, uma vez que apenas as civilizadas poderiam ser assim “classificadas” (LUGONES, 2014).

Com o passar do tempo, a classificação “colonizados(as)” expandiu-se consideravelmente e passou a incluir “mulheres”, classes subjugadas e oprimidas, minorias nacionais e até subespecialidades acadêmicas que eram marginalizadas. O *status* do povo colonizado também foi fixado em zonas de dependência e periferia, estigmatizadas durante a designação de países subdesenvolvidos, menos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, governados por colonizadores desenvolvidos ou metropolitanos (SAID, 1989).

As diferenças entre europeus e nativos, de acordo com Rosa (2016), devem ser entendidas, sobretudo, como uma diferença racial: a “raça branca” era considerada um atributo dos europeus (dominantes/colonizadores) e as “raças de cor” atributo dos nativos (dominados(as)/colonizados(as)). Essas diferenças raciais, conforme afirma o autor, segregava e hierarquizava os grupos, entretanto, não era encontrada entre os próprios europeus, uma vez que todos já eram considerados brancos, mas existiam diferenças de classes e gêneros, organizando a dominação intragrupal.

Ao considerar as classes sociais, o colonialismo foi uma maneira de expandir o capitalismo, fundando as bases da divisão entre centro e periferia do capital (LAZARUS,

1994), com o predomínio de dois tipos de relação capital-trabalho: no centro, estavam os brancos assalariados, e na periferia, os não brancos, ex-escravos ou ex-servos. As relações centro/periferia e trabalho assalariado/ex-escravo foram responsáveis por dar visibilidade às diferenças de classes sociais, criando mecanismos eficientes de acumulação de capital em benefício da Europa (centro) e fomentando as desigualdades sociais e raciais que marcaram as relações entre os grupos dentro das colônias (periferia) (QUIJANO, 2000).

Sobre as diferenças de gêneros, Freyre (2004) destaca que as mulheres brancas deveriam ser fiéis aos seus maridos, já eles, embora formalmente inseridos num casamento monogâmico, possuíam plena liberdade sexual com “mulheres” não brancas, vistas como “coisas”. Logo, além das funções domésticas, estas eram obrigadas a prestar serviços sexuais aos seus senhores.

Os meninos, filhos dos senhores, assim como os pais, possuíam grande liberdade, inclusive sexual, no ambiente da casa-grande. Iam para Europa estudar e desde pequenos faziam parte dos espaços de poder nos contextos públicos. Já as filhas eram rigidamente supervisionadas, exigindo-se delas posturas recatadas e submissas. Estudavam em escolas para moças onde aprendiam as atividades referentes aos seus futuros papéis de esposas e mães. Assim, estavam presas a um ciclo de dominação: mal saíam do controle paterno e já estavam submissas às ordens dos maridos (ROSA, 2016).

Para os colonizados(as), a colonização foi um destino com resultados duradouros até depois da independência nacional ter sido alcançada. Pobreza, dependência, subdesenvolvimento e diversas patologias de poder e corrupção persistiram, fazendo com que os ex-colonizados(as) permanecessem vítimas de seu passado (SAID, 1989).

Sobre esse passado que resiste, Lugones (2014) destaca também um dos aspectos que se mantém: a colonialidade dos gêneros, presente nas relações sociais e intersecções de gêneros, classes sociais e raças como construtos centrais no sistema de poder capitalista mundial. Os intelectuais e a academia têm defendido a ideia de que a herança ocidental, considerada por alguns como pós-moderna, e, por outros, como advinda da conturbada história dos colonizadores e colonizados(as), precisa ser revista, re-elaborada e re-escrita. No caso do Brasil, colonizado por mais de três séculos, a herança advém dos ex-colonizadores e dos povos que vivenciaram o resistente processo colonial (GOMES, 2007), e envolve mazelas como o trabalho ex-escravo, a exclusão social, dependências econômicas e culturais (MIGNOLO, 1996).

Brasileiros e brasileiras, com base nas concepções culturais ainda dominantes (centradas na Europa e, desde o século XX, na América do Norte), são considerados os “outros”. Nesses contextos cabem algumas indagações: “Como organizar a reflexão crítica, em tal situação? Como situar nós próprios, enquanto agentes intelectuais? Como conceber o mundo globalizado e nossa capacidade de agir, social e culturalmente, dentro dele?” Como respostas a essas perguntas, enfatiza-se a pertinência dos estudos pós-coloniais no Brasil (GOMES, 2007, p. 100).

A expressão pós-colonial, segundo Ballestrin (2013), pode apresentar duas formas de entendimento: (1) refere-se ao tempo histórico após o processo de descolonização¹¹ do Terceiro Mundo, com início na segunda metade do século XX; (2) faz referência ao conjunto de contribuições teóricas dos estudos literários e culturais, evidentes em algumas universidades dos Estados Unidos e Inglaterra, a partir dos anos de 1980. Outra forma de entendimento é proposta por Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1995), que a definem como uma abordagem de todos os aspectos do processo colonial, desde o início do contato com a colonização, considerando sempre os seus antecedentes e as consequências desse processo.

Neste trabalho, adotamos a expressão pós-colonial nos referindo ao tempo histórico posterior ao processo de descolonização do Terceiro Mundo, bem como entendemos que a expressão pode também ser vinculada às contribuições teóricas dos estudos literários e culturais, conforme também mostraram Calás e Smircich (1999) ao discorrem sobre a Teoria Terceiro-Mundista/Pós-Colonial.

Estamos, assim, adotando os dois entendimentos definidos por Ballestrin (2013), mas sem desconsiderar a relevância da visão de Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1995), uma vez que julgamos ser importante não descartar os aspectos envolvidos ao longo do processo de colonização, pois são importantes para compreendermos o período após a descolonização, bem como a colonialidade.

As situações vivenciadas no período pós-colonial são marcadas por claras relações de subalternidade (MACHADO, 2004). O termo “subalternos” aparece com frequência em

¹¹ Estamos cientes da diferença existente entre o termo descolonização e decolonial. Descolonização foi aqui empregado somente para fazer referência ao término do período colonial, ou seja, pode ser visto como um processo histórico (FANON, 1968). Ballestrin (2013) também utiliza esse termo em trechos do seu trabalho para fazer a mesma referência, entretanto a autora defende a utilização do decolonial. De acordo com ela, enquanto a descolonização busca superar o colonialismo, visto como um momento histórico, o decolonial procura transcender a colonialidade, ou seja, a herança do colonialismo que resiste em um padrão mundial de poder. Diante desta distinção, ao buscarmos, principalmente, criar espaço para que os membros de um grupo subalterno (Trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro) possam falar por si, estamos tentando transcender uma das heranças do colonialismo: o silenciamento de grupos como mulheres, negras, negros e homossexuais. Portanto, adotamos também o termo decolonial.

estudos sobre África, América Latina e Europa, e sua análise tornou-se um modo reconhecível de erudição crítica na história, antropologia e literatura (PRAKASH, 1994). Sobre os subalternos, Spivak (2000) afirma que nem todos os sujeitos marginalizados podem ser considerados subalternos. A autora descreve-os como as camadas inferiores da sociedade, compostas pelas maneiras específicas de exclusão dos mercados, bem como das representações políticas e legais.

Os subalternos são definidos por Machado (2004) como grupos que vão desde os étnicos e imigrantes em países do Primeiro Mundo, passando pelas populações que foram internamente colonizadas, como os indígenas na América Latina, e chegando em outros grupos oprimidos, como as mulheres. Rosa e Alcadipani (2013) definem também como subalternos os países periféricos e as minorias que vivem no centro, como mulheres, mulheres negras, negros e homossexuais, ou seja, aqueles que vivem em condições de silêncio, uma vez que sua legitimidade é dada por outras pessoas, que assumem seus lugares no espaço público, de maneira a representá-los.

Especificamente, quando se faz referência às mulheres subalternas, de acordo com Spivak (2010, p. 28), elas são encontradas em uma posição ainda mais periférica que os demais subalternos, visto os impasses subjacentes referentes às questões de gêneros. Nas palavras da autora, “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. Essas posições ainda mais periféricas fomentam o relacionamento entre os feminismos, temática abordada na segunda seção deste trabalho, e o pós-colonialismo.

Os estudos pós-coloniais e os estudos feministas apresentam diversas semelhanças, como a atenção voltada para as teorias de marginalização, exclusão e as contruções dos sujeitos considerados subalternos, seja pelas divergências coloniais entre centros e periferias, ou pelas diferenças entre masculinos e femininos (ASHCROFT, 1989). Outro importante aspecto em comum é o questionamento ao sujeito universal “mulher”, e a rejeição às estruturas binárias impostas pelo patriarcado e colonialismo (QUIJANO, 2000).

No Brasil, considerado um dos primeiros países na América Latina, em que os estudos feministas foram consolidados (PISCITELLI, 2013), há uma confluência de avaliações sobre a situação do país com relação aos feminismos e pós-colonial (ALMEIDA, 2013). No caso dos feminismos, as preocupações estão em torno da sua falta de inserção no debate teórico no país. Com relação ao pós-colonialismo, há a necessidade de refletir sobre um pensamento pós-colonial que esteja inserido na experiência e vivência histórica do país. Em comum às

teorizações, sejam elas sobre feminismos ou pós-colonial, é relevante considerar as localizações e posicionamentos desses campos teóricos, ancorados nos contextos brasileiros. Para tanto, deve-se partir de uma reflexão local que dialogue com as discussões no âmbito global e internacional, buscando desfazer as assimetrias históricas que levaram às estruturas interligadas e excludentes de poder e conhecimento (ALMEIDA, 2013).

Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007) ressaltam também a relação entre feminismos e pós-colonial. De acordo com os autores, os feminismos consistem em um importante campo de interesse para os discursos pós-coloniais, havendo três explicações para isso. A primeira delas implica nas políticas feministas e pós-coloniais se oporem à dominação exercida pelo patriarcado e o imperialismo. Outra razão está em torno dos debates em sociedades colonizadas sobre ser gêneros ou a opressão colonial o fator político mais relevante na vida das mulheres. E, por fim, a terceira razão implica nos feminismos e pós-colonial se preocuparem com as maneiras e extensões com que as representações e linguagens tornam-se cruciais na formação das identidades e nas construções das subjetividades. Para ambos, as linguagens devem representar um meio para corromper o poder patriarcal e imperial.

Uma dessas linguagens, capaz de sustentar as críticas pós-coloniais, são as narrativas dos colonizados(as), pois “tendo vivenciado a experiência colonial e os processos brutais que ela impõe: a dominação, a desumanização, [...] perda de identidade, o preconceito racial [...], enfim, toda a insensatez que a natureza humana em desequilíbrio pode acionar, eles se tornam porta-vozes legítimos do pós-colonial” (PEZZODIPANE, 2013, p. 89).

Essas narrativas dos colonizados(as) são chamadas por Bhabha (1998) de testemunho colonial. De acordo com o autor, as perspectivas pós-coloniais surgem “[...] do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas do Leste, Oeste, Norte e Sul”. Suas revisões críticas são construídas em torno de diferenças culturais, autoridades sociais e a discriminação política “[...] a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade” (BHABHA, 1998, p. 239).

A utilização das experiências, narrativas e, de maneira geral os conhecimentos dos colonizados(as), é também defendida por Rosa (2016), devendo ser empregados como pressupostos metodológicos nas pesquisas que utilizam a teoria pós-colonial. Para o autor, trata-se da adoção de posturas críticas em relação às práticas das culturas dominantes, com base sempre no conhecimento marginalizado, objetivando elaborar narrativas que retratem as situações em que estão inseridos.

A perspectiva pós-colonial teve na crítica literária, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir de 1980, seus campos pioneiros de difusão. Posteriormente, houve sua expansão geográfica e disciplinar, tendo como referência recorrente em países dentro e fora da Europa os trabalhos de autores(as) palestinos(as), como Edward Said, e indianos(as), como Homi Bhabha e Gayatri Spivak, que mostraram suas experiências vivenciadas em outros países, principalmente em contextos anglo-saxões ou sob a hegemonia britânica (COSTA, 2006; ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Spivak (2010), por exemplo, tem como núcleo de suas análises a possibilidade dos subalternos, que vivem em condições de silêncio, sendo legitimados por outras pessoas que assumem seus lugares no espaço público, representando-os, falarem por si. Sobre essa possibilidade de fala, a autora mostra uma preocupação com os intelectuais julgarem que podem falar pelos subalternos, mantendo-os silenciados, considerando-os apenas objetos de conhecimento, e reproduzindo, assim, as estruturas de poder e opressão. Logo, os intelectuais não podem falar pelos subalternos, mas devem trabalhar contra a subalternidade, criando espaços para que estes possam falar e serem ouvidos.

Ao adotarmos a perspectiva pós-colonial neste trabalho, nosso objeto, assim como defendido por Spivak (2010), foi o de não falar pelo grupo de mulheres consideradas subalternas, nesse caso as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, mas, sim, criar um espaço para que elas falassem por si e pudessem contar suas trajetórias, experiências e expectativas.

Sobre a adoção da perspectiva pós-colonial, especificamente no campo das Ciências Sociais, percebe-se uma crescente efervescência, desde os anos de 1970, questionando o que poderia acontecer caso os “outros”, ou seja, os grupos subalternos, invisibilizados pelas demais teorias, pudessem falar e manifestar-se por si, sem serem representados (BAHRI, 1996; MACHADO, 2004).

Scherer-Warren (2010), por exemplo, traz em seu trabalho reflexões sobre a importância da adoção de uma abordagem pós-colonial direcionada aos estudos dos grupos subalternos na América Latina, considerando as tradições das pesquisas sobre os movimentos sociais nesse território. Segundo a autora, as grandes narrativas sobre esses grupos na América Latina são baseadas em teorias de classe, da tradição marxista, bem como nos princípios da modernidade.

Já no âmbito da administração, especificamente na área da gestão, Calás e Smircich (1999) afirmam que a abordagem pós-colonial tem sido utilizada com maior frequência no

campo dos Estudos Organizacionais (EO), particularmente em interação com o *Critical Management Studies* (CMS), em que os teóricos buscam sistematizar os elementos fundamentais dessa abordagem. Nesse campo, entretanto, poucos são os trabalhos que voltam sua atenção para os EO aliados às questões do pós-colonialismo considerando os contextos latino-americanos (ROSA; ALCADIPANI, 2013). Entre eles podem ser mencionados trabalhos como de Caldas e Alcadipani (2003); Ibarra-Colado (2006) e Aguiar (2016).

O trabalho de Caldas e Alcadipani (2003), por exemplo, aborda a influência norte-americana na teoria e prática gerencial da América-Latina. De acordo com os autores, essa “americanização” existente pode ser vista como uma nova forma de colonialismo que visa a produção de um modelo de gestão universal, capaz de ser utilizado em qualquer organização, independentemente do local onde esta está instalada, bem como da sua dinâmica sociocultural.

Especificamente sobre a produção na América Latina, os estudos pós-coloniais são desenvolvidos, principalmente, como uma resposta às questões relacionadas ao desenvolvimento social da região, à complexidade inerente às desigualdades sociais, e, por fim, às diferenças em relação ao centro. Por estarem inseridos em contextos socioculturais marcados pela fragilidade das instituições políticas, os povos latino-americanos se veem e se constituem a partir dos colonizadores, assumindo o lugar dos subalternos (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

No caso do Brasil, os debates sobre subalternidade e pós-colonialismo são relativamente novos nos EO. A revisão da literatura na área mostra que, embora fora dos esforços teóricos pós-coloniais, muitos trabalhos produzidos sobre Administração e organizações no país tiveram as mesmas preocupações que os autores pós-coloniais (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

De maneira indireta, esses trabalhos produzidos no Brasil sobre Administração e organizações tratam de temas vinculados aos efeitos do colonialismo no mundo contemporâneo. Reconhecem a necessidade de decolonizar este campo de estudo, ao analisar principalmente a dependência cultural na tradição intelectual brasileira e na transferência de tecnologias gerenciais do centro para a periferia, bem como ao problematizar a utilização de teorias produzidas no Norte Global (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Ao analisar o campo dos estudos críticos no Brasil, Rosa e Alcadipani (2013) destacam a presença de uma visão dicotômica que tende a radicalizar a relação

centro/periferia, ao separar uma suposta crítica nacional do CMS, reproduzindo, dessa forma, um tipo de binarismo intelectual típico da mentalidade colonial, que, nesse caso, tenta definir quem é ou não crítico. Como uma das possíveis soluções para esse impasse, os autores defendem que o desenvolvimento teórico e político de ambos os lados deve depender de uma abordagem que explore as fissuras dos discursos coloniais e se configure a partir de um terceiro espaço de produção do conhecimento.

O trabalho de Serva (1992) evidencia a questão da dependência cultural brasileira ao tratar do amplo processo de internacionalização do campo da Administração no país, sendo uma área de atuação profissional praticamente toda embasada em metodologias desenvolvidas em outros países. Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) evidenciam em seu trabalho que essa produção de conhecimento no Brasil, na área da Administração, apresenta deficiências relevantes no que tange à originalidade e inovação, além de reproduzirem padrões, jargões e esquemas mentais do Norte. Nas palavras de Schmidt (2006, p. 784), há uma “[...] tendência brasileira de angariar prestígio intelectual pelo endosso de nomes difíceis e teorias estrangeiras”

Em suma, o que se mostra como pano de fundo da abordagem pós-colonial e dos estudos sobre subalternidade, e que podem ser vistos como ponto de partida para estudos críticos sobre organizações no Brasil, está resumido em dois aspectos fundamentais. O primeiro envolve o reconhecimento de que as consequências do colonialismo ainda estão presentes na maneira como o mundo é interpretado, e que essas percepções dos colonizados(as) provocam disfunções relevantes no modo como nosso conhecimento e as práticas de gestão são organizadas. O outro aspecto evidencia que há a necessidade de decolonizar o campo da gestão e construir uma perspectiva de análise capaz de transcender todos os tipos de fundamentalismo (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Os estudos pós-coloniais ou orientados por uma perspectiva pós-colonial, de maneira ampla, não representam uma matriz teórica única, na verdade, trata-se de uma diversidade de contribuições com orientações diferentes, mas que apresentam em comum o esforço de delimitar, por meio da desconstrução do essencialismo, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes (COSTA, 2006).

Esses estudos pós-coloniais assumem, portanto, aspectos de teorias tradicionalmente utilizadas nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais, porém, incorporados de maneira crítica. Entre eles, cabem destacar: as formas de opressão das elites coloniais (teorias de classes); diversas formas de opressão e discriminações simbólicas em relação aos

segmentos sociais colonizados(as) (teorias culturalistas), bem como suas respectivas maneiras de excluir e/ou subalternizar nos âmbitos do fazer político, no cotidiano da sociedade e nas instituições (teorias culturalistas). Assim, ao adotar uma perspectiva pós-colonial, é possível analisar a subalternidade dos sujeitos sociais, refletindo sobre as novas formas de participação social num sentido mais amplo (SCHERER-WARREN, 2010).

De modo geral, o escopo dos estudos pós-coloniais é vasto, engloba as culturas afetadas pelos processos imperiais europeus no período compreendido entre a colonização até mais recente, buscando adotar uma leitura desconstrutora dos discursos hegemônicos metropolitanos, atentando também para seus silêncios (GOMES, 2007). Na visão de Pezzodipane (2013), os estudos pós-coloniais apresentam como principal contribuição a ruptura com uma história considerada única e sustentada por metanarrativas legitimadoras de ideologias do processo de colonização, e responsáveis por naturalizar a dominação dos homens sobre os homens e mulheres, cuja justificativa é o processo civilizatório.

Diante de tudo que foi exposto, iniciando com o colonialismo, passando pelo entendimento do pós-colonial e chegando aos estudos pós-coloniais, apontamos para a importância da adoção de uma perspectiva pós-colonial para desconstruir os discursos dominantes, tentar buscar a decolonização, e, principalmente, criar um espaço para que os grupos considerados subalternos possam falar por si, sem serem representados.

Com o intuito de conhecer um pouco mais sobre as trabalhadoras rurais (o grupo considerado subalterno que iremos analisar), suas realidades e os contextos em que estão inseridas, utilizamos a próxima seção para abordar os trabalhos empíricos sobre essas trabalhadoras, no Brasil.

5 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE AS TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL

Nesta seção, apresentamos os estudos empíricos sobre as trabalhadoras rurais no Brasil, com o objetivo de conhecer e compreender um pouco mais sobre suas realidades, desafios e os contextos em que estão inseridas.

Quando a referência são aos(as) trabalhadores(as) rurais, percebe-se que tanto homens, quanto mulheres enfrentam dificuldades, principalmente sobre o reconhecimento social. Muitos(as) estão inseridos(as) em regimes de trabalho com assalariamento informal e instável, permanecendo fora da reciprocidade contratual e tendo, então, de aguardar vários anos para conseguir seus direitos previdenciários (GUILANI, 2004).

Ao nos dirigirmos, especificamente, às trabalhadoras rurais, notamos que elas enfrentam dificuldades ainda maiores em termos de reconhecimento, visto os impasses subjacentes relativos às questões de gêneros. Seus trabalhos e as péssimas condições impostas a elas são deixadas na sombra, praticamente invisíveis. Em alguns momentos, elas não foram nem mesmo reconhecidas como parte da população economicamente ativa, uma vez que suas contribuições sociais foram reduzidas apenas aos papéis de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar (GUILANI, 2004).

As trabalhadoras rurais passaram, então, a reivindicar, principalmente, a necessidade de repensar sobre a discriminação que sofriam e a divisão sexual do trabalho. Assim, elas uniram-se aos grupos feministas e algumas organizações sindicais para se mobilizarem (GUILANI, 2004). Teles (1999) também destacou essa união, segundo a autora, durante a década de 1980, no Brasil, as trabalhadoras rurais passaram a promover encontros regionais e nacionais para discutirem as dificuldades de seu trabalho e fazerem suas reivindicações.

Elas começaram a integrar encontros feministas, como o III Encontro Feminista Latino Americano e o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, compartilhando suas vidas e as violências que sofriam em casa e no campo. Falavam também sobre gravidez e como era difícil conciliar a maternidade com o trabalho de cortadeira de cana, colhedora de café, catadora de laranja, dentre outros. Muitas sofriam violência física por parte dos maridos, outras eram abandonadas com os(as) filhos(as) pequenos(as) e tinham que trabalhar para sustentá-los(as), sendo ainda mais discriminadas (TELES, 1999).

Algumas dessas mulheres trabalhadoras rurais eram obrigadas a levar seus(uas) filhos(as) pequenos(as) para as lavouras, pois nas cidades haviam poucas creches e a maioria delas funcionava em horários conflitantes com o trabalho das mães, visto que o caminhão que

as levava às lavouras saía às 5 horas da manhã e as creches abriam às 7 horas. Nas lavouras, não havia abrigo, nem sanitários, e fogão. O que levavam para comer, por exemplo, não era esquentado e, por isso, eram conhecidas como “boias-frias”, expressão pela qual elas não gostam de ser chamadas, pois são trabalhadoras rurais e querem ser reconhecidas como tal (TELES, 1999).

Quanto à aposentadoria, as mulheres somente conseguiam se aposentar aos 60 anos de idade, isso quando não eram casadas, pois, nesses casos, somente os maridos tinham direito à aposentadoria. Outro problema estava no fato de muitas trabalhadoras rurais não terem carteira de trabalho assinada por seus patrões, impedindo-as de usufruir de seus direitos trabalhistas (TELES, 1999). Nesse aspecto, a Constituição Federal promoveu um avanço ao estender também às trabalhadoras rurais os direitos trabalhistas, não mais por serem reconhecidas como dependentes de seus companheiros, mas por serem reconhecidas como trabalhadoras rurais (VALADARES; GALIZA, 2016).

Os dispositivos referentes à Previdência Rural na Constituição de 1988 e sua posterior regulamentação pelas Leis 8212/1991 e 8213/1991 – com algumas alterações introduzidas pela Lei 11.718/2008 – foram responsáveis pela fixação de importantes regras que conferiram a essa política previdenciária a dimensão socioeconômica que ela apresenta hoje para a população do campo. A partir desses marcos normativos, os(as) trabalhadores(as) rurais passaram a ser classificados, para efeitos previdenciários, em três categorias: empregados(as) rurais, contribuintes individuais e segurados(as) especiais (VALADARES; GALIZA, 2016).

Os(as) empregados(as) rurais, aqueles(as) que prestam serviços em caráter não eventual, mediante remuneração, tornaram-se contribuintes obrigatórios da Previdência Social. Já os(as) contribuintes individuais são os(as) trabalhadores(as) rurais que prestam seus serviços em caráter eventual, como safristas, cujas relações de trabalho são marcadas pela precariedade de vínculos e sazonalidade da ocupação. Sua admissão deveria ser realizada por meio de contrato temporário, implicando em obrigações previdenciárias ao empregador. Entretanto, a formalização com a utilização desses contratos é muito baixa, resultando na permanência de alto grau de informalidade, considerado um elemento histórico e estrutural do mercado de trabalho rural (BERWANGER, 2013).

Essa situação de informalidade dos(as) trabalhadores(as) rurais temporários(as) tem pressionado a jurisprudência a classificá-los(as) também como segurados(as) especiais, com o intuito de lhes garantir uma proteção social mínima quando tornarem-se aptos(as) à aposentadoria por idade – mulheres aos 55 anos e homens aos 60 anos (BERWANGER,

2013). Essa categoria de segurados(as) especiais corresponde, atualmente, à quase totalidade dos trabalhadores(as) rurais beneficiários da previdência, compreendendo as aposentadorias por idade da população rural (VALADARES; GALIZA, 2016).

Assim como a questão da aposentadoria, podemos perceber que houveram alguns avanços no que tange às trabalhadoras rurais, entretando, ainda prevalece um cenário de desigualdades, desvalorização e inúmeros desafios para elas. É possível afirmar que, no Brasil, elas buscam a conquista por seus direitos, a valorização do seu trabalho e reconhecimento. A título de exemplificação desses contextos, a seguir, abordamos nesta seção alguns dos estudos empíricos sobre as trabalhadoras rurais no Brasil.

Realizamos um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da (CAPES)/(MEC), nas bases de dados SciELO e SPELL, com a expressão “trabalhadoras rurais”, considerando o território brasileiro, sem a delimitação de um período de tempo para a busca. Foram encontrados 28 trabalhos, teóricos e empíricos, sendo que em nenhum deles, as participantes foram as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.

Do total de 28 trabalhos encontrados sobre as trabalhadoras rurais no Brasil, foram considerados para o desenvolvimento desta seção, os trabalhos resultantes de pesquisas empíricas mais condizentes com os objetivos desta dissertação, totalizando 10 artigos selecionados, sintetizados no Quadro 03. Esse quadro apresenta cinco colunas, relacionando cada um dos trabalhos aos seus objetivos, participantes da pesquisa, os procedimentos metodológicos utilizados e os principais resultados encontrados.

Quadro 3 - Trabalhos empíricos sobre as trabalhadoras rurais no Brasil

(continua)

Autores	Objetivo da pesquisa	Participantes da pesquisa	Procedimentos de Pesquisa	Principais Resultados
Garcia (2002)	Caracterizar os papéis sociais desempenhados pelas trabalhadoras rurais no movimento da luta pela terra	Trabalhadores e Trabalhadoras rurais assentados (as)	- Qualitativa - Depoimentos	- Obstáculos culturais, sociais e econômicos inibem a atuação das trabalhadoras rurais - Trabalho invisibilizado
Van Der Schaaf (2003)	Entender o processo pelo qual as trabalhadoras rurais deram forma à sua luta no Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) ¹²	Ex-participantes do movimento e intermediários ¹³	- Qualitativa - Observação participativa - Entrevistas - Questionário.	- Movimentos são espaços importantes para reflexão e debate - Participantes desenvolvem-se como sujeitos políticos

¹² MMTR-RS, em que as mulheres tiveram grande participação, buscando modificar as tradicionais imagens de mulheres trabalhadoras rurais desrespeitadas, negligenciadas, invisíveis e que não teriam voz, combinada com a escassa participação delas na política partidária (VAN DER SCHAAF, 2003).

Quadro 3 - Trabalhos empíricos sobre as trabalhadoras rurais no Brasil

(continua)

Autores	Objetivo da pesquisa	Participantes da pesquisa	Procedimentos de Pesquisa	Principais Resultados
Silva e Ribeiro (2004)	Analisar as relações sociais de gêneros e valorização diferenciada do trabalho realizado por mulheres e homens	Famílias que adotam a agricultura familiar	- Qualitativa - Estudo de caso - Questionários - Entrevistas estruturadas e semi-estruturadas	- Desvalorização do trabalho das mulheres - Subordinação à família, maridos/filhos(as). - Poder patriarcal sobressai.
Brumer (2004)	Explicar a seletividade de gêneros do processo migratório	Jovens mulheres na unidade de produção agrícola familiar	Quantitativa/Qualitativa - Questionários - Entrevistas semi-estruturadas	- Migração rural-urbana mais acentuada de mulheres - Causas: desigualdades de gêneros, divisão sexual do trabalho e subordinação
Sales (2007)	Refletir sobre as mulheres rurais e as relações de gêneros	-Mulheres rurais -Lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Federação de Trabalhadores da Agricultura do Ceará (FETRAECE)	- Qualitativa - Entrevistas - Pesquisa documental	- Relações desiguais entre homens e mulheres. - Participação nos movimentos geram reflexão e ações contra as desigualdades e submissão.
Lisboa e Lusa (2010)	Analisar a abordagem do desenvolvimento sustentável com base na perspectiva de gêneros no Brasil, Cuba e México	- Instituições Agrárias - Grupos organizadores e/ou movimentos de mulheres agricultoras	- Qualitativa - Entrevistas - Observação	- Mulheres atuam politicamente nas comunidades; - Apresentam papel relevante na gestão dos recursos naturais
Salvaro, Lago e Wolff (2013)	Tecer considerações sobre sujeitos e subjetividades na construção das identidades “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”	Mulheres integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC/Santa Catarina)	- Qualitativa - Etnografia - Entrevistas - Observação - Análise Documental	- Posições identitárias mobilizadas acionam discursos próximos da concepção feminista essencialista.
Salvaro, Lago e Wolff (2014)	Analisar limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres	Mulheres integrantes do MMC em três municípios da Região Sul de Santa Catarina	- Qualitativa - Pesquisa documental - Etnografia - Entrevistas - Observação	- O envelhecimento feminino atrelado à aposentadoria, bem como o êxodo rural e a baixa participação de mulheres jovens, comprometem a continuação do MMC

¹³ As participantes do movimento são mulheres agricultoras que moram e trabalham numa roça, em um pequeno estabelecimento agrícola de até 20 hectares. Algumas são proprietárias, outras arrendantes e outras são assentadas ou mulheres sem-terra. A categoria legal dos trabalhadores rurais foi criada por meio do Estatuto da Terra, em 1964. Para as lideranças do movimento, o nome representa o *status* e reconhecimento profissional, sendo as agricultoras também incluídas na categoria de trabalhadoras rurais. Dentre os intermediários, estavam as religiosas que respeitavam e valorizavam o trabalho das mulheres, dando consolo e esperança àquelas que enfrentavam grandes desigualdades na vida cotidiana (VAN DER SCHAAF, 2003).

Quadro 3 - Trabalhos empíricos sobre as trabalhadoras rurais no Brasil

(conclusão)

Autores	Objetivo da pesquisa	Participantes da pesquisa	Procedimentos de Pesquisa	Principais Resultados
Mendes et al. (2014)	Discutir a organização das mulheres do campo extrativistas	Mulheres do campo extrativistas	- Qualitativa - Estudo de caso - Entrevistas Semi-estruturadas	- Recursos financeiros obtidos pelas mulheres extrativistas contribuem para o reconhecimento e valorização do seu trabalho
Costa, Dimenstein e Leite (2014)	Investigar a prevalência de transtornos mentais entre mulheres residentes de assentamento rural	Mulheres residentes no assentamento rural do Rio Grande do Norte	- Quantitativa/ Qualitativa - Questionário - Entrevista semi-estruturadas	- Alta prevalência de transtornos mentais entre as assentadas

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão da literatura.

Os papéis sociais desempenhados por trabalhadores e trabalhadoras rurais no movimento da luta pela terra no assentamento Madre Cristina e acampamento Padre Josimo, ambos no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo, foram pesquisados por Garcia (2002). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que a autora utilizou depoimentos desses trabalhadores e trabalhadoras que são assentados(as)/ acampados(as) para a construção do trabalho.

A análise dos depoimentos foi orientada para a identificação das estruturas da divisão sexual do trabalho estabelecidas nos territórios analisados; dos apontamentos das singularidades e reproduções de ideologias e práticas de subordinação das mulheres presentes no universo dessas trabalhadoras assentadas ou acampadas, bem como das análises sobre as estratégias desenvolvidas para a luta e mobilização delas: Setor de Gênero do Movimento Sem Terra (assentamento Madre Tereza) e a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais (acampamento Padre Josimo) (GARCIA, 2002).

É evidenciado no trabalho de Garcia (2002) o quanto essas trabalhadoras rurais, sejam elas acampadas, assentadas ou militantes dos movimentos sociais rurais, estão inseridas em contextos de desigualdades. A autora destaca que, em ambos os locais, elas deparam-se com forte opressão, principalmente de seus companheiros.

Tanto no assentamento quanto no acampamento analisados, a divisão sexual do trabalho, legitimada pela sociedade, também está presente, e não só é afirmada pelos homens, mas também pelas mulheres que reproduzem o discurso dominante (GARCIA, 2002). Silva e Ribeiro (2004) também destacam essa mesma reprodução ao analisarem as relações sociais de gêneros e valorização diferenciada do trabalho realizado por trabalhadores e trabalhadoras na

agricultura familiar¹⁴. Os autores realizaram uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso realizado na comunidade de Cachoeirinha¹⁵, onde residem 40 famílias compostas por agricultores familiares.

A unidade de análise de estudo considerada por Silva e Ribeiro (2004) foi a família, composta pelos maridos, esposas, filhos(as), avós(ôs) e irmãos(ãs) que integram numa mesma unidade familiar de produção. É nesse âmbito que as decisões sobre trabalho, produção, consumo e despesas são tomadas. Foram realizadas pelos autores entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com homens e mulheres que são membros das famílias participantes da pesquisa, além de observações *in loco* e anotações no caderno de campo.

Quase todas as mulheres entrevistadas enfatizaram suas “obrigações” de esposas, mães e donas de casa: “É sua obrigação de esposa fazer as atividades domésticas, fazer o almoço, lavar a roupa e cuidar da casa para quando o marido chegar encontrar tudo limpinho e não ter do que reclamar, como é obrigação do marido colocar as coisas dentro de casa [...]” (SILVA; RIBEIRO, 2004, p. 28), além de ser ele o responsável por tomar as decisões na família. Quem decide, por exemplo, se as mulheres podem trabalhar ou não fora de casa são seus companheiros, perpetuando assim uma característica do patriarcalismo: homens detentores de poder e mulheres submissas a eles (SILVA; RIBEIRO, 2004).

Sobre os homens serem detentores de poder, Garcia (2002) aponta uma reflexão ao mencionar que as trabalhadoras rurais assentadas atuantes na luta pela terra, que insistem em afirmar que as mulheres não atuantes não o fazem por não quererem, não reconhecem as limitações de gêneros a que estão expostas. Um exemplo dado pela autora refere-se ao quanto as mulheres saírem de casa para atuar nessas lutas é mal visto. Quanto elas viajam para São Paulo, ou Brasília, o primeiro apontamento feito por seus companheiros é em relação aos filhos(as): “[...] o lugar da mulher é tomar conta dos filhos e não andar de baixo para cima detrás do Zé Rainha (liderança regional do MST). Não queriam terra? Pois a terra esta aí.” (GARCIA, 2002, p.09).

¹⁴De acordo com Silva e Ribeiro (2004), não há um consenso a respeito da conceitualização da expressão agricultura familiar, mas pode ser vista como aquela que apresenta como base social a família.

¹⁵A comunidade de Cachoeirinha está localizada a 8 quilômetros da cidade de Lavras, em Minas Gerais. É composta por agricultores familiares que mesclam atividades agrícolas e não agrícolas. As mulheres que lá moram dedicam-se aos trabalhos relacionados com o ambiente doméstico, agricultura, horticultura e animais de pequeno porte. “As unidades familiares produzem, para o consumo próprio produtos como o milho, o feijão e a mandioca; produzem hortaliças para comercializar [...] leite, cachaça, queijos, galinhas, ovos e milho. As unidades familiares caracterizam-se pela produção do leite, o trabalho dos agricultores fora da unidade familiar e a renda das aposentadorias” (SILVA; RIBEIRO, 2004, p.26).

Outro achado revelante mencionado por Garcia (2002) sobre as trabalhadoras rurais assentadas está relacionado à vinculação delas às esferas privadas e reprodutivas, cujas atividades não são consideradas trabalho, uma vez que não são remuneradas. Já as tarefas desenvolvidas no âmbito produtivo, que são passíveis de remuneração, são consideradas subalternas e complementares, ou seja, apenas uma “ajuda”. Situação similar também foi encontrada por Silva e Ribeiro (2004). Os autores destacam que as atividades femininas na agricultura familiar são sempre subestimadas, uma vez que as mulheres, nas atribuições de gêneros, são responsabilizadas pela produção social do grupo. Logo, as atividades produtivas que elas realizam são consideradas “ajuda” àquelas que são desenvolvidas pelos homens.

Em seu trabalho, Sales (2007) busca refletir sobre as mulheres rurais e as relações de gêneros, para tanto, foram realizadas entrevistas com mulheres trabalhadoras rurais, lideranças do MST e da FETRAECE, além de levantamento de documentos sobre os movimentos dessas mulheres e coleta de dados nas ONGs direcionadas para as mulheres rurais no Ceará. Segundo a autora, essas mulheres são pequenas agricultoras, pescadoras artesanais, extrativistas, arrendatárias, assalariadas rurais, sem-terra, acampadas, assentadas, indígenas, entre outras ocupações. Suas rotinas envolvem a produção de alimentos, artesanatos, cuidados com a casa, com os animais de pequeno porte e com as hortas, além de desenvolverem trabalhos no roçado, que, por ser uma atividade produtiva liderada pelos homens, é também qualificada como ajuda.

Na comunidade de Cachoeirinha, estudada por Silva e Ribeiro (2004), muitas mulheres, além do cuidado com a casa, filhos(as), maridos e outras atividades referente à agricultura, trabalhavam como empregadas domésticas em outras unidades familiares e, também, na colheita de café. Sobre a rotina dessas mulheres:

Ela é quem primeiro levanta-se para preparar o café para a família [...] Em seguida, vai para o quintal cuidar dos pequenos animais e animais domésticos, depois vai para a horta e para o curral, onde participa do cuidado com as vacas. Volta para casa, arruma a casa e prepara o almoço. Depois do almoço, ela faz a limpeza da cozinha; aquelas que têm filhos em idade escolar ajudam os filhos nos deveres de casa e arrumam os menores para a escola e algumas ainda vão deixá-los e buscá-los na escola. À tarde começa tudo novamente. [...] passa roupa, tira um ou dois dias da semana para lavar a roupa, faz quitanda, queijo, doces e prepara a janta. À noite ela arruma a cozinha e é a última que se deita para dormir. (SILVA; RABELO, 2004, p. 29).

Nessa rotina, raramente os homens participam, pois, conforme a pesquisa apontou, o trabalho que elas desenvolvem é mais leve, já o deles é mais pesado, logo, eles chegam em casa cansados e não têm tempo para ajudar (destaque para o verbo “ajudar”, pois as tarefas

domésticas quando são executadas por alguns deles são também consideradas ajuda) (SILVA; RIBEIRO, 2004).

Além da desigual divisão do trabalho entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, as desigualdades de gêneros entre eles e elas podem, também, ser percebidas em termos de rendimentos, conforme foi abordado por Garcia (2002). Segundo a autora, nos contextos por ela analisados, quando ambos trabalham (homens e mulheres) em fazendas vizinhas ao assentamento, desenvolvendo iguais atividades, durante o mesmo tempo, os homens recebem uma diária superior à das mulheres. Outro aspecto destacado pela autora é a autoridade que os companheiros exercem sobre as mulheres: muitas delas deixam de participar de movimentos em prol dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra, porque seus companheiros não lhes concedem permissão para tal, conforme mencionado anteriormente.

Van Der Schaaf (2003), realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando como métodos para reunião do material empírico a observação participativa, entrevistas formais e informais, além de um pequeno questionário, tendo como participantes da pesquisa as (ex-) participantes e intermediários do MMTR/RS, nos municípios de Sananduva, Marcelino Gomes e Ronda Alta. Nesta pesquisa, a autora trata dos processos emancipatórios das trabalhadoras rurais no Sul do Brasil, que fazem ou fizeram parte do MMTR/RS¹⁶. A autora ressalta a importância da participação das mulheres nos movimentos para que situações de desigualdades, por exemplo, possam ser reduzidas, uma vez que “nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas, se isso ocorre deve-se às barreiras às suas participações erguidas a partir das relações” (GARCIA, 2002, p. 14).

Esses movimentos, formados por relações interpessoais, representam importantes espaços para reflexões e debates, que desenham significados alternativos para democracia, igualdade, direitos e outros aspectos, desafiando aqueles que já estão consolidados na sociedade. As participantes desses movimentos desenvolvem-se como sujeitos políticos, problematizando demandas coletivas, como legítimas representantes políticas (VAN DER SCHAAFF, 2003).

Movimentos como MST e o movimento sindical (FETRAECE), por exemplo, cujas participantes são as mulheres rurais do Ceará, estimulam lideranças a refletirem sobre

¹⁶O MMTR-RS é um movimento em que mulheres apresentaram uma participação massiva, buscando transformar as tradicionais imagens das mulheres agricultoras desrepeitadas, negligenciadas, invisibilizadas e sem voz. A mobilização das agricultoras na região do Planalto no Rio Grande do Sul aconteceu na década de 1980, período caracterizado pela efervescência de mobilizações sociais no Brasil, a partir de determinada abertura política. As mulheres tiveram um papel de destaque nessas mobilizações por meio de diversos tipos de organizações, articulados por movimentos feministas, igreja e sindicatos (VAN DER SCHAAFF, 2003).

desigualdades de gêneros, e, a partir de então, as trabalhadoras rurais começam a discutir temáticas diversas, como a invisibilidade de seus trabalhos (SALES, 2007). Além disso, por meio desses movimentos, elas começam a rever suas relações, a perceber as desigualdades existentes entre elas e os homens, reagindo à submissão e, principalmente, passam a entender que as atividades produtivas que desempenham não são simples ajuda, mas, sim, possuem significado econômico.

Mendes et al. (2014) realizaram um estudo de caso com as mulheres trabalhadoras rurais da Região Sudoeste mato-grossense, que contribuem com o aumento da renda familiar por meio do extrativismo sustentável de frutos nativos do Cerrado (Savana). Para construção da pesquisa, os autores coletaram dados e informações nos órgãos públicos; além de realizarem entrevistas semi-estruturadas, buscando obter informações do processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais nos assentamentos da região.

Novamente, a importância dos movimentos e organizações é ressaltada. Por meio deles, como o MMC, Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americanas e do Caribe (RMERA) e Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), as trabalhadoras rurais discutem sobre as desigualdades de gêneros, a invisibilidade e a necessidade de valorização de seus trabalhos na agricultura familiar (MENDES e tal., 2014).

Especificamente sobre a ARPEP, os avanços assumidos pelas mulheres podem ser verificados em diferentes frentes, como o direito de participar de associações, abertura e gerenciamento de conta bancária da associação, participação em reuniões e viagens para participar de feiras. Essas conquistas fortalecem as mulheres como sujeitos políticos, sociais e econômicos. Entretanto, são necessárias mudanças nas políticas públicas, de maneira a valorizar a contribuição dessas mulheres no desenvolvimento local e regional de maneira sustentável (MENDES et al., 2014).

Lisboa e Lusa (2010) pesquisaram o desenvolvimento sustentável, realizando um comparativo entre Brasil (Brasília e Chapecó), Cuba (Havana) e México (Distrito Federal e San Cristóbal de las Casas), analisando-o em relação à perspectiva de gêneros e apontando políticas públicas a partir das necessidades básicas das mulheres do campo. Trata-se de uma pesquisa realizada junto a instituições que trabalham com o aspecto agrário e com grupos organizados e/ou movimentos de mulheres agricultoras nos três países mencionados

O levantamento dos dados foi feito entre setembro/2008 a dezembro/2009, por meio de visitas pré-agendadas às instituições, organizações, docentes, militantes e integrantes de núcleos de estudo que trabalham com a temática, nas cidades mencionadas; além da

participação em eventos, feiras agroecológicas, palestras e conversas informais com mulheres agricultoras. Foram também realizadas entrevistas com lideranças que são destaque junto aos Movimentos Campesinos nos três países (LISBOA; LUSA, 2010).

No Brasil, foi analisado o MMC e as mulheres indígenas e camponesas. Os fluxos migratórios para os Estados Unidos foi foco de análise no México; e, em Cuba, a atenção esteve voltada para o movimento cooperativo no setor agrícola. Com base em análises comparativas dos três países, foi possível perceber que as mulheres atuam politicamente, fazendo funcionar a trama comunitária e seus processos sócio-organizativos. Elas também exercem papéis relevantes na gestão dos recursos naturais, além de contribuírem para a manutenção da diversificação e associação dos cultivos. Logo, as pequenas propriedades rurais deveriam ser reconhecidas e valorizadas como um lugar em que são desenvolvidos conjuntos de atividades produtivas e reprodutivas (LUSA; LISBOA, 2010)

Ainda no âmbito dos movimentos, Salvaro, Lago e Wolff (2013) buscaram analisar os sujeitos e subjetividades na construção das identidades “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas” que remetem à constituição do MMC/SC, na trajetória do Movimento das Mulheres Agricultoras/Santa Catarina (MMA/SC)¹⁷. Para atingir esse objetivo, os autores analisaram o movimento rural de mulheres no período de 2006-2010. No momento da pesquisa, o MMC/SC estava organizado em 18 regionais, sendo realizada nos municípios que integram a Regional Sul do movimento. Foram entrevistadas 18 mulheres que integram esse movimento na regional e que participaram das atividades promovidas em 2008.

A partir das análises Salvaro, Lago e Wolff (2013), apresentaram como resultados a criação da identidade “mulheres agricultoras” marcada por lutas de gêneros e classes sociais, buscando reconhecimento profissional das mulheres e da conquista de seus direitos trabalhistas e previdenciários. De acordo com os autores, a afirmação dessa identidade foi essencial na conquista e acesso aos direitos sociais. Assim, as mulheres passaram a se reconhecer como agricultoras e trabalhadoras rurais à medida que essa identificação conferia visibilidade ao seu trabalho, e buscaram escapar de marcações definidas historicamente como “do lar” e “esposa do agricultor”

A construção da identidade política “mulheres camponesas” aconteceu na unificação dos movimentos autônomos rurais de mulheres, resultando na consolidação do movimento

¹⁷Trata-se de uma transformação política em que diferentes movimentos rurais e autônomos de mulheres unificaram-se e criaram o MMC como um movimento nacional, no Brasil. Em Santa Catarina (SC), a denominação MMC/SC foi adotada em 2004 pelo MMA/SC (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013).

nacional MMC. Assim se identificaram agricultoras, pescadoras artesanais, extrativistas, quebradeiras de côco, ribeirinhas, assalariadas rurais, assentadas, acampadas e indígenas, que produziam alimentos e garantiam a sobrevivência da família. A construção da identidade “mulheres camponesas” não implica a negação da denominação “mulheres agricultoras”, mas, sim, no acolhimento das mulheres que produzem alimentos em torno de lutas específicas (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013).

Em outro trabalho, Salvaro, Lago e Wolff (2014) buscaram analisar, por meio de entrevistas com 18 mulheres, os limites e as possibilidades da militância política no MMC, em três municípios da região Sul de Santa Catarina, articulando-se os temas lutas de gêneros e subjetividades. Essas mulheres integravam o MMC da Regional Sul e participaram, no período da pesquisa, de atividades realizadas pela regional. Por meio das análises realizadas, verificou-se que as participantes do movimento, inicialmente, não tinham o apoio da família no que tange à sua participação, mas, aos poucos, essa situação tem se modificado. Percebe-se ainda que as mulheres encontram desafios em conciliar, por exemplo, os cuidados com a casa, filhos(as), maridos, parentes envelhecidos, os animais domésticos e as atividades na lavoura, com a participação no movimento (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013).

Outro destaque implica na preocupação das participantes entrevistadas do MMC com a continuidade do movimento local. Nota-se um expressivo êxodo rural juvenil e o envelhecimento da população rural. Muitas mulheres, por exemplo, ao conseguirem a aposentadoria, deixam de participar do movimento. Essa situação pode comprometer o ingresso de novas mulheres no movimento e, conseqüentemente, colocar em risco a sua continuação (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2014).

Sobre o êxodo rural de mulheres jovens, Brumer (2004) desenvolveu um trabalho por meio da análise de dados quantitativos obtidos em uma ampla pesquisa realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), que é um órgão de extensão rural do Rio Grande do Sul, nos anos de 1991 e 1992, bem como em outros estudos específicos, realizados em alguns municípios do referido estado com predominância da agricultura familiar.

O intuito de Brumer (2004) foi analisar as causas da migração rural-urbana mais acentuada de moças em algumas regiões do Rio Grande do Sul, destacando os principais motivos relacionados à desigualdades de gêneros. Dentre eles, a autora menciona a divisão sexual do trabalho e a subordinação na estrutura familiar, em que as jovens têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras, conforme mostrado anteriormente, como a discriminação, a desvalorização, falta de reconhecimento, a rotina desgastante e outras, Costa, Dimenstein e Leite (2014) desenvolveram um trabalho que investiga a prevalência de Transtornos Mentais Comuns¹⁸ (TMC) entre mulheres, em um assentamento rural do Rio Grande do Norte. Os autores ressaltam a relevância desse estudo, uma vez que as pesquisas acadêmicas brasileiras sobre a saúde das mulheres assentadas e trabalhadoras rurais somente voltam sua atenção para sua saúde sexual e reprodutiva.

A pesquisa foi realizada em três etapas: (1) reconhecimento das condições de vida, moradia, saúde, meio ambiente e perfil socioeconômico das famílias que residem no assentamento (43 famílias), por meio da aplicação dos questionários; (2) aplicação do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) a 55 mulheres acima de 18 anos de idade na comunidade e (3) conhecimento dos fatores identificados pelas mulheres como possíveis deflagradores de transtornos. Foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas com as mulheres que apresentaram indicativo de TMC.

Nesses assentamentos, as mulheres são, em sua maioria, jovens e adultas, casadas ou vivendo em união estável. Quanto à ocupação, há agricultoras, criadoras de animais, aposentadas, comerciantes e outras. O grau de escolaridade é bastante baixo, variando de analfabetas a oitava série do ensino fundamental (hoje nono ano). A participação delas em relação aos homens nos sindicatos, por exemplo, é inferior. Dessa forma, as mulheres desse assentamento vivem em condições de vulnerabilidade econômica, psicossociais e ambientais, além de terem acesso limitado aos serviços básicos de saúde, convivendo com uma estrutura precária. Todos esses aspectos, impactam na qualidade de vida das trabalhadoras rurais, gerando estresse. A carga de trabalho doméstico e agrícola e as violências de gêneros surgem como agravantes que aumentam sua condição vulnerável em relação à sua saúde mental (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014).

Os trabalhos abordados nesta seção foram fundamentais para a compreensão da realidade das trabalhadoras rurais nas diferentes regiões do Brasil estudadas. Com base nessas pesquisas, é possível afirmar que essas mulheres estão inseridas, no país, em contextos de desigualdades de gêneros, refletindo na desigual divisão sexual do trabalho, nas submissões aos companheiros, família e sociedade, bem como desvalorização e ausência de

¹⁸ A expressão Transtornos Mentais Comuns (TCM) foi criada por Golberg e Huxley (1992) para caracterizar quadros sintomáticos como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento e outros sintomas que causam sofrimento psíquico e podem gerar incapacidades funcionais (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014).

reconhecimento de seus trabalhos. Todas essas situações podem trazer consequências relacionadas à saúde para essas trabalhadoras. Percebe-se também que há uma busca por melhores condições de vida, por reconhecimento e valorização do seu trabalho, principalmente, por meio da participação das trabalhadoras rurais em movimentos, como o MMA, MMC, MST e outros.

Com base na análise dos dez trabalhos descritos acima, é, também, importante para nós voltarmos nossa atenção para os procedimentos metodológicos adotados pelos autores de maneira a verificar se nossas escolhas, descritas na próxima seção deste trabalho, são coerentes. Todos os trabalhos empíricos aqui apresentados adotaram uma abordagem qualitativa, utilizando, predominantemente, entrevistas em conjunto com outros métodos para a reunião do material de análise. Os trabalhos estiveram em torno do diagnóstico, reflexões e críticas sobre alguns dos contextos brasileiros em que as trabalhadoras rurais estão inseridas. Quanto às perspectivas, há a presença do viés crítico, entretando, nenhum dos autores posicionam-se quanto à adoção de uma abordagem específica

Por meio dessas escolhas metodológicas dos autores, podemos afirmar que seria relevante para um trabalho promover a junção do diagnóstico, reflexão, e crítica, uma vez que é importante conhecer as características e peculiaridades dos contextos e situações que as trabalhadoras rurais estão inseridas, e, a partir disso, refletir e analisá-los criticamente. Além de ser também relevante a escolha de uma determinada perspectiva que oriente a pesquisa. Esta dissertação realiza essa junção entre diagnóstico/identificação, reflexão e crítica, bem como é orientada pela perspectiva pós-colonial.

Ao optarmos pela perspectiva pós-colonial, criamos um espaço para que as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro falem por si, buscando conhecer mais sobre suas trajetórias de vida e os contextos em que estão inseridas, bem como refletir criticamente sobre eles com base nas descrições dadas pelas entrevistadas. Para tanto, optamos por utilizar a entrevista narrativa e realizar a Análise Crítica do Discurso, conforme descrito na seção seguinte.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

As seções anteriores deste trabalho foram redigidas em primeira pessoa do plural, uma vez que não construí sozinha esta dissertação, ela é fruto de uma construção coletiva que apresenta contribuições explícitas e implícitas, principalmente, de minha orientadora. Esta seção é redigida em primeira pessoa do singular, por ter sido eu a principal responsável por ir a campo entrevistar as trabalhadoras rurais.

Apresento, portanto, nesta seção o percurso metodológico da pesquisa. Primeiramente, são feitas as devidas classificações, seguidas pelas delimitações de como o material empírico foi reunido por mim e, posteriormente, analisado.

Este trabalho objetiva analisar como as relações de gêneros se manifestam, explorando as narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro. Sobre os estudos de gêneros Costa (2013) destaca que a pesquisa empírica é indispensável para identificar o movimento de constituição de sujeitos históricos, refletindo sobre as transformações pelas quais passaram e como criaram suas práticas cotidianas. Esta pesquisa é de natureza empírica, classificada quanto aos objetivos como pesquisa descritiva e quanto à abordagem como uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa descritiva objetiva descrever, criteriosamente, fatos e fenômenos de realidades específicas, de maneira a obter informações a respeito do que foi definido como problema a ser investigado (TRIVIÑOS, 2008). A abordagem qualitativa apresenta particular relevância para os estudos das relações sociais, visto a pluralização das esferas da vida que envolvem a dissolução das antigas desigualdades sociais inseridas nas novas diversidades de ambientes, subculturas, bem como estilos e formas de vida, exigindo dos estudos empíricos uma nova sensibilidade (FLICK, 2004). Ao objetivar analisar a maneira como as relações de gêneros se manifestam nas narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, estamos também analisando relações sociais, portanto, a abordagem qualitativa torna-se adequada.

Esta pesquisa é, também, classificada como de campo. De acordo com Flick (2004), o termo campo corresponde à instituições, culturas, grupos, indivíduos ou empresas. Conforme o autor, o acesso ao campo de estudo é uma questão crucial na pesquisa qualitativa, demandando do(a) pesquisador(a) um contato mais próximo e intenso com o objeto de análise. Um exemplo é a realização de entrevistas abertas, envolvendo uma

aproximação maior entre entrevistados(as) e pesquisadores(as) do que seria necessário na entrega de um questionário.

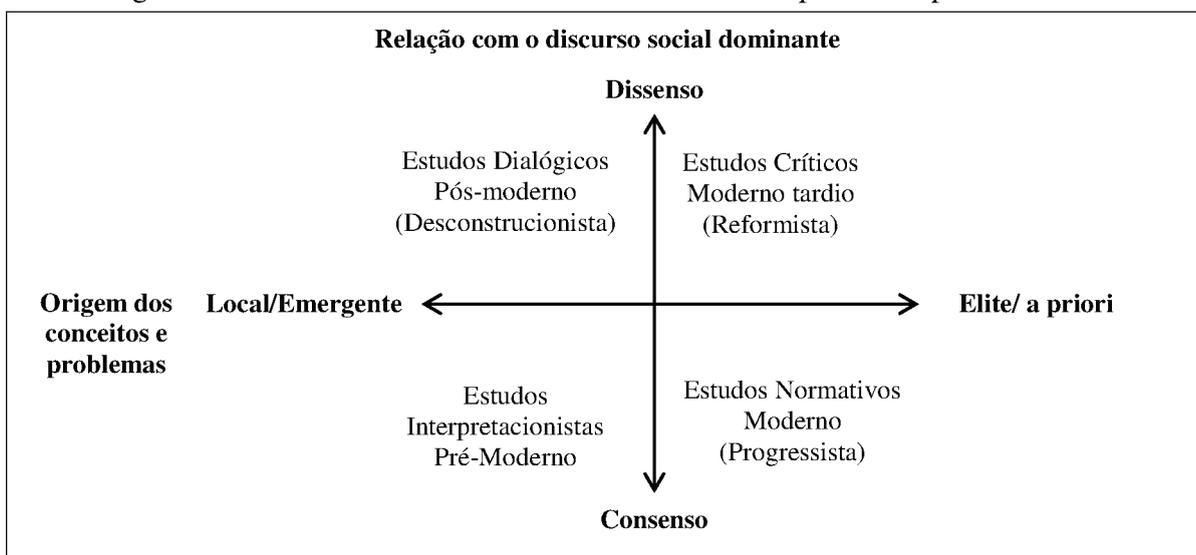
Na pesquisa qualitativa, em que nosso trabalho está situado, os(as) pesquisadores(as) e suas competências comunicativas representam a principal forma de obter material empírico e de cognição, assim, a tentativa de adotar um papel neutro no campo e na sua interação com as pessoas que serão entrevistadas ou observadas não é possível (FLICK, 2004). Afirmando, portanto, que na construção e desenvolvimento desta pesquisa não assumimos um papel neutro.

6.1 Nossa pesquisa como um Estudo dialógico

Alvesson e Deetz (1999), inspirados em Burrell e Morgan (1979), construíram uma matriz (Figura 1) buscando situar a teoria crítica e pós-moderna de acordo com as relações que essas têm com o discurso social dominante e com a origem de seus conceitos e problemas.

Optamos por esta matriz por situar nossa pesquisa com base na sua relação com o discurso social dominante, isto é, uma relação de questionamentos e desconstruções, conforme afirmamos na seção “O Pós-Colonialismo: quando os “outros” falam por si”, bem como situá-la sobre a origem dos seus conceitos e problemas.

Figura 1 - Dimensões contrastantes da meta-teoria de práticas representacionais



Fonte: Adaptado de Alvesson e Deetz (1999).

Essa matriz foi construída considerando duas dimensões. A primeira dimensão, consenso-dissenso, localizada no eixo vertical, enfatiza a relação entre as práticas de pesquisa

e os discursos sociais dominantes. O discurso de consenso implica em perspectivas que buscam aprofundar-se no discurso dominante. Já o discurso de dissenso representa perspectivas de pesquisa que visam desconstruir as estruturas do conhecimento dominante (ALVESSON; DEETZ, 1999).

A segunda dimensão está no eixo horizontal da Figura 1: trata-se da elite/a priori e local/emergente, enfocando a origem dos conceitos e dos problemas a serem formulados no processo da pesquisa. Na origem elite/a priori dos conceitos e problemas da pesquisa, é dada atenção para comunidades privilegiadas, abordando grandes narrativas de progresso e emancipação, além de apresentar como preocupações centrais, por exemplo, a racionalidade e a verdade. Já a origem local/emergente foca em comunidades comparativas, analisando narrativas locais, apresentando como preocupações centrais o subjetivo e o significado (ALVESSON; DEETZ, 1999).

Ao analisarmos essas duas dimensões (consenso-dissenso e elite/a priori-local/emergente), e considerando a perspectiva pós-colonial que adotamos, nossa pesquisa apresenta uma relação de dissenso com o discurso social dominante. Os conceitos e problemas encontrados têm origem local/emergente, logo, ela está situada no quarto quadrante da Figura 01: Estudos Dialógicos.

Esse tipo de estudo objetiva recuperar um conflito existente, por meio da desconstrução, cuja esperança é reclamar espaço para aqueles cujas vozes foram esquecidas. Os problemas envolvidos nesse tipo de discurso são direcionados à marginalização e supressão de conflitos, temendo a universalização e buscando a particularização (ALVESSON; DEETZ, 1999).

A perspectiva pós-colonial, adotada no nosso trabalho, questiona o que Alvesson e Deetz (1999, p. 234) denominam de “[...] conjunto dominante de estruturações do conhecimento, relações sociais e identidades [...]”. No caso da nossa pesquisa, essa denominação está vinculada à colonialidade, ou seja, à herança do colonialismo que ainda perdura, como os discursos sociais dominantes que não permitem aos subalternos, como as mulheres, manifestarem-se e falarem por si (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Quanto à origem dos conceitos e problemas formulados no decorrer do processo da nossa pesquisa, ela está situada na origem local/emergente. Por se tratar de um estudo que analisa um grupo local de pessoas consideradas subalternas: as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, estamos trabalhando com narrativas locais, que nos possibilita elencar conceitos e problemas particulares, ou seja, não universalistas.

6.1.1 Participantes da Pesquisa

Conforme mencionamos anteriormente, o Brasil foi considerado o maior produtor e exportador de café no ano de 2015. Dentre os estados produtores de café, Minas Gerais foi eleito em 2016 o maior produtor dos grãos, cujas regiões de maior produção foram a do Sul de Minas Gerais e a do Cerrado Mineiro, conforme a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – (2016). Essa última destaca-se, além da quantidade de produção, por ser a primeira no país a apresentar uma denominação de origem (EXPOCACCER, 2016), bem como abriga a cidade de Patrocínio, que está entre as maiores produtoras de café do mundo (ALMEIDA, 2016).

Assim, diante da relevância dessa região e considerando o aspecto da regionalidade enfatizado pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, do que esta dissertação de mestrado faz parte, optamos pela Região do Cerrado Mineiro para desenvolver nossa pesquisa com as trabalhadoras rurais na cafeicultura. Para a construção deste trabalho, conforme mencionado anteriormente, consideramos como trabalhadoras rurais na cafeicultura, as mulheres que prestam serviços diretamente nas lavouras de café, na área operacional, na Região do Cerrado Mineiro, não necessariamente atendendo à classificação legal.

A Região do Cerrado Mineiro, bem como seus(uas) produtores(as) de café e respectivas produções são representados pela Federação dos Cafeicultores da Região do Cerrado Mineiro, uma entidade sem fins lucrativos, também responsável por controlar a origem e qualidade dos produtos, assim como a utilização da Denominação de Origem – Região do Cerrado Mineiro (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO, 2016).

A Federação é organizada e estruturada por um grupo de seis associações de produtores(as) de café e oito cooperativas (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO, 2016). As associações são responsáveis pela promoção de assistência social, cultural, educacional, defesa de interesses e representação política de seus(as) associados(as). As cooperativas, por sua vez, são essencialmente econômicas, e têm por objetivo viabilizar os negócios produtivos de seus(uas) cooperados(as) junto ao mercado, conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017).

Dentre as cidades onde estão localizadas as associações e cooperativas filiadas à Federação dos Cafeicultores da Região do Cerrado Mineiro (Araguari, Carmo do Paranaíba, Monte Carmelo, Patrocínio, São Gotardo e Unaí), fizeram parte da nossa pesquisa as trabalhadoras rurais que prestam serviços nas fazendas filiadas às entidades de Patrocínio, visto sua importância na cafeicultura e por ser a cidade que mais abriga cooperativas e associações filiadas à Federação, bem como Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo, que são as duas outras cidades com o maior número dessas entidades, e que estão mais ao centro da Região do Cerrado Mineiro.

Patrocínio tem 02 associações: Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA) e Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER), e 02 cooperativas: Cooperativa Agropecuária de Patrocínio (COOPA) e Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (EXPOCACCER). Carmo do Paranaíba conta com 01 associação: Associação de Cafeicultores da Região de Carmo do Paranaíba (ASSOCAFÉ), e 02 cooperativas: Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba (CARPEC) e Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Núcleo Carmo do Paranaíba (CARMOCCER). Monte Carmelo, por sua vez, tem 01 cooperativa: Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Monte Carmelo (MONTECCER) e uma associação: Associação dos Cafeicultores da Região de Monte Carmelo (AMOCA) (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO, 2016).

Para selecionar as entrevistadas, utilizei a técnica *snowball* (bola de neve), definida por Biernacki e Waldorf (1981) como um método que seleciona os(as) participantes da pesquisa por meio de referências feitas entre pessoas que partilham ou sabem de outras que possuem algumas características que são de interesse da pesquisa, e, então, as indicam. Segundo os autores, o método é, particularmente, aplicável quando o foco do estudo é sobre uma questão sensível, possivelmente, relativa a um assunto pessoal, e, portanto, requer o conhecimento de algumas pessoas para localizar outras. Ressalto que utilizei o método *snowball* de maneira atenta, buscando evitar a concentração de entrevistadas em um ou dois municípios.

Para essa localização, parti, inicialmente, de contatos com funcionários e funcionárias de cooperativas e associações, bem como com cafeicultores e cafeicultoras e outras pessoas ligadas à cafeicultura, como as próprias trabalhadoras rurais contatadas, nos municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo. Entrei em contato com eles(as), por meio

de e-mails e telefonemas para explicar a pesquisa e, posteriormente, pedi indicações de trabalhadoras rurais que pudessem participar.

À medida que as indicações eram passadas, estabeleci contato, por meio de ligações telefônicas, para, também, lhes apresentarem a pesquisa e fazer o convite para participarem como entrevistadas. Nos casos em que os convites foram aceitos, agendei dias e horários, conforme a disponibilidade das trabalhadoras, nos locais que elas julgaram mais convenientes, para realizar as entrevistas.

A determinação, *a priori*, do número total de trabalhadoras rurais que participariam da nossa pesquisa seguiu a orientação de Gaskell (2002) que considera o limite entre 15 e 25 entrevistas individuais por pesquisador para, então, se atingir a saturação dos dados. Entretanto, obtivemos essa saturação com um total de 14 entrevistas. A distribuição de entrevistadas por município é apresentada no Quadro 04.

Quadro 4 - Distribuição das entrevistadas por município

Município	Patrocínio	Carmo do Paranaíba	Monte Carmelo
Participantes*	Maria I GuerreiraI Maria Aparecida Lutadora	Maria Tereza Trabalhadora Maria Márcia Luciene Guerreira	Batalhadora Lúcia Batalhadora I MariaII

Fonte:Elaborado conforme dados da pesquisa (2017)

*As mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas são identificadas por meio de codinomes, escolhidos por elas no início das entrevistas. Como diferentes entrevistadas escolheram codinomes iguais utilizamos I e II após o codinome para diferenciá-los.

O município com o maior número de entrevistadas foi a de Carmo do Paranaíba (06 entrevistadas), uma vez que foi aquela cujas trabalhadoras rurais apresentaram maior interesse e aceitabilidade em participar da pesquisa. Nas outras duas regiões, Monte Carmelo (04 entrevistadas) e Patrocínio (04 entrevistadas), as trabalhadoras rurais convidadas apresentaram um interesse menor, havendo quatro casos em que agendei as entrevistas, me desloquei até as fazendas para realizá-las, mas, lá chegando, as trabalhadoras desistiram de participar.

As 14 entrevistas foram realizadas presencialmente por mim, de setembro a novembro de 2017, nas fazendas produtoras de café em que as entrevistadas prestam seus serviços, nos municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo. Esses locais foram escolhidos pelas próprias trabalhadoras rurais entrevistadas.

6.1.1.1 A Pesquisa

Apresentamos a seguir como nossa pesquisa foi conduzida, descrevendo a maneira como o material empírico foi por mim reunido e, posteriormente, analisado.

5.1.2.1 Material Empírico

Para reunir o material empírico utilizei a entrevista narrativa com as trabalhadoras rurais, nas fazendas cafeeiras cooperadas e associadas às entidades filiadas à Federação dos Cafeicultores da Região do Cerrado Mineiro nos municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo.

De maneira resumida, justifico a escolha da entrevista narrativa por dois motivos: (1) conforme visto na seção “Estudos Empíricos sobre as Trabalhadoras Rurais no Brasil” todos os trabalhos abordados utilizaram algum tipo de entrevista; (2) a entrevista narrativa permite criar um espaço para que as trabalhadoras rurais narrem suas histórias e experiências por si, tal como a abordagem pós-colonial sugere.

A entrevista narrativa é útil em projetos que combinam histórias de vida e contextos sócio-históricos. “Histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas e fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam” (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008, p. 104). Essa relação com o contexto também é destacada por Clandinin e Connelly (2015), ao afirmarem que o contexto está sempre presente no pensamento narrativo, seja ele temporal, espacial ou de outras pessoas, sendo necessário para dar sentido a qualquer acontecimento, coisa ou pessoa.

Esse tipo de entrevista reflete uma crítica ao modelo pergunta-resposta, presente na maioria das entrevistas, em que o(a) entrevistador(a) impõe perguntas e o(a) entrevistado(a) as responde. A entrevista narrativa busca, por meio do esquema da narração, conseguir uma versão menos imposta, em que a influência do(a) pesquisador(a) seja mínima, prevalecendo a perspectiva do(a) informante (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008). Para tanto, Jovchelovith e Bauer (2008) propuseram que a entrevista narrativa seja processada por meio de quatro fases, apresentadas no Quadro 05.

Quadro 5 - Fases da Entrevista Narrativa

Fases	Aspectos
Preparação	Explorar o campo Formular questões exmanentes e o tópico guia
1. Iniciação	Explicar a pesquisa para o informante
2. Narração Central	Não interromper o informante Somente encorajá-lo, de maneira não verbal, a continuar a narração Esperar os sinais de finalização
3. Fase de perguntas	Somente “ O que aconteceu então?” Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do tipo “Por quê?” Ir de perguntas exmanentes para imanentes
4. Fala conclusiva	Parar a gravação São permitidas perguntas do tipo “Por quê?” Fazer anotações imediatamente após a entrevista

Fonte: Adaptado de Jovchelovith e Bauer (2008).

A preparação demanda dos(as) pesquisadores(as) familiaridade com o campo de estudo, possibilitando a eles(as) montar uma lista ou tópico guia com questões exmanentes que refletem seus interesses, formulações e linguagens próprias. Não consiste em um roteiro fixo a ser seguido e nem apresentado ao entrevistado(a), sendo composto por perguntas amplas que visam gerar narrativas e que buscam estimular a participação do sujeito da pesquisa. Posteriormente a essa preparação, inicia-se a primeira fase, quando o(a) entrevistador(a) explica para o(a) entrevistado(a) o contexto da pesquisa, bem como os seus procedimentos e, posteriormente, pede permissão para gravar a entrevista (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008).

Na segunda fase, a narração é iniciada e não deve ser interrompida pelo(a) entrevistador(a) até que apareça uma clara indicação (“coda”). Ao longo da narração, o(a) pesquisador(a) não deve intervir verbalmente, somente deverá incentivar o(a) entrevistado(a) a continuar sua narração por meio de gestos que demonstrem encorajamento e escuta atenta. Nesse período, o(a) entrevistador(a) poderá tomar notas para perguntas posteriores ao informante, na próxima fase. Quando o(a) entrevistado(a) indicar o coda, sugerindo que a história foi finalizada, é importante investigar se ainda há mais algo a ser narrado (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008).

A terceira fase, de acordo com Jovchelovith e Bauer (2008), inicia-se quando a narração chega ao seu final natural, e é neste momento que a escuta atenta do(a) entrevistador(a) produzirá seus frutos. As questões exmanentes do(a) entrevistador(a) são transformadas em imanentes, isto é, o primeiro tipo de questão é traduzido para o segundo,

fazendo, desta forma, uso exclusivo da linguagem do(a) entrevistado(a). Nessa fase, três regras são aplicáveis: (1) perguntas do tipo “por quê?” não devem ser feitas, o(a) entrevistador(a) deve somente fazer perguntas que estejam relacionadas aos acontecimentos; (2) fazer somente perguntas imanentes, empregando apenas a linguagem utilizada pelo(a) informante e (3) não apontar possíveis contradições na narrativa.

As fases 1, 2 e 3 devem ser gravadas com o consentimento do(a) entrevistado(a), porém, na quarta fase, o gravador deve ser desligado. Nesse momento, perguntas do tipo “Por quê?” poderão ser feitas, sendo possível também avaliar o grau de (des)confiança do(a) entrevistado(a), o que representa importante informação para analisar a narração no seu contexto. Com intuito de não perder informações relevantes como essa, é sugerido que o(a) pesquisador(a) sintetize os conteúdos dos comentários informais, por meio de anotações logo após a entrevista (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008).

As 14 entrevistas por mim realizadas nesta pesquisa foram inspiradas nos quatro passos descritos acima, propostos por Jovchelovith e Bauer (2008). A exploração do campo foi feita por meio do meu contato com as temáticas gêneros e cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, além da leitura da bibliografia utilizada para construção deste trabalho. O tópico guia (ver Apêndice A) que utilizei nas entrevistas foi composto por cinco blocos de questionamentos. O primeiro deles corresponde às perguntas sociodemográficas e os outros quatro referentes aos objetivos (geral e específicos) desta dissertação. Coerente com cada objetivo foi construído um conjunto de questionamentos embasados na bibliografia consultada.

Na etapa de iniciação da entrevista narrativa expliquei para cada entrevistada no que consistia a pesquisa, assim como apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁹ (ver Apêndice B). Onze entrevistadas, após lerem e concordarem com as especificações contidas no TCLE, assinaram-o em duas vias, uma para elas e outra para nosso arquivo, durante cinco anos. Em seguida, eu avisava que o gravador seria ligado e dava, então, início à próxima fase. Ressaltamos que esta pesquisa obteve aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP).

Três das entrevistadas são consideradas analfabetas. Duas delas nunca frequentaram o ambiente escolar, não conseguem ler, nem escrever; no outro caso, a entrevistada estudou por

¹⁹O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é uma fonte de esclarecimento aos participantes da pesquisa que influencia sua tomada de decisão sobre participar ou não dela de forma justa e sem constrangimentos. Representa também uma proteção legal e moral para o(a) pesquisador(a), visto que é a manifestação clara de concordância com a participação da pesquisa.

um período de seis meses, não consegue ler, mas consegue escrever seu nome. Nesses casos, além da apresentação, também fiz a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as entrevistadas. As três trabalhadoras rurais concordaram com os termos nele descritos, permitindo que eu desse continuidade às entrevistas, porém, sem as assinaturas do TCLE, exceto no caso da trabalhadora rural que consegue escrever seu nome.

Na segunda etapa, fiz os questionamentos e assim que as entrevistadas iniciavam suas narrativas, não as interrompia. Ao entrevistá-las, mantive, durante suas falas, uma postura de incentivo e atenção para que elas se sentissem a vontade para falar. Os locais de realização das entrevistas foram escolhidos pelas entrevistadas, de maneira a proporcionar maior bem-estar e conforto para elas. Barracões, casas onde elas moram nas fazendas; debaixo dos pés de café; à sombra de árvores ou debaixo do sol nas lavouras de café representam esses locais.

Quando as entrevistadas finalizavam suas narrativas, eu lhes perguntava se desejavam falar algo mais sobre aquele assunto. Nessa fase, fiz anotações sobre suas narrativas que, posteriormente, foram transformadas em questionamentos, representando a terceira fase. Nela, tomei o devido cuidado com as perguntas elaboradas de maneira a evitar a utilização, por exemplo, de expressões como “Por quê?”

Na última fase, avisei para as entrevistadas que o gravador seria desligado e perguntei se elas desejavam falar algo mais. Nos casos em que elas afirmavam ter algo mais para ser dito, após o gravador ser desligado, eu fazia anotações sobre suas falas. Posteriormente, essas anotações foram incluídas nas transcrições das entrevistas. Em seguida, fiz as perguntas elaboradas na segunda fase, do tipo “Por quê?”, e, novamente, realizei anotações quanto às respostas das entrevistadas, sendo também incluídas nas transcrições. Posteriormente, as entrevistas eram finalizadas, quando agradecia a cada uma das entrevistadas pela atenção, disponibilidade e colaboração.

Os 14 áudios resultantes das entrevistas foram transcritos por mim, na íntegra, sem a utilização de *software*. A duração média das entrevistas ficou em torno de 30 minutos, resultando no total de 81 páginas transcritas, utilizadas para análise. De acordo com Jovchelovith e Bauer (2008), a transcrição das entrevistas narrativas é o primeiro passo para análise. Para os autores, apesar de ser um processo cansativo e monótono, as transcrições são importantes para ter uma boa apreensão do material, além de propiciar um fluxo de ideias para interpretação dos textos. Por ser uma etapa bastante importante, é recomendado que as transcrições, ou pelo menos parte delas, sejam feitas pelos(as) próprios(as) pesquisadores(as).

5.1.2.2 Análise das Entrevistas Narrativas

Realizamos a análise do material empírico reunido entre os meses de outubro e dezembro de 2017, por meio da ACD, uma das formas de análise quando o trabalho é posicionado nos Estudos Dialógicos (ALVESSON; DEETZ, 1999), como esta dissertação. A ACD foi desenvolvida por Norman Fairclough, professor de linguística da Universidade Lancaster, no Reino Unido, sendo por ele denominada de Teoria Social do Discurso.

Para Fairclough (2001), as abordagens críticas dos discursos diferem das não críticas não somente na descrição das práticas discursivas, mas, também, por evidenciarem a maneira como os discursos são moldados por meio de relações de poder e ideologias, bem como mostrarem os efeitos construtivos dos discursos sobre as identidades sociais, as relações sociais, e os sistemas de conhecimento e crenças que, normalmente, estão ocultos para seus participantes.

O termo discurso é utilizado considerando o uso da linguagem como um tipo de prática social, implicando no discurso como modo de representação, significação, e ação, em que as pessoas agem sobre o mundo e sobre os outros, sendo moldado e limitado pela estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001).

É importante ressaltar que a relação estabelecida entre discursos e estruturas sociais é dialética. De um lado há a determinação social dos discursos, reflexo das realidades sociais, e, de outro, está a construção do social nos discursos, em que é idealizadamente representado como fonte do social (FAIRCLOUGH, 2001). Na compreensão de Pedro (1997), na ACD os agentes estão profundamente imbricados com as estruturas sociais na medida em que constroem e por elas são construídos. Dessa forma, a ACD julga os sujeitos por sua socialização, subjetividades humanas e a utilização linguística como meio de expressar uma produção realizada em contextos sociais e culturais que são orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais (PEDRO, 1997).

Para Wodak (2001), a Análise Crítica do Discurso não está restrita apenas a textos falados ou escritos pelos agentes de sua ação, mas preocupa-se tanto com os processos e estruturas sociais que ocasionam a produção desses textos, com a influência deles na construção e reconstrução dos significados dos textos junto aos sujeitos socio-históricos que com eles interagem.

Em termos teóricos, para Fairclough (2001), o discurso apresenta três dimensões: (1) Texto; (2) Prática discursiva e (3) Prática Social, conforme sintetizadas no Quadro 06.

Quadro 6 - Dimensões discursivas para Fairclough

Dimensões	Descrição	Foco de análise de cada dimensão	Categorias analíticas possíveis
Texto	Linguagem discursiva contextualizada em um evento discursivo.	Análise de forma e de sentido	- Vocabulário - Gramática - Coesão - Estrutura textual
Prática Discursiva	Processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Interliga o texto à prática social.	As práticas discursivas se concretizam como forma linguística nos textos. Referem-se ao contexto e a ordens de discurso presentes nesse contexto	- Produção: Intertextualidade Interdiscursividade - Distribuição - Consumo - Força - Presença e ausência de elementos - Condições
Prática Social	Práticas situacional, institucional e culturalmente contextualizadas.	Relações das práticas com ideologias e poder.	- Ideologia: Sentidos Pressuposições Metáforas - Hegemonia: Orientações ideológicas, econômicas, políticas e culturais.

Fonte: Adaptado de Teixeira (2015, p.119-120)

A análise da primeira dimensão, **textos**, deve ser realizada de forma ascendente, iniciando-se por palavras individuais e finalizando no texto como um todo. Deve-se analisar o **vocabulário** (análise das palavras individuais ou análise lexical, neologismos, relações entre as palavras e sentidos); a **gramática** (análise das combinações das palavras em forma de frases), **coesão** (análise das ligações entre frases e orações) e a **estrutura textual** (análise das propriedades mais amplas do texto) (TEIXEIRA, 2015). Fairclough (2001) destaca que as formas e os significados das palavras devem ser analisados em conjunto, logo, não se trata de uma análise puramente linguística.

A análise das **práticas discursivas**, segunda dimensão, implica em analisar **quem produziu** o discurso; qual a **finalidade ou interesses** envolvidos nessa produção; bem como o **lugar simbólico** ocupado por quem produziu o discurso; **para quem** ele foi produzido; qual a **força** dos enunciados; a **coerência** (dimensão do consumo); a **interxtualidade** e a **interdiscursividade** (TEIXEIRA, 2015).

A **força** do enunciado corresponde às forças manifestas no momento da sua produção, possibilitando diferentes interpretações conforme o contexto e situação em que são

produzidos. Essas interpretações são as responsáveis por fazer com que os textos assumam sentidos como ameaças, ordens, questionamentos etc. Um mesmo enunciado poderá assumir diferentes interpretações a depender da força com a qual acionam determinada ação social (FAIRCLOUGH, 2001). Por sua vez, a **coerência** não implica na coerência meramente textual, mas trata-se de uma coerência de significados e de relações entre eles, assumidos pelas práticas discursivas, dando assim, sentido ao texto. (FAIRCLOUGH, 2001).

No que tange à **produção** das práticas discursivas, dois conceitos relacionam-se: **Intertextualidade** e **Interdiscursividade**. A intertextualidade é definida por Fairclough (2001, p. 114) como “[...] a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”. Ainda segundo o autor, a intertextualidade pode ser **manifesta** (disposta de forma clara e marcada por aspas) ou **constitutiva** (suposições ou pressupostos implícitos), sendo também analisada a distribuição das práticas discursivas, isto é, as cadeias de sentido que são produzidas por meio dos intertextos.

A intertextualidade não está presente somente nos enunciados a serem analisados pela ACD, mas, também, nos textos usados pelo analista para interpretar esses enunciados (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, as práticas discursivas das trabalhadoras rurais participantes desta pesquisa podem apresentar intertextos, assim como o nosso trabalho de análise dessas práticas será também baseado em outros intertextos, como os que abordam a teoria pós-colonial, utilizada para nossa análise.

Interdiscursividade, por sua vez, é definida por Fairclough (2001) como as relações estabelecidas entre ordens de discurso, ou nas palavras de Melo (2009, p. 15) é “[...] um todo complexo de formações discursivas que emergem do conjunto de formações ideológicas”. Essas ordens de discurso representam um ordenamento particular de relações entre diferentes formas de produção de sentidos (FAIRCLOUGH, 2001).

Práticas sociais representam a terceira dimensão do discurso apresentada por Fairclough (2001, p. 100), definidas por ele como “[...] alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados”. Nessa dimensão é estabelecida importante relação, considerada pelo autor como fundamental, isto é, a relação existente entre o **discurso**, o **poder** e **ideologia**. Os discursos refletem poderes hegemônicos e as relações de poder compreendem lutas pela **hegemonia** (TEIXEIRA, 2015).

As **ideologias** representam construções da realidade (significações construídas) que são inscritas nas **práticas discursivas**, contribuindo para a construção, transformação e disseminação das relações de **poder**, logo, em uma ACD que considera as **práticas sociais**, torna-se relevante analisar as ideologias refletidas nos textos (TEIXEIRA, 2015). Fairclough (2001, p. 117) define ideologia como “[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para produção ou transformação das relações de dominação”. Essa contribuição acontece porque as **ideologias** costumam ser naturalizadas, podendo ser consideradas senso comum, favorecendo que os sujeitos passem a assumi-las como verdades. A categoria gênero, conforme Teixeira (2015), é um bom exemplo de categoria que é carregada de **ideologias** que passaram por processos intensos de naturalização, que não as tornam fixas, facilitando a relações de **poder**.

A perspectiva adotada neste trabalho, pós-colonial, busca desconstruir os discursos dominantes, carregados de relações de poder, dominação e desigualdades; e, principalmente, criar espaços para que os grupos considerados subalternos possam falar por si. Calás e Smircich (1999) destacam entre as principais metodologias utilizadas em trabalhos que adotam essa perspectiva a Análise do Discurso com foco na desconstrução. A ACD revela-se um modelo analítico significativo para nossa pesquisa, uma vez que a teoria social do discurso, de acordo com Fairclough (2001), objetiva transformar essas relações, entendendo que a construção de novas práticas discursivas pode contribuir para isso.

Descritos os principais conceitos relacionados à ACD e elencados os motivos da sua escolha, apresentamos no Quadro 07 os elementos orientadores que buscamos percorrer nesta dissertação, na condução da ACD. É importante ressaltar que não utilizamos de maneira direta nas análises todos os conceitos apresentados nesta subseção.

Quadro 7 – Elementos orientadores do percurso analítico na Análise Crítica do Discurso

Dimensões	Categorias analíticas utilizadas
Texto	<p>Análise da forma e sentido Análise do vocabulário (léxicos escolhidos e relações estabelecidas entre eles) Relações semânticas (de sentido) construídas</p>
Prática Discursiva	<p>Práticas discursivas (discursos) Produção Condições (contexto ou condições sociais de produção) Intertextualidade manifesta e constitutiva (relações explícitas ou implícitas entre o texto e outros; vozes e identidades sociais presentes; noções acerca do que é verdadeiro ou não, análise de suposições (pressupostos implícitos) Interdiscursividade (combinação entre os discursos e elementos oriundos de ordens do discurso ou de regimes de verdade acerca do que é ser trabalhadora rural) Elementos oriundos da ordens do discurso Condições de existência Consumo Coerência de significado e de relações entre significados Força manifesta pelos enunciados no momento de sua produção Presença e ausência de elementos (como o silêncio, o não dito)</p>
Prática Social	<p>Ideologia Sentidos Pressuposições Metáforas Hegemonia Orientações ideológicas, econômicas, políticas e culturais Poder</p>

Fonte: Adaptado de Teixeira (2015)

Esse quadro é apenas uma orientação a respeito de quais conceitos da ACD foram por nós acionados durante as análises, sem adotar uma rigidez relativa a um caminho linear de análise, como por exemplo, texto – práticas discursivas – práticas sociais. Também utilizamos Amostras Discursivas (AD's)²⁰ para mostrar algumas análises. Em resumo, trata-se de uma orientação aplicada de forma dinâmica, adaptada de Teixeira (2015).

Para finalizar a incursão metodológica, apresentamos as categorias analíticas temáticas utilizadas nas análises, com o intuito de responder à questão orientadora desta pesquisa, bem como seus objetivos, tendo como subsídios as teorias apresentadas ao longo deste trabalho, como a Teoria Pós-Colonial e as categorias da ACD descritas nesta subseção, desta forma, é

²⁰ Resende e Ramalho (2004) adotam a expressão Amostras Discursivas (AD's) quando, em uma discussão linguística a respeito da ACD, utilizam-na como sinônimo de fragmentos discursivos, expressão comumente usada na análise francesa do discurso, que representam trechos de discursos apresentados em um trabalho científico que dá subsídio e mostra análises. A partir da seção 6, as AD's são apresentadas por trechos das entrevistas transcritos na íntegra, muitas vezes, contrariando a norma culta da língua portuguesa. Nossa opção pela não edição das transcrições ou pela não inclusão da expressão (sic) deve-se à coerência com a perspectiva teórico-metodológica adotada.

possível afirmar que as categorias foram definidas *a priori*, ou seja, anterior à ida a campo. As análises foram orientadas pelas categorias descritas no Quadro 8.

Quadro 8 - Categorias analíticas temáticas

Categoria	Configurações presentes nas relações de gêneros
A construção da subalternidade: lutas e sofrimentos nas trajetórias das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro	Identities
Casa, trabalho e sociedade: espaços hierarquizados	Desigualdades
Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade	Colonialidade

Fonte: Elaborado pela autora principal desta dissertação.

As questões principais discutidas na teoria pós-colonial nos serviram de orientação para evidenciar três configurações presentes nas relações de gêneros: (1) **Identities**; (2) **Desigualdades** e (3) **Colonialidade**, analisadas, respectivamente, por meio de três categorias analíticas temáticas: **A construção da subalternidade: lutas e sofrimentos nas trajetórias das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro**; **Casa, trabalho e sociedade: espaços hierarquizados**; e **Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade**.

Na próxima seção apresentamos e discutimos os resultados das análises, conforme aqui descrito.

7 O QUE REVELAM AS NARRATIVAS DAS TRABALHADORAS RURAIS NA CAFEICULTURA DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO

Nesta seção, apresentamos as análises das narrativas das quatorze trabalhadoras rurais entrevistadas nesta pesquisa, sob a perspectiva teórico-metodológica pós-colonial e metodológica da Análise Crítica do Discurso, considerando o modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001). Analisamos três categorias temáticas, delimitadas com base no problema de pesquisa e objetivos traçados para esta pesquisa. Em conjunto, essas análises nos mostram como as relações de gêneros se manifestam por meio das narrativas das trabalhadoras rurais na Cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, que trabalham nas fazendas produtoras de café nos municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo.

Por meio das análises realizadas e dos resultados encontrados não pretendemos construir generalizações, trata-se das especificidades relacionadas às participantes da nossa pesquisa.

7.1 A construção da subalternidade: lutas e sofrimentos nas trajetórias das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro

Nesta subseção analisamos a primeira categoria, cuja configuração das relações de gêneros correspondente são as identidades. Antes de adentrar propriamente na análise, apresentamos as trajetórias das 14 trabalhadoras rurais entrevistadas, e ressaltamos que as trajetórias aqui recontadas são aquelas contadas por elas próprias.

Maria Tereza

Se reconhece como mulher, branca, tem 34 anos, é casada, ainda que seja “apenas no papel”, como ela diz, mãe de duas meninas. Estudou até o primeiro ano do segundo grau, e hoje desenvolve atividades na cafeicultura, especificamente, como pragueira, em uma fazenda no município de Carmo do Paranaíba, cidade em que reside com sua filha mais nova. É a única mulher trabalhadora rural na cafeicultura na fazenda em que trabalha. Desde sua infância, Maria Tereza começou a trabalhar na lavoura junto com sua mãe, arrancando feijão,

plantando café. Aos 14 anos, morando com os pais, ela engravidou e viu-se obrigada a interromper seus estudos. Nessa época, ela começou a trabalhar com a criação de gado em outra fazenda, no município de Carmo do Paranaíba, onde conheceu um homem com quem manteve relacionamento por 16 anos. Fruto desse relacionamento, Maria Tereza teve sua segunda filha.

Após o fim desse relacionamento, ela foi trabalhar com seu irmão em uma oficina/ferro velho, ajudando no desmanche de carros, abrindo motores e atividades similares, por um total de seis meses. Após esse período, Maria Tereza começou a trabalhar na atual fazenda em que está.

Trabalhadora

Se reconhece como mulher, parda, tem 22 anos, estudou até o primeiro ano do ensino médio, tem um filho e define sua profissão como “trabalhadora rural”, trabalhando em uma fazenda produtora de café localizada no município de Carmo do Paranaíba. É natural da referida cidade, onde reside com seu filho e seu companheiro. Ela começou a trabalhar aos 18 anos na colheita do café em outra fazenda, também localizada no município de Carmo do Paranaíba. Posteriormente, foi trabalhar na fazenda com a qual possui vínculo atualmente, desempenhando atividades diversas na cafeicultura, como na parte de irrigação.

Maria

Se reconhece como mulher, negra, tem 45 anos, é divorciada e mãe de um adolescente de 13 anos. Estudou até a quarta série e define sua profissão como “da lavoura”. Sua cidade natal é Carmo do Paranaíba, onde reside ainda hoje com seu filho. Maria sempre trabalhou nas lavouras de café no referido município, na modalidade safrista ou carteira assinada. No atual local em que trabalha ela está há três anos, tendo começado como safrista e hoje trabalha na modalidade fixa, com carteira assinada.

Márcia

Se reconhece como mulher, negra, tem 39 anos, é casada e mãe de três filhas: gêmeas de 18 anos e uma jovem de 17 anos. Estudou até a quinta série e, também, define sua

profissão como “da lavoura”. Sua cidade natal é Patos de Minas, mas, mora em Carmo do Paranaíba há quase 30 anos, com seu marido e suas três filhas. Em Patos de Minas, Márcia trabalhou como empregada doméstica, já em Carmo do Paranaíba ela sempre trabalhou na lavoura de café, como safrista ou por diária. Atualmente, trabalha com carteira assinada, em uma determinada fazenda produtora de café no referido município.

Luciene

Se reconhece como mulher, considera-se “morena”, tem 46 anos, é casada, e mãe de duas jovens: uma filha de 25 anos e a outra de 20 anos. Estudou até a quarta série do ensino fundamental, e define sua profissão como “trabalhadora rural”. Sua cidade natal é Carmo do Paranaíba, onde reside com suas duas filhas e seu marido. Trabalhou como empregada doméstica e em lavouras de café, atualmente trabalha no referido município.

Guerreira

Se reconhece como mulher, branca, tem 48 anos, é solteira, e mãe dois filhos e uma filha. Estudou até a quarta série do ensino fundamental, e, também, define sua profissão como “da lavoura”. Sua cidade natal é Carmo do Paranaíba, onde reside sozinha, uma vez que seus filhos e filha são casados(a). Guerreira enfatiza que sua trajetória foi difícil, seu filho mais velho era muito pequeno e tinha que ir para a creche porque ela precisava ir para a lavoura. Ela também já trabalhou como empregada doméstica, como safrista e por diária na cafeicultura. Na atual fazenda produtora de café em que trabalha, no município de Carmo do Paranaíba, ela está há quatro anos.

Guerreira I

Se reconhece como mulher, parda, tem 45 anos, é casada, e mãe de uma filha, casada, e um filho, solteiro. Completou o ensino médio e define sua profissão como “produtora rural”. Ela, o marido e o filho cuidam da plantação de café e também do gado, praticando a agricultura familiar. Guerreira é natural de Mandaguacu, no estado do Paraná, e atualmente mora com o marido, o filho e a avó na pequena propriedade da família, localizada no município de Patrocínio.

Com 16 anos ela se mudou para Patrocínio por motivos financeiros, uma vez que a família já não estava mais encontrando trabalho no Paraná. Em 1988, seu pai recebeu a proposta de um amigo para ele e a família virem trabalhar na colheita de café em Patrocínio. A família veio durante a colheita, por volta de quatro meses, e voltaram para o Paraná, ficando lá por mais um ano, até que em 1990 voltaram para fixar residência no município de Patrocínio.

Guerreira I esteve sempre envolvida na cafeicultura, tanto no Paraná quanto em Minas Gerais. Em Mandaguaçu, seu pai trabalhava em regime de comodato, também na cafeicultura. Após a vinda para Patrocínio, Guerreira I conta que foi uma trajetória de muita luta. Ela e a família trabalharam por um tempo numa fazenda próxima à atual propriedade de Guerreira I e seu marido, até conseguirem comprar um pequeno terreno de quatro hectares. Nele, construíram uma casa, onde sua mãe ainda reside.

Após o casamento, há 22 anos, ela e o marido seguiram trabalhando na cafeicultura, como empregados, por um período de quatro anos, em uma fazenda também no município de Patrocínio. Seu marido já tinha uma pequena propriedade, onde residem atualmente, e trabalhava também com a pecurária. Com o tempo, eles plantaram café na mesma propriedade e hoje trabalham com a cafeicultura e pecuária. O trabalho dela e do marido nessas duas atividades possibilitou a compra de cinco hectares de terra onde plantaram mais café. Atualmente, eles fizeram uma permuta com a empresa Vale e de cinco hectares passaram para 11 hectares.

Maria I

Se reconhece como mulher, branca, tem 47 anos, é casada e mãe de duas mulheres e um homem. Tem o segundo grau incompleto e define sua profissão como “agricultora”. É natural de Marialva, Paraná e, atualmente, mora na propriedade da família, no município de Patrocínio, com o marido e a filha mais jovem. Sua outra filha e o filho ficam na cidade de Patos de Minas durante a semana, pois fazem faculdade lá, e, nos finais de semana, voltam para a casa dos pais.

Os avós paternos de Maria I são espanhóis e vieram para o Brasil para trabalhar em colônias com a cafeicultura, no estado de São Paulo. Posteriormente, seu avô comprou uma área no Paraná, onde seus pais se casaram e ficaram morando, trabalhando na cafeicultura. Em 1975, houve uma geada no estado que destruiu as plantações de café e seu pai começou então

a plantar lavoura de subsistência, mas sem deixar de lado sua paixão pelo café. Ele conhecia uma pessoa que havia ido para Patrocínio e que chamou-o para ir conhecer a região.

No ano de 1984, seu pai, seu tio e irmãos mais velhos foram para Patrocínio. Eles gostaram da região, voltaram para o Paraná e decidiram vender as propriedades de lá e irem para Minas Gerais, ainda em 1984, quando Maria I tinha 14 anos. E foi na propriedade de sua família, em Patrocínio, que ela começou a trabalhar na cafeicultura, iniciando na confecção das mudas de café para plantio. Nessa época, ela teve que abandonar os estudos, uma vez que morava na fazenda e não havia transporte para levá-la até a cidade. Ela passou então a se dedicar somente ao trabalho na cafeicultura. Mas, no ano de 1992, seu irmão se casou e ela foi morar com ele e sua esposa na cidade pra cuidar do sobrinho, e, então, voltar a estudar. Ela finalizou os estudos no ensino fundamental na modalidade supletivo e chegou a iniciar o ensino médio, mas, como estudava à noite e, nesse mesmo período, casou-se, mudando para atual propriedade em que vive, não havendo transporte para a cidade à noite, ela desistiu dos estudos.

Em 1999, seu pai faleceu e ela voltou a morar na cidade, por quatro anos, para fazer companhia para sua mãe. Nesse período, eles contrataram um caseiro para cuidar da propriedade, porém, foi algo que não deu certo e eles voltaram a morar na propriedade rural. Desde então, foram realizando melhorias na propriedade, como a construção de um terreiro para secagem do café, e se dedicam à cafeicultura e à pecuária, com a produção de queijos.

Maria Aparecida

Se reconhece como mulher, branca, tem 67 anos, é casada e mãe de um casal de filhos. É formada no curso técnico de enfermagem e define sua profissão como “do lar”. Sua cidade natal é Guimarães e hoje reside na fazenda, propriedade da família, no município de Patrocínio, com seu marido, o filho e a filha.

Ela mudou-se para Patrocínio com 25 anos, vindo da comunidade do Pântano, localizada no município de Coromandel. Lá ela já trabalhava na fazenda dos pais, mas não na cafeicultura. Maria Aparecida estudou até a quarta série do ensino fundamental, no município de Coromandel, e, em Patrocínio, ela deu continuidade aos estudos e ingressou no curso técnico de enfermagem, trabalhando, posteriormente, no hospital da referida cidade. Tempos depois ela se casou e foi morar na fazenda com seu marido e, desde então, eles trabalham na cafeicultura.

Lutadora

Se reconhece como mulher, branca, casada, tem 50 anos, é mãe de uma jovem de 24 anos, solteira, mora com sua avó, e de um rapaz, 26 anos, casado. Ela frequentou a escola por alguns dias, mas não sabe ler, nem escrever. Quando perguntei-lhe sobre sua profissão, ela disse fazer de tudo em sua casa e também no trabalho rural, na cafeicultura. É natural de Patrocínio, e mora com seu marido em uma fazenda cuja propriedade é de uma família que reside na referida cidade.

Ela conta que sua trajetória foi de muita luta e sofrimento. Sempre morou na zona rural, ela e os irmãos foram criados no município de Patrocínio. Eram 12 filhos, três deles faleceram, restando quatro mulheres e cinco homens. Os filhos e filhas começavam a trabalhar no plantio de feijão, arroz e milho, e na pecuária, por volta dos nove anos de idade. As plantações eram para o consumo familiar e a produção de queijo para a venda externa. A mãe da Lutadora também produzia sabão de côco, farinha e polvilho para vender e aumentar a renda familiar. As filhas mulheres, além de capinarem, e plantarem, cuidavam da casa, das roupas e dos(as) irmãos(ãs) mais novos. Já os filhos, homens, trabalhavam na roça e com o leite. Nos finais de semana, eles saíam para as festas que tinham na região, os “forrós”, mas as mulheres tinham que ficar em casa.

Lutadora conta que a maioria de seus irmãos também não sabem ler, nem escrever, e o máximo de escolaridade que alguns têm é a quarta série do ensino fundamental. Ela explica que era uma época difícil, estudavam em escolas que ficavam na zona rural, iam a pé, carregavam os cadernos em embalagens de arroz e açúcar. Aos 20 anos ela conheceu seu marido, com quem namorou por menos de um ano, uma vez que seu pai não permitia por mais tempo. Casaram-se e foram morar na propriedade dos sogros e, posteriormente, resolveram ir trabalhar como empregados em outras fazendas. Primeiro numa fazenda em que eram responsáveis pela ordenha do gado. Posteriormente, foram para outras duas fazendas: uma em que além do leite também havia o café, foi onde a Lutadora começou a ser inserida na cafeicultura, trabalhando na colheita. Atualmente, ela e o marido estão na quarta fazenda, há quatro anos, ambos trabalhando na cafeicultura

Batalhadora

Se reconhece como uma mulher, parda, tem 43 anos, é casada e mãe de dois filhos. Ela frequentou a escola por seis meses, não sabe ler, e escreve apenas seu nome. Define sua profissão como “serviços gerais na lavoura”. Sua cidade natal é Cana Rica, Paraná, e mora atualmente com o filho solteiro e o marido em uma fazenda no município de Monte Carmelo.

No Paraná, a Batalhadora trabalhava no corte de cana, e, quando o trabalho na usina tornava-se cansativo, ia trabalhar nas safras do algodão, amendoim, e café. Depois ela, seu marido e os filhos mudaram-se para município de Monte Carmelo, onde moraram durante 02 anos. Ela trabalhava como empregada doméstica e seu marido com um caminhão, levando turmas para trabalhar nas lavouras de café. Batalhadora conta que ser empregada doméstica era muito difícil porque a dona da casa sempre achava que ela fazia as coisas mal feitas, porque era acostumada a trabalhar em um ritmo intenso e sempre terminava suas atividades mais cedo. Então, ela deixou de trabalhar como empregada doméstica e começou a trabalhar na lavoura, indo com seu marido todos os dias no caminhão. Com o tempo, o caminhão começou a estragar muito, então o venderam e foram morar e trabalhar nas fazendas produtoras de café no município de Monte Carmelo. Na primeira, ficaram por um período de seis anos, em outra, por dez anos e, na atual, estão há dez meses.

Batalhadora I

Também se reconhece como mulher, parda, tem 32 anos, é casada, mãe de duas mulheres e um homem. As filhas têm, respectivamente, 15 e 12 anos, e o filho tem 10 anos. Ela estudou até o primeiro ano do ensino médio e define sua profissão como “tratorista”. Sua cidade natal é Monte Carmelo, especificamente a comunidade Celso Bueno, e, atualmente mora como empregada em uma fazenda, no referido município, com o filho, as filhas, e o marido.

Ela começou a trabalhar fora do ambiente doméstico após se casar. Trabalhou como faxineira e cozinheira no posto de gasolina da comunidade: Posto Lavourão. Depois ela, o marido, o filho e as filhas foram morar em uma fazenda no município de Monte Carmelo, mas, como lá havia trabalho somente para seu marido, não havia trabalho na lavoura para mulheres, eles resolveram ir morar novamente na comunidade Celso Bueno, até quando surgiu a oportunidade de morar em outra fazenda.

Batalhadora I conta que, no início, ela trabalhou na colheita do café, catando pedaços de madeira na frente da Miac²¹; no outro ano, ela foi trabalhar por dois meses no despontador; por um mês no terreiro utilizado para secagem dos grãos de café; e, depois, começou a dirigir o trator. Surgiu uma oportunidade para tratorista e seu marido a ensinou a operar a máquina. E é com o trator que ela trabalha até hoje e pretende seguir.

Lúcia

Se reconhece também como mulher, branca, tem 47 anos, é casada, e mãe de três filhas, a mais jovem com 21 anos. É formada em Gestão de Agronegócio e define sua profissão como “gestora em agronegócio”. Sua cidade natal é Monte Carmelo, residindo em uma fazenda da família, com seu marido, no município. Antes de morar na fazenda, Lúcia era costureira na cidade de Monte Carmelo e seu marido trabalhava na cafeicultura com o pai. Há vinte anos, ela herdou uma propriedade rural de sua mãe, deixou as costuras e, juntamente com o marido, mudou-se para essa propriedade, onde moram, e decidiram investir na cafeicultura, plantando e cultivando o café.

Ela não entendia nada sobre a cafeicultura, pois sua família já havia trabalhado com leite, gado, granja, mas, nunca com o café. Lúcia havia estudado até a oitava série do ensino fundamental, sua filha começou a insistir para que ela voltasse a estudar, levou-a na escola e fez sua matrícula. Em dois anos, ela terminou o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adolescentes (EJA), e, então, começou a fazer o curso de Ciências Biológicas. Ela queria cursar Agronomia, mas não foi possível, pois, em Monte Carmelo, esse curso não era ofertado. Ela fez um período no curso de Ciências Biológicas e desistiu ao perceber que não era o curso que queria. Ficou seis meses sem estudar até ingressar no curso de Gestão do Agronegócio, graduando-se em 2009. À medida que ia absorvendo os conhecimentos no curso, ela ia aplicando na cafeicultura e, desde então, passou a dividir-se entre gestão do negócio, o trabalho na lavoura, na parte operacional, e as atividades no ambiente doméstico.

²¹ Conforme as entrevistadas, Miac é um maquinário que recolhe o café durante a colheita.

Maria II

Se reconhece como mulher, negra, tem 32 anos, é solteira, e mãe de um homem. Considera-se analfabeta, não sabe ler, nem escrever e define sua profissão como “trabalhadora rural do café”. É natural da região Norte de Minas Gerais e mora em uma fazenda, município de Monte Carmelo, na época da safra do café e em determinadas épocas do ano quando é procurada pelos donos da fazenda para desenvolver algumas outras atividades na cafeicultura. Após esses períodos, ela retorna para sua cidade no Norte de Minas Gerais, onde mora com sua mãe e filho.

Ela sempre trabalhou, desde sua infância, fazendo “bicos”, como babá, ou nos mercados da sua cidade. Foi, também, usando suas palavras, “bóia-fria”. Maria II conta que não estudou porque não gostava de escola. Seu pai faleceu quando ela ainda era pequena e seu irmão, tempos depois, também faleceu em um acidente de moto. Sua mãe era trabalhadora rural e ganhava pouco para sustentá-las.

Maria II engravidou, ficou sem trabalhar por um tempo, e quando seu filho nasceu seu desejo era de oferecer para ele um futuro melhor, e, então, ela foi com um grupo de pessoas de sua cidade para a colheita do café numa fazenda no município de Monte Carmelo. Após a colheita, ela retornou para o Norte de Minas Gerais e, no outro ano, voltou novamente, mas, dessa vez, para outra fazenda, na qual está até hoje durante a safra do café e nos períodos demandados pelos proprietários da fazenda.

Essas foram as trajetórias narradas pelas 14 tabalhadoras rurais entrevistadas e aqui recontadas por nós. São 14 diferentes trajetórias evidenciando que essas narrativas foram produzidas por mulheres, trabalhadoras rurais na cafeicultura dos municípios de Carmo do Paranaíba, Patrocínio e Monte Carmelo. Essas trajetórias ocorreram em contextos que envolvem dificuldades, sofrimentos e lutas, de acordo as Amostras Discursivas apresentadas no Quadro 09 sugerem, influenciando, conforme será posteriormente evidenciado, a maneira como essas trabalhadoras se identificam.

Quadro 9 - Amostras Discursivas: Trajetórias

Amostras Discursivas	Palavras/ Expressões-chave	Entrevistadas
<p>Foi muito difícil, dentro de casa e fora de casa. Tinha 14 anos quando engravidei, e era um homem que tinha outra família. Minha mãe colocava minhas coisas todas na rua pra que eu saísse de casa, mas aí eu ia, pegava minhas coisas na rua, e voltava pra dentro de casa, porque eu não tinha outro lugar que pudesse ir. E a sociedade também sempre me via com maus olhos por isso, por ser mulher, ter engravidado novinha. [...] Todo mundo tem os seus perrengues, né? Passa muita coisa, eu, única dificuldade que eu acho, assim, que acontece comigo às vezes e que eu considero dificuldade é a morte. Com a morte, eu sou bem mole, sabe? Mas com a vida eu sou dura (grifos nosso).</p>	<p>“dificuldade”</p>	<p>Maria Tereza</p>
<p>Uai, muita luta, né? Não foi fácil, né? Trabalhei sempre na lavoura, mas trabalhei de doméstica também quando era solteira, no Carmo, mais é só na lavoura mesmo (grifos nosso).</p>	<p>“luta”</p>	<p>Luciene</p>
<p>Foi difícil. Nossa, meus menino era pequenino, ia pra creche, porque... porque eu ia pras lavoura...Eu trabalhei pra todo lado até que eu vim pra cá. Essa aqui é a primeira que eu trabalho por mais tempo. Que aí a minha menina ganhou nenê, eu tinha que ficar um mês com ela, aí depois eu vim praqui e tô até hoje, tá com quatro ano e um mês (grifos nosso).</p>	<p>“difícil”</p>	<p>Guerreira</p>
<p>Luta! Luta. Sempre trabalhando! A gente trabalhou... a gente ficou fichado numa fazenda ali no chapadão de ferro um bom tempo. Não sei quantos anos não, mas foi um tempinho bom. Aííí... lá a gente trabalhou, lutou, a gente conseguiu comprar um pedacinho de terra, pequenininho, quatro hectares só, aí a gente construiu uma casa, é onde a minha mãe mora hoje ainda, até hoje. Tudo, tudo através do trabalho mesmo, da luta mesmo, né? (grifos nosso)</p>	<p>“luta”</p>	<p>Guerreira I</p>
<p>[...] foi de muita... de muita luta e sofrimento também. Eu sempre morei na roça. Hoje que meus pais tão na cidade, mas eu e os irmão foi tudo criado na roça, com muito sofrimento [...]. Naquela época era difícil, a gente da roça tinha que estudar nas escola da roça, ia a pé, não tinha nem capanga, carregava os caderno era num saquinho de arroz, de açúcar (grifos nosso).</p>	<p>“luta”, “sofrimento”, “difícil”</p>	<p>Lutadora</p>
<p>Eu não gostava de costurar, eu gostava da roça. E aí nós veio e enfrentou, enfrentou na enxada, enfrentou no barro, na adubação, irrigação. Então foi uma vida, assim, bem sacrificante, bem, bem difícil [...] Aí eu peguei e foi, foi assim, trabalhei pesado e tudo, só que aí, depois de um certo tempo, aí eu já tinha duas filhas, já quase formada, aí uma filha insistiu comigo para volta a estudar, aí eu já tava meio assim, começando a ficar... o serviço já era muito pra nós dois, sabe? (grifos nosso)</p>	<p>“sacrificante”, “difícil”</p>	<p>Lúcia</p>
<p>[...] eu engravidei, fiquei sem trabaía um tempo, a mãe ficou muito contrariada porque tinha uma mãe solteira dentro de casa... não foi fácil [...] Aí conversei com o gato, o que arrumava as turma pra vim, e experimentei vir numa vez... não é fácil, mas eu ganho mais e tenho condição de dá uma vida mior pro meu filho e pra mãe [...] (grifos nosso).</p>	<p>“não foi fácil”</p>	<p>Maria II</p>

Fonte: elaborado com base nas entrevistas realizadas.

Trajetórias de dificuldades, sofrimento e lutas são destacadas por Sales (2007), ao afirmar que as invisibilidades e ausências de reconhecimento do trabalho realizado pelas trabalhadoras rurais, fazem com que elas lutem por sua valorização, pela conquista de seus direitos e para terem suas vozes e opiniões ouvidas e reconhecidas.

Sobre essas trajetórias, ao considerarmos a dimensão prática discursiva, definida por Fairclough (2001) como os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, interligando-os à prática social, ressaltamos que os AD's apresentadas foram produzidas por 14 trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado com o intuito de tornar passagens de suas histórias de vida conhecidas para as autoras deste trabalho, para aqueles que o desejem ler e, de maneira geral, para a sociedade.

Neste trabalho, com base na perspectiva teórico-metodológica pós-colonial, esse grupo de mulheres são considerado um grupo subalterno a quem ainda foi dada a oportunidade de falarem por si, visto, por exemplo, a ausência de produções científicas cujas participantes tenham sido essas mulheres. Foi perceptível, dentre todas as perguntas realizadas por mim, que narrar as trajetórias foi o momento de maior emoção para as entrevistadas, por fazê-las lembrar momentos difíceis de suas vidas, como a morte do pai e namorado, conforme Maria Tereza narrou, ou o fato do filho ser pequeno e ter que deixá-lo na creche para ir trabalhar, como aconteceu com Guerreira, além das dificuldades de ir para escola, levando os cadernos em embalagens de arroz e açúcar, segundo narrativa da Lutadora. O trabalho em si é também considerado um ato de luta, conforme as AD's de Guerreira, Lúcia e Maria.

Esse ato de luta relacionado ao trabalho está relacionado com uma prática social, destacada por Guiraldelli (2012) que envolve discriminação e preconceitos para com as mulheres tanto nos espaços públicos quanto privados, contribuindo para manter as segregações, persistência das desigualdades de gêneros e a divisão sexual do trabalho, contribuindo para a construção de cenários em que mulheres e homens compartilham (quando são compartilhados) esses espaços em condições desiguais, estando elas submissas a eles. Podemos, assim, interpretar que essa prática social representa uma ideologia social tecida e reproduzida desde o colonialismo, destacando-se relações de poder entre homens e mulheres.

Ainda sobre alguns aspectos importantes nos discursos das trabalhadoras rurais sobre suas trajetórias, a gravidez é apontada como um momento difícil na trajetória de duas entrevistadas: Maria Tereza e Maria II. No período colonial apenas os homens usufruíam da

liberdade sexual. No caso dos colonizadores, conforme destaca Freyre (2004), as mulheres brancas deveriam ser fiéis aos seus maridos, já eles, embora, formalmente inseridos num casamento monogâmico, usufruíam de plena liberdade sexual. No caso de Maria Tereza, na época solteira, ela teve uma filha com um homem casado, sendo discriminada por sua própria mãe: “Minha mãe colocava minhas coisas todas na rua pra que eu saísse de casa, mas aí eu ia, pegava minhas coisas na rua, e voltava pra dentro de casa, porque eu não tinha outro lugar que pudesse ir”.

Interpretamos que as atitudes da mãe de Maria Tereza apresentam uma orientação ideológica dominante, presente na sociedade desde o período colonial, em que os homens podem ser sexualmente livres sem serem julgados como as mulheres são (FREYRE, 2004). Outro aspecto dessa orientação ideológica está relacionada com o senso comum de que as mulheres apenas podem ter filhos após o casamento, com um homem que não tenha outra família. A partir do momento em que esse senso comum e o que a sociedade dita como normal foi contrariado, a mãe de Maria Tereza fez uso de sua autoridade como mãe e colocou os pertences da filha para fora da casa, para que ela procurasse outro lugar para morar. Essa mesma orientação ideológica esteve presente na vida de Maria II, em sua narrativa a entrevistada emprega o adjetivo “contrariada”, que remete ao aborrecimento, desgosto, para se referir ao estado de sua mãe ao ter uma filha que foi “mãe solteira”.

A narrativa de Maria Tereza revela uma relação de discriminação e poder entre sua mãe e ela, representando um exemplo de colonialidade, ou seja, aspectos de um passado colonial que ainda resiste, conforme destacam Said (1989), Lugones (2014) e Gomes (2007). Relações como essa, entre mulheres, são enfatizadas no trabalho de Costa e Sardenberg (2008), ao discorrem sobre as relações entre homens (brancos e negros) e mulheres brancas, com relação às mulheres negras; assim como também são enfatizadas no trabalho de Lugones (2014), ao tratar das classificações e relações entre homens brancos burgueses, mulheres brancas burguesas e as “mulheres” colonizadas.

Essa análise indica que o discurso dominante ainda prevalece: para serem aceitas pela sociedade e pelas próprias famílias, as mulheres não podem, por exemplo, serem mães sem estarem casadas, o mesmo não é válido para os homens. Sobre aqueles que são pais solteiros não recai uma discriminação tão cruel quanto recai sobre as mulheres. Logo, esse discurso dominante contribui para a manutenção do *status quo*, questionado pela perspectiva pós-colonial que busca desconstruí-lo.

Abid e Miranda (2013), de certa maneira, defendem que esse *status quo* tem sido superado ao discorrerem sobre a construção de identidades femininas no século XXI, que dividem-se entre os estereótipos de mulheres modernas e o enfrentamento em suas trajetórias de situações como as discutidas acima que envolvem exclusão social, cultural, privação da liberdade, dificuldades de acesso à educação e outros.

Sobre suas identidades, as trabalhadoras rurais entrevistadas se identificam de variadas maneiras, conforme a AD's presentes no Quadro 10.

Quadro 10 - Amostras Discursivas: Identidades

(continua)

Amostras Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
Tem a trabalhadora , a sofredora , a dona de casa , a mãe , a menina ... tem, tem... eu...eu me acho muito guerreira . Como se diz, eu posso tá...é... é não sendo modesta, mais eu me acho muito guerreira [...] fui casada 16 anos, numa relação não muito boa, aí perdi meu pai [...] Aí eu me separei, aí...desde então nunca fiquei sem trabalhar, que... quando eu era casada, às vezes, eu ficava dois, três meses em casa, depois voltava [...] eu tenho dois irmãos, tenho a minha mãe, ajudo eles no que eu posso, eles me ajudam no que eu posso, mas, assim, tudo que acontece na família eu que resolvo. [...] É... como se eu tivesse ficado no lugar do meu pai depois que ele foi [...] É... eu tenho as minhas filhas, muito educadas, a prova disso é uma que tá lá [em Uberlândia]... hoje em dia não é fácil cê... cê ter uma filha de 19 anos que namorou uma única vez, e que só quer estudar, né? Hoje em dia isso não é fácil! [...] E não abaixo a cabe fácil não! Vou atrás mesmo! O que... é ... assim, até no serviço, é... o que me propõe ser feito eu não souber fazer, eu vou buscar aprender (grifos nosso).	“trabalhadora”, “sofredora”, “dona de casa”, “mãe”, “menina”, “guerreira”	Maria Tereza
Sou mãe , sou dona de casa , trabalhadora rural ...não é fácil (grifos nosso).	“mãe”, “dona de casa”, “trabalhadora rural”	Maria
[...] Uma mãe ... eu acho que eu sou uma boa mãe , graças a Deus eu tenho um bom relacionamento com os meus filhos. Sou uma boa amiga também, graças a Deus, que... tenho muita amizade [...] Uma mulher guerreira , porque já passei muitas dificuldades [...] Eu me sinto uma mulher guerreira por tudo que eu já passei na minha vida[...] uma mulher forte, guerreira (grifos nosso).	“mãe”, “boa amiga”, “mulher guerreira”	Guerreira I
Uai...uai, trabalhadora ...por aí (grifo nosso).	“trabalhadora”	Trabalhadora
[...] eu sou mais quieta no meu canto , assm, converso com todo mundo, trabalhadora rural , graças a Deus (grifos nosso).	“quieta”, “trabalhadora rural”	Luciene
É, eu diria assim, que me descrevo como uma lutadora , né? Porque eu sou uma lutadora , uma guerreira , porque eu já passei por muitas lutas e consegui vencer, né? Eu não sou, assim, de não me deixar vencer fácil , sabe? (grifos nosso).	“lutadora”, “guerreira”	Márcia
Eu? [risos] Ah, eu acho que eu sou batalhadora ... ééé, gosto do que faço, né? Acho que é muito gratificante ooo, ooo trabalho rural. Acho que tinha que ser mais valorizado, né? [...] Porque, assim, a gente produz o leite, produz o queijo, e isso não é tão valorizado como deveria, né? O café também (grifos nosso).	“batalhadora”	Maria I

Quadro 10 – Amostras Discursivas: Identidades

(conclusão)

Amostras Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
Eu sou uma mulher batalhadora , desde novinha eu trabalhei na roça com meu pai e os irmão pra ajudá na casa, nós era nove filho, e pobre. Então, foi sempre trabalhando. Lutei muito pra ter minhas coisinhas, ainda mais pra gente igual eu que não tem estudo, nós num teve oportunidade, e por muié as coisas ainda é mais difícil (grifos nosso).	“batalhadora”	Lutadora
Eu? Sou batalhadora , e até eu me admirei pelo que eu tô sendo capaz de fazer. Um dia eu ainda falei com a [nome da proprietária da fazenda], que nunca passou pela minha cabeça que eu ia chegá aqui, trabaía em trator, nunca imaginei. Eu era tão, vamos dizer assim, na minha zona de conforto, casa, serviço, mais era serviço de mulher, vamos dizer assim, cozinha, faxina, sempre essas coisa. Em questão de roça eu nunca tinha nem chegado perto, nunca tinha fetio anda em roça, tinha trabalhado no Posto Lavourão e em casa, só. (grifos nosso)	“bratalhadora”	Batalhadora I
Ah, eu acho que eu sou, assim, eu sou uma pessoa que luta como todo mundo , que, que tá aqui, que tem que trabalha para sobreviver. E que eu tive minhas filhas, eu lutei para poder dar estudo pra elas, hoje só a caçula que falta terminar o curso superior, o resto já é tudo formada, já é profissional, já tem os emprego delas, já tá estabilizada (grifos nosso).	“luto como todo mundo”	Lúcia
Eu sou uma mulher batalhadora , desde moleca eu tenho que correr atrás das minhas coisa, mãe nunca foi de ajudá a gente, se queria compra uma roupa tinha que trabaía, fazê os bico na rua pra consegui o dinheiro e comprá. E hoje, continua... tive que largá meu fio lá porque ele tem escola lá, tá pequeno, aí ia judiá dele... com ele nesse andança pra lá e pra cá. Ni eu sou guerreira tamém, porque eu sou mãe e pai do meu fio, o pai dele nunca quis sabê de nós (grifos nosso).	“batalhadora”, “guerreira”	Maria II

Fonte: elaborada com base nas entrevistas realizadas.

Ao considerar a dimensão textual, Maria Tereza, Márcia, Guerreira e Maria II se reconhecem como “guerreira”, elas utilizam, respectivamente, expressões com sentido conotativo, como “não abaixo a cabeça fácil não”, “não me deixar vencer fácil” e “passei por trancos e barrancos”. Maria I, Lutadora, Batalhadora I e Maria II utilizam o termo “batalhadora” que, também, remete à palavra “guerreira”. Ambos os termos estão relacionados com as trajetórias de dificuldades enfrentadas por elas, essas trajetórias são, em parte. Lúcia, por outro lado, define-se como quem luta, “luta como todo mundo”, ou seja, ela afirma que não somente aquelas pessoas que têm trajetórias marcadas por dificuldades lutam, mas todos.

Maria Tereza, que se identifica de diferentes maneiras: “Tem a **trabalhadora**, a **sofredora**, a **dona de casa**, a **mãe**, a **menina**... tem, tem... eu...eu me acho muito **guerreira**.” (grifos nosso), e recorre, considerando a dimensão da prática discursiva, à intertextualidade

constitutiva, trazendo a expressão “como se diz” para se referir ao julgamento que algumas pessoas fazem de não ser modesto quando a própria pessoa afirma algo bom em relação a si próprio, no seu caso, ser uma “guerreira”.

Na análise textual, entre os substantivos utilizados para descrever as diferentes formas como se reconhecem, Maria Tereza e Maria utilizam “dona de casa” e “mãe”, sendo este, também, utilizado por Guerreira I. Historicamente no Brasil, desde o período colonial, assim como em outros países latino-americanos, as mulheres foram subalternizadas, começando pela educação diferenciada, como seres inferiores, predestinados e obrigados à maternidade, aos cuidados com os ambientes domésticos, filhos(as), idosos e doentes (LOPES, 2013). Identificar-se como donas de casas e mães pode retomar esse passado, em que os ambientes domésticos e o cuidado com os filhos(as), eram considerados como responsabilidade das mulheres, e os ambientes públicos dedicado aos homens, conforme o modelo tradicional descrito por Hirata (2015).

Maria e Luciene identificam-se a partir de suas profissões, ambas utilizam a expressão “trabalhadora rural”. A pesquisa de Salvaro, Lago e Wolff (2013) analisou justamente a construção de identidades de mulheres trabalhadoras rurais com base em suas profissões, as “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”, que remetem à construção do MMC/SC. Segundo os autores, a criação da identidade a partir da profissão remete à busca por reconhecimento profissional das mulheres e conquista de seus direitos trabalhistas e previdenciários. À medida que essa busca é alcançada, as mulheres buscam cada vez mais escapar de marcações definidas historicamente como “do lar” e “esposa do agricultor”.

Ao narrar o seguinte trecho: “[...] **como se eu tivesse ficado no lugar do meu pai depois que ele foi** [...]” (grifos nosso), Maria Tereza revela que com a morte de seu pai, considerada por ela como um dos momentos difíceis de sua trajetória, ela passa a assumir outra identidade: a do pai, que, de acordo com sua fala, era quem resolvia os problemas da família. Depois de sua morte, ela passa a assumir essa responsabilidade, como o trecho sugere: “Bate é na porta da minha casa, sabe?” Uma mulher se identificar com papéis, considerados pela sociedade, a serem assumidos pelos homens contraria a ideologia social dominante construída desde o colonialismo: homens são os tomadores de decisão e as mulheres submissas a eles (COSTA; SARDENBERG, 2008; SILVA; RIBEIRO, 2004; LUGONES, 2014). A autonomia das mulheres e o poder de decisão foi, inclusive, pauta de alguns movimentos feministas (PINTO, 2010).

A partir das análises realizadas e das AD's apresentadas, destacamos a adoção pelas entrevistadas Guerreira I e Luciene de práticas discursivas orientadas, ideologicamente, pela religião, por meio da utilização, por ambas, da expressão “graças a Deus”. O machismo, conforme Alvarez (1990), foi sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja Católica na América Latina. Logo, ao utilizarem essa expressão, elas podem estar remetendo à religião e à ideologia da Igreja, carregada de machismo e desigualdades entre homens e mulheres, em que Deus está acima de todos os homens e as mulheres, e, elas, além de serem submissas a Ele, devem também ser submissas aos homens, tratando-se, portanto de relações de poder e submissão.

Outro destaque deve ser dado às reproduções dos discursos dominantes, evidenciadas por meio das práticas discursivas de algumas entrevistadas, como a da Batalhadora I, ao dizer que antes de trabalhar na cafeicultura como tratorista ela fazia “[...] mais era serviço de mulher, vamos dizer assim, cozinha, faxina, sempre essas coisas”. Ao se referir às atividades da cozinha e faxina como “serviço” de mulheres, a entrevistada está reproduzindo o discurso dominante e concordando que são mesmo serviços de mulheres.

Kergoat (2009) destaca essa distinção que destina aos homens as esferas produtivas e às mulheres as esferas reprodutivas. A autora afirma que essa distinção é resultante das condições de desigualdades em que as mulheres estão inseridas, resultado de construções sociais provenientes das relações sociais entre homens e mulheres, em que impera o princípio da separação: (há trabalhos para homens e para mulheres) e da hierarquização (trabalhos dos homens são mais valorizados do que os trabalhos das mulheres).

Essa mesma distinção entre homens e mulheres já era percebida desde a época do Brasil colônia, logo, o “serviço de mulher” dito pela entrevistada Batalhadora I mostra outro aspecto da colonialidade. Nas colônias, conforme destacou Rosa (2016), as mulheres negras, ex-escravas, tinham como principais responsabilidades as atividades da cozinha, da casa grande e os cuidados com os(as) filhos(as) de seus senhores. As mulheres brancas burguesas eram educadas para serem mães e donas de casa, isto é, para desenvolverem “serviço de mulher”.

As análises acima apresentadas referem-se ao modo pelo qual as mulheres se identificam. É, também, relevante para nós analisarmos como as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, nos municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo se identificam perante a sociedade na qual estão inseridas. As

AD's apresentadas a seguir, no Quadro 11, nos mostram as narrativas das entrevistadas sobre essa questão.

Quadro 11 - Amostras Discursivas: Identidades

Amostras Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
Então, eu sou muito caseira . Eu não sou muito de sair, eu não tenho muitas amizades. É... tipo, tem festa da cidade, tem essas coisas... raramente eu vou. Então, acho que as pessoas vêm como mais na minha... caseira (grifo nosso).	“caseira”	Maria Tereza
Uai, eu sô assim, mais de boa , assim, mais calada , mais queta , converso muito pouco (grifos nosso).	“de boa”, “calada”, “queta”	Trabalhadora
Ahhhhh... acho que não sei (risos). Acho que isso aí eu não saberia tá te respondendo não.	“não sei”	Márcia
[risos] Agora eu não posso te falar , né?	“não posso te falar”	Luciene
[...] eu sou uma pessoa simples, humilde , sou mais tímida, vergonhosa . Não sou melhor que ninguém (grifos nosso).	“simples”, “humilde”, “tímida”, “vergonhosa”	Lutadora
Ah, eu me sinto bem especial . É diferente! Pelo que a gente faz, é uma coisa que ninguém acredita. Vamos dizer assim, ninguém...muita gente não confia no que a gente faz. Quando a gente chega no canto e fala assim, igual: “Cê é o que? Qual sua profissão? ” Eu digo assim: “Tratorista”, e eles dizem “É o que? [espanto] Tratorista?” Falei assim: “É”. “Uai, mais tá pondo mulher agora mexer com trator? ”. Eu falo “É. Por quê? ”. A gente consegue também, não é porque a gente é mulher que a gente não vai conseguir fazer o que o homem é capaz de fazer. Igual aqui na roça, até hoje eu só não peguei a colhedeira e a Miac, o resto tudo eu faço. Mas não peguei ainda porque no tempo da colheita eu faço outras coisa também, né?[...] (grifo nosso).	“bem especial”	Batalhadora I

Fonte: elaborado com base nas entrevistas realizadas.

Maria Tereza se reconhece perante a sociedade como “[...] muito **caseira** [...]”, “[...] não sou muito de sair [...]” (grifo nosso). Ela conta que aos 14 anos foi mãe de sua primeira filha, fruto de seu relacionamento com um homem que tinha outra família, e que a sociedade não a via com bons olhos por essa situação. Identificar-se como “caseira” perante a sociedade pode ter relação com esse julgamento. Talvez seja pelo receio de ser novamente julgada pela sociedade que Maria Tereza acabe optando por ficar mais em casa, podemos interpretar, portanto, que há uma relação de poder da sociedade e seus julgamentos sobre a entrevistada Maria Tereza. Isso corrobora a afirmação de Safiotti (1998) a dominação masculina e a inferiorização das mulheres ultrapassam os âmbitos privados, espalhando-se por todos os espaços da sociedade e representando estruturas de poder baseadas em violências e ideologias (SAFFIOTI, 1986).

Trabalhadora identifica-se diante da sociedade como “[...] **de boa**, assim, mais **calada**, mais **queta** [...]”. Essa identificação pode remeter a aspectos como submissão e à subalternidade, ou seja, à herança do colonialismo que perdura, corroborando a afirmação de Machado (2004) sobre as situações vivenciadas no período pós-colonial serem marcadas por relações de subalternidade (MACHADO, 2004). O discurso social dominante não permite aos subalternos manifestarem-se e falarem por si (ROSA; ALCADIPANI, 2013). Se os sujeitos subalternos não podem falar, as mulheres subalternas estão ainda mais inseridas nessa subalternidade (SPIVAK, 2010)

A entrevistada Lutadora identifica-se perante a sociedade como “[...] mais **tímida**, **vergonhosa**” (grifos nosso), o que remete à desvalorização pela sociedade da profissão de trabalhador(a) rural, conforme ressalta Guilani (2004). Segundo o autor, quando a referência é aos trabalhadores(as) rurais, percebe-se que homens e mulheres enfrentam dificuldades, principalmente, sobre o reconhecimento social. Maria Tereza utiliza da intertextualidade manifesta, de um diálogo entre ela e outra pessoa que a indagou sobre o lugar que trabalha, para mostrar essa desvalorização:

“Onde cê trabalha?” eu falo “Na lavoura”. “Mas como assim na lavoura?” Aí, geralmente eu falo “Trabalho lá na [nome da proprietária da fazenda]”. “Ah, no escritório?”. “Não, na lavoura!”. “Uai, na lavoura?”. “É! Vou no escritório só limpar lá de vez enquanto e saio depressa que eu não gosto lá de dentro”. E falo desse jeito, sabe?

Guilani (2004) aponta para a desvalorização da profissão de trabalho rural, ainda maior quando fala-se em mulheres trabalhadoras rurais. De acordo com o autor, elas enfrentam dificuldades ainda maiores em termos de reconhecimento, visto os impasses subjacentes relativos às questões de gêneros. Em alguns momentos, elas não foram nem mesmo reconhecidas como parte da população economicamente ativa, uma vez que suas contribuições sociais eram reduzidas ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar. Não só a profissão de trabalhador(a) rural é desvalorizada, mas o ambiente rural de maneira geral, tal como afirmado por Gomes, Nogueira e Toneli (2016).

Batalhadora I identifica-se como “especial” por conseguir fazer um trabalho que não é considerado, pela sociedade, como sendo para mulheres, que é ser tratorista. Ela utiliza os léxicos “a gente” para referir-se às mulheres que também são tratoristas e que também são especiais. “É diferente!” quando as mulheres assumem essa profissão, define a entrevistada. Por ser uma profissão não considerada pela sociedade como normal para mulheres, a Batalhadora I afirma que “[...] muita gente não confia no que a gente faz”, e recorre à

intertextualidade manifesta de pessoas que já perguntaram qual a sua profissão, ilustrando essa prática social: “Cê é o que? Qual sua profissão?”. Ela responde: “Tratorista”, e eles dizem “É o que? Tratorista?”, com espanto, “Uai, mais tá pondo mulher agora mexer com trator?”, falam eles. E ela diz “É. Por quê?”

Esse espanto é causado justamente por “tratorista” ser considerada uma profissão masculina. Isso revela, novamente, a presença dos dois princípios enfatizados por Kergoat (2009): princípio da separação e da hierarquização, mencionados anteriormente.

As falas de Márcia e Luciene sobre suas identidades perante a sociedade indicam o silêncio, o que não foi dito. Quando foram questionadas sobre como se reconheciam/identificavam perante a sociedade, elas não souberam definir ou não quiseram falar, Márcia disse: “Acho que isso aí eu não saberia tá te respondendo não” e Luciene fala: “Agora eu não posso te falar, né?”. Quando o silêncio está presente nos discursos, Fairclough (2001) afirma haver uma ausência de elementos nos discursos.

Com base na análise das trajetórias, que, conforme compreendemos, interferem na forma como as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro se identificam individualmente e perante a sociedade, podemos afirmar que as trabalhadoras rurais entrevistadas ainda não apresentam as identidades femininas reconfiguradas defendidas por Couto e Scharbier (2013), pelo contrário. De acordo com o que foi apresentado ao longo das análises das narrativas das trabalhadoras rurais, nota-se a presença de aspectos oriundos do período colonial em suas trajetórias e identidades, como a divisão sexual do trabalho; discriminações; exclusões sociais; reproduções dos discursos dominantes em que prevalecem as desigualdades ente homens e mulheres; os silêncios; as submissões e subalternidades.

As análises nos permite interpretar que as trabalhadoras rurais entrevistadas são sim mulheres guerreiras, como muitas se identificaram, o que pode ser produto tanto de suas trajetórias, como das desigualdades que vivenciam em seus cotidianos. Apesar de nenhuma das 14 entrevistadas fazer parte de algum movimento social de trabalhadoras rurais, elas lutam, batalham, cada uma ao seu modo, para conquistar seus espaços e objetivos e superar algumas barreiras impostas ao gênero feminino.

Continuamos a seguir com as análises das narrativas das trabalhadoras rurais, tratando, especificamente, sobre as desigualdades, nossa próxima configuração presente nas relações de gêneros.

7.2 Casa, trabalho e sociedade: espaços hierarquizados

Nesta subseção analisamos a segunda categoria, cuja configuração presente nas relações de gênero são as desigualdades. Conforme as análises referentes à primeira categoria, sobre como as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro se identificam, podemos afirmar que essas percepções apresentadas de si mesmas são resultantes, em parte, de suas trajetórias e, também, dos contextos de desigualdades em que estão inseridas, foco de análise desta subseção. Clandinin e Connelly (2015), ressaltam a importância dos contextos nas narrativas, uma vez que são eles que dão sentido a qualquer acontecimento, coisa ou pessoa, sejam eles temporais, espaciais ou de outras pessoas.

Algumas entrevistadas, como Maria Tereza, afirmam que não existem mais esses contextos de desigualdades, mas, quando analisamos criticamente suas narrativas e os exemplos que mencionam, entendemos que eles ainda existem.

Maria Tereza afirma que “Hoje **não tem mais essa diferenciação de mulher e homem**. Acho que já teve [...] assim, **agora não tem isso mais!** Acho que já teve muito [...] Hoje em dia **não tem isso mais não!**” (grifos nosso). Em uma análise textual, percebemos que a entrevistada utiliza a expressão “não tem isso” três vezes. Ao considerar a entonação da voz e a postura de Maria Tereza durante a entrevista, interpretamos que ela as empregou de maneira a reforçar para si mesma que não há mais contextos de desigualdades entre homens e mulheres, não utilizando, em sua narrativa, outros argumentos que a levem a esta conclusão. Entretanto, ela se contradiz ao mencionar que ainda há a separação entre homens e mulheres em uma fazenda, no município de Carmo do Paranaíba:

[...] **tem fazenda que ainda tem**.... não digo separação em termos de preconceito, mas, assim, tipo uma rotina que a fazenda já tem [...] “ah, nós tem o tratorista”, “ah, essas **mulher tá fazendo isso, tá fazendo aquilo**”. Mas eu acho que nem assim é preconceito. Não é dizer “ela não dá conta de fazer”.

A separação entre homens e mulheres mencionada na prática discursiva de Maria Tereza, segundo a entrevistada não está relacionada com preconceito, mas, sim, faz parte da rotina da fazenda. Podemos afirmar que esta situação está sim relacionada com o preconceito. Conforme Beauvoir (1970) e Tedeschi e Colling (2014) afirmaram, por mais longe que voltemos na história, mulheres nunca partilharam o mundo em condições de igualdade, há sempre uma separação que coloca elas na posição de subordinadas aos homens.

Maria Tereza, na análise de sua prática discursiva, recorre à intertextualidade manifesta para se referir à fala de outras pessoas, como: “**ah, essas mulher tá fazendo isso, tá fazendo aquilo**” (grifos nosso), e afirma que tais comentários não são preconceituosos. Mas, na realidade, são sim. Igualdade de gêneros implica em igualdade de oportunidades, sem adotar práticas discursivas como as mencionadas.

Guerreira é outra entrevistada que afirma não haver mais diferenças entre homens e mulheres “**Hoje em dia todo mundo trabalha igual**, tanto faz homem como mulher, faz o mesmo serviço. **Hoje em dia é tudo igual.**” (grifos nosso). Não apenas hoje, mas desde sempre, mulheres e homens, são sim capazes de realizar os mesmos “serviços”, e deveriam ser considerados como tal, entretanto, ainda persistem as desigualdades de oportunidades entre eles, assim como a divisão sexual do trabalho, em que há trabalhos considerados para homens e outros para mulheres (KERGOAT, 2009; GUIRALDELLI, 2012; SCOTT; CORDEIRO, 2013; CAMARGOS; RIANI; MARINHO, 2014).

Outra entrevistada, Maria Aparecida, que tem a maior idade entre as 14 entrevistadas, afirma que não há mais desigualdades entre homens e mulheres:

[...] Eu acho que **nóis convivemos com pessoas que tem um pensamento diferente de anos atrás**, hoje, por exemplo, **não existe mais isso de que homem pode fazer aquilo e mulher não pode** [...] É lógico que **tem umas coisa que mais depende é do homem e outras é da mulher**, mais que não pode, que não deve eu acho que isso aí não tem mais não (grifos nosso).

A fala da entrevistada contradiz com os contextos de desigualdades entre homens e mulheres que interpretamos, e que são destacados por diversos autores tanto no mercado de trabalho (MILLS, 1988; ACKER, 2006; CAMARGOS; RIANI; MARINHO, 2014; SILVA; FILHO; QUEIROZ; CLEMENTINO, 2016; HIGA, 2016; MADALOZZO; ARTES, 2017), quanto no ambiente doméstico (CAPRIOLI, 2005; JABLONSKI, 2010; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; HIRATA, 2015; GUEDES, 2016). Mesmo no campo, local onde as trabalhadoras rurais desempenham suas atividades na cafeicultura, há a prevalência das desigualdades, marcadas pela imbricação de gêneros, classes sociais e raças/etnias (CARVALHO; PINTO, 2008; DI SABATTO et al., 2009; GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016).

Embora afirme que não há mais a separação entre homens e mulheres, Maria Aparecida se contradiz ao afirmar que “[...] tem umas coisa que mais depende é do homem e outras é da mulher”, ou seja, a entrevistada, implicitamente por meio de sua prática discursiva, está reforçando que as desigualdades entre homens e mulheres ainda existem.

Ao final de sua fala sobre não haver mais desigualdades entre homens e mulheres, Maria Aparecida mostra certa reflexão ao dizer “[...] em casa, aqui... **se bem que aqui eu não tenho muita participação dos homens na cozinha não** (risos), mais eu e a minha filha” (grifos nosso). A expressão “se bem que” utilizada por ela, por meio da análise textual, dá a entender algo como: Pensando melhor, ainda há sim desigualdades. Na sua casa, por exemplo, o cuidado com as atividades domésticas fica a cargo da entrevistada e sua filha, havendo pouca participação de seu filho e seu marido, que são homens. Essa desigualdade na divisão das tarefas domésticas está presente desde o período colonial, conforme afirma Rosa (2016). No caso específico de Maria Aparecida, é predominante o modelo de conciliação, apresentado por Hirata (2009), no qual as mulheres trabalham fora do ambiente doméstico, mas, ainda são responsáveis, praticamente, sozinhas pelas tarefas domésticas.

Essa constatação, pela entrevistada, da pouca participação dos homens nas atividades domésticas, remete ao trabalho de Sousa e Guedes (2016), em que afirmam que, apesar de as mulheres não estarem mais limitadas às atividades do ambiente doméstico, é possível dizer que os contextos em que elas estão inseridas no âmbito privados apresentaram um progresso incompleto, uma vez que ainda assumem, praticamente sozinhas, as atividades da esfera reprodutiva, perpetuando as desigualdades provenientes da divisão sexual do trabalho.

Na comunidade de Cachoeirinha, próxima à Lavras/Minas Gerais, Silva e Ribeiro (2004) também destacam essa baixa participação dos homens nas atividades dos âmbitos domésticos. Os autores relatam que as próprias mulheres reproduzem os discursos dominantes de que os serviços da casa são de responsabilidade delas. Segundo algumas mulheres participantes da pesquisa, o trabalho que elas desenvolvem é mais leve, já o dos homens é mais pesado, logo, eles chegam em casa cansados e não participam das atividades domésticas.

As AD's apresentadas a seguir, no Quadro 12, mostram as falas das entrevistadas quanto às suas percepções com relação à sociedade em que estão inseridas. As sete AD's evidenciam que há desigualdades entre homens e mulheres, e que são perceptíveis na sociedade em que estão inseridas.

Quadro 12 - Amostras Discursivas: Desigualdades

Amostrar Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
Nóis mulheres ainda somos um pouco desigual dos homem. Ainda tem um pouco disso , mais já lá vai acabando bastante (grifos nosso).	“somos um pouco desigual dos homem”	Maria
Ah, aqui na comunidade ainda existe uma diferenciação entre homem e mulher. Sempre tem , a gente sempre escuta um ou outro: “Ah, fulana vai pro curral, depois marido num ajuda”, sempre tem. Isso aí vai acaba o mundo e vai tê isso , o machismo , a discriminação . Num adianta a gente dizer que não tem, que tem a comunidade perfeita, que não tem não [...] Lá no calor da conversa, assim, a gente também tem o momento de discriminação, mas num tem jeito não, todo lugar tem [...] (grifos nosso).	“vai acaba o mundo e vai tê isso, o machismo, a discriminação”	Guerreira I
Eu acho que a gente ainda vive numa sociedade que vive fazendo a separação entre o homem e a mulher , mas aqui no trabalho eu não vivencio isso, sabe? Aqui, nessa comunidade em que eu moro, tem algumas pessoas que ainda tem esse pensamento , um certo preconceito, assim, que “Ah, mulher não pode dirigir! Ah, mulher...”, sabe? [...] quase todas as mulheres aqui da minha comunidade trabalham..Ah, ajudam, né? Éééé, quase tudo agricultura familiar, mas todas ajudam. Não tem essa distinção de que “Ah, mulher não pode ir pra lavoura e tal”(grifos nosso).	“a gente ainda vive numa sociedade que vive fazendo a separação entre o homem e a mulher”	Maria I
[...] eu acho que essa sociedade é ainda uma sociedade muito discriminadora . As pessoas vivem separando o pobre e o rico , só o rico tem valor... igual nós que é pobre, aqui da roça, sem estudo, aí que não tem valor mesmo, parece que nós nem somos gente. E quando ainda é mulher e pobre, aí que discrimina mesmo . Aqui, graças a Deus, tem serviço pra mulher e os patrão até prefere pra fazer umas coisa [...] Agora tem fazenda aqui perto que só os homem trabalha, porque eles e os patrão acha que lugar de mulher é só na cozinha, ou cuidando do marido e dos filho.[...]. (grifos nosso)	“sociedade muito discriminadora”	Lutadora
Ah, uma sociedade muito machista . A gente ainda encontra, encontra muito a distinção entre homens e mulher, muita mesmo . Encontra muita diferença, muita desigualdade , tanto é na, na nossa área de agronegócio, se você for comparar [...] Às vezes eu vou trabalhar numa fazenda grande e vou ganhar um salário mínimo, enquanto se for um homem, no mínimo, ele vai ganhar uns três mil reais. É quase três vezes a mais. Então ainda existe muito isso . (grifos nosso)	“sociedade muito machista”	Lúcia
É gente que discrimina , que não pensa no sofrimento do próximo e que julga . Isso só muda de endereço porque ni norte de minas, na minha cidade, o povo também é assim: discrimina se é pobre, se é muié, se é mãe solteira, se ni é negra . E naqui em Monte Carmelo as pessoa tamém é assim. (grifos nosso)	“gente que discrimina”	Maria II

Fonte: elaborado com base nas entrevistas realizadas.

A entrevistada Márcia, mulher e negra, cuja Amostra Discursiva (AD) não foi apresentada no Quadro 12, afirma que ainda existem desigualdades em termos de gêneros e

raças e que, apesar de estarmos em pleno século XXI, o pensamento das pessoas ainda está “bem atrasado”. Este termo, “bem atrasado”, remete ao período colonial com as desigualdades de gêneros provocadas pelo machismo, preconceitos e outros, que ainda prevalecem na atualidade, sendo vistas como uma herança colonial. Em outras palavras, apesar de, teoricamente, o Brasil não ser mais uma colônia, alguns aspectos do período colonial ainda permanecem vivos nos julgamentos e atitudes de muitas pessoas.

As desigualdades ressaltadas por Márcia são provenientes de um passado histórico. As mulheres negras, segundo Costa e Sardenberg (2008), vivem em condições ainda piores que as mulheres brancas de classes sociais inferiores, sendo vítimas das opressão, explorações e violências em suas formas mais latentes, não somente dos homens (brancos e negros), mas, também, de outras mulheres.

Maria, afirma que ainda há “um pouco” de desigualdades entre homens e mulheres: “Nóis mulheres **ainda somos um pouco desigual dos homem**” (grifos nosso). Em uma análise textual, o léxico “nóis” faz referência a todas as mulheres, que segundo a entrevistada, são “um pouco” desiguais dos homens. Em termos biológicos, existem sim diferenças, mas não estamos tratando aqui de diferenças biológicas, mas, sim, sociais. E em termos sociais, mulheres e homens devem ter, por exemplo, acesso às mesmas oportunidades, o que não ocorreu em tempos passados e ainda persiste na atualidade (BEAUVIOR, 1970; KERGOAT, 2009; ALVES, 2012; BECKER; KASSOUF, 2012; JOHNSON, 2014; TEDESCHI; COLLING, 2014).

Guerreira I percebe que as desigualdades entre homens e mulheres ainda é latente. Lúcia também apresenta essa percepção, utilizando o advérbio de intensidade “muito”, diversas vezes, enfatizando que ainda há bastantes desigualdades entre homens e mulheres: “[...] **uma sociedade muito machista. A gente ainda encontra, encontra muito a distinção entre homens e mulher, muita mesmo. Encontra muita diferença, muita desigualdade [...]**” (grifos nosso).

A entrevistada Guerreira I fala especificamente sobre a comunidade que frequenta, Chapadão de Ferro, recorrendo à intertextualidade manifesta para exemplificar o posicionamento de algumas pessoas, por meio da prática discursiva, quanto à diferenciação entre homens e mulheres. De acordo com a entrevistada, “[...] **acaba o mundo e vai tê isso, o machismo, a discriminação**” (grifos nosso). O léxico “isso” faz referência à diferenciação entre homens e mulheres na referida comunidade, e ao recorrer a uma analogia entre o mundo

acabar e a continuação dessa diferenciação, a entrevistada mostra não acreditar na possibilidade de mudança. É algo que sempre existiu e sempre existirá.

É importante, também, ressaltar na narrativa da Guerreira I o fato de ela assumir que não só os homens reproduzem o discurso dominante que englobam as diferenciações entre homens e mulheres, mas “a gente”, ou seja, as mulheres, o reproduzem.

Maria II e Guerreira I empregam em suas narrativas a flexão verbal do verbo ajudar, importante para nossa análise no que tange às desigualdades. Ambas a empregam referindo-se ao trabalho das mulheres fora dos ambientes domésticos, especificamente, na pecuária e na cafeicultura, como uma ajuda aos maridos, reproduzindo, novamente, o discurso dominante sobre a divisão sexual do trabalho. E, ao reproduzirem esse discurso, estão concordando e reforçando o que elas dizem. Garcia (2002), em pesquisa sobre as trabalhadoras rurais assentadas, mostra que serem mulheres, automaticamente, as vincula às esferas privadas e reprodutivas, cujas atividades não são consideradas trabalho, uma vez que não são remuneradas. Já as tarefas desenvolvidas no âmbito produtivo, que são passíveis de remuneração, são consideradas subalternas e complementares, ou seja, uma ajuda.

Um aspecto importante nas análises sobre as desigualdades está nas interseccionalidades entre classes sociais, sexos/gêneros e raças/etnias. Por meio das dinâmicas dessas intersecções, é possível buscar explicações para as desigualdades existentes entre homens e mulheres, como o limitado acesso delas aos empregos menos precários, às rendas salariais mais altas, à uma vida sem violência, bem como aos cargos mais elevados nas hierarquias das organizações (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Duas entrevistadas recorrem à interseccionalidade, em uma análise da prática social, para falar sobre a discriminação com as mulheres. Lutadora refere-se à interseccionalidade entre classes e gêneros: “**E quando ainda é mulher e pobre, aí que discrimina mesmo**” (grifos nosso). A entrevistada Maria II recorre à interseccionalidade entre classes, gêneros e raças/etnias: “**Discrimina se é pobre, se é muié, se é mãe solteira, se ni é negra**” (grifos nosso). Isso revela que as desigualdades vão além apenas dos gêneros, estando relacionados com outras categorias, como raças e classes sociais (CRENSHAW, 2002; ACKER, 2006).

Com relação aos proprietários das fazendas e patrões das trabalhadoras rurais, com exceção daquelas que trabalham na agricultura familiar, duas importantes colocações são feitas por duas entrevistadas, Lutadora e Batalhadora I. Lutadora diz que “graças a Deus” (ideologia sobre religião conforme comentando anteriormente) na fazenda em que trabalha seus patrões lhe deram um trabalho, e que, em determinadas atividades, como na desbrota e

no cuidado com as pragas, eles preferem as mulheres, por julgarem que as mulheres têm mais cuidado que os homens. Entendemos, neste caso, que os patrões também reproduzem o discurso e os estereótipos dominantes sobre haver trabalho para homens e mulheres.

Lutadora ainda ressalta que, em uma fazenda próxima, os proprietários oferecem trabalho apenas para os homens, porque, para eles, o lugar que as mulheres devem ocupar se limita ao ambiente doméstico: “[...] os patrão acha que lugar de mulher é só na cozinha, ou cuidando do marido e dos filhos.”. Nesse caso, os patrões adotam uma prática discursiva com a presença do bordão “Lugar de mulher é na cozinha”, carregado de preconceito, discriminação, divisão sexual do trabalho e estereotipagem. Na primeira onda dos feminismos no Brasil, no início do século XIX, tanto em famílias mais abastadas como de classes populares, uma das principais preocupações quanto à educação das mulheres era ensinar-lhes a cozinhar e realizar outros afazeres domésticos (ALVES, 2012; MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015). Ou seja, ainda no século XXI encontramos a reprodução de uma prática social presente no século XIX.

Batalhadora I também faz referência aos seus patrões, dizendo que eles deram oportunidade para que ela aprendesse a dirigir o trator: “Eu achei uma coisa bonita, né? Eles não têm esse preconceito [...]”. Ela faz essa afirmação baseada em experiências anteriores que teve, em que as mulheres não podiam operar máquinas, apenas “carpir faia” ou ficar em casa”, o que reforça a divisão sexual do trabalho. Percebe-se também o quanto as desigualdades entre homens e mulheres estão naturalizadas, o fato de oferecer uma oportunidade para que a trabalhadora possa operar um trator é considerado como algo diferente, “bonito” e sem “esse preconceito”.

Por fim, outro aspecto importante quanto às desigualdades está nas disparidades salariais entre homens e mulheres. Lúcia diz que os homens são muito mais valorizados: “Às vezes **eu vou trabalhar numa fazenda grande e vou ganhar um salário mínimo, enquanto se for um homem, no mínimo, ele vai ganhar uns três mil reais. É quase três vezes a mais**” (grifos nosso). Ela utiliza o léxico “eu” para se referir a ela, profissional com formação em Gestão do Agronegócio, e para afirmar que mesmo sendo capacitada para gerir uma fazenda, o fato de ser mulher a impede de ter uma remuneração equivalente a de um homem; e que, mesmo este não sendo capacitado como ela, será mais valorizado.

Batalhadora I também ressalta a desigualdade salarial entre homens e mulheres, ao contar sobre sua experiência como cortadora de cana no estado do Paraná. De acordo com ela, a firma em que trabalhava foi fechada e a outra que foi aberta em seu lugar optou por

contratar mulheres, porque elas realizam as mesmas atividades que os homens, porém recebendo salários inferiores ao deles:

Vamos supor, **o homem pra dirigir um trator, um caminhão, o homem vai ganhar 1800, 2000, aí a mulher vai pra fazer o mesmo serviço e ganha 1400, 1500** [...] aí eles dão incentivo a ela, pra ela tirar carteira D... a E pras elas poder trabalhá com os caminhão, com aquelas carreta que carrega cana na lavoura, pra trabalhá nas máquina . Só que aí elas ganham menos pra fazê as mesma coisa que os homem. [...] tem vez que chega até na metade do salário que um homem recebe. Se ele tiver uma carteira E ele não quer trabalhar lá nem por 2000, porque ele quer ganhá 3000 e vai pra outro lugar e a mulher não. Se a mulher ganhar 2000, 2800 ela aceita, porque não vai ganhar outra coisa (grifos nosso).

Essas diferenças salariais percebidas pelas entrevistadas Lúcia e Batalhadora I corroboram um dos achados de Garcia (2002), que, ao entrevistar trabalhadores e trabalhadoras rurais, com o objetivo de caracterizar as atuações sociais no movimento de luta pela terra, encontraram que, além dessas desigualdades resultante da divisão sexual do trabalho entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, as desigualdades de gêneros entre eles pode também ser percebidas em termos de renda. Quando ambos trabalham, por exemplo, em fazendas vizinhas ao assentamento, desenvolvendo atividades iguais, durante o mesmo tempo, os homens recebem uma diária superior à das mulheres.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo no ano de 2010, no Brasil, as mulheres participantes pedem igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, equiparação salarial e menor jornada, uma vez que ainda é lento na sociedade brasileira o ritmo que movimenta as posições delas, principalmente, no aspecto econômico (LOPES, 2013). Ou seja, uma das demandas das mulheres, inclusive das trabalhadoras rurais, é a equiparação salarial em relação aos homens. Se ambos ocupam os mesmos cargos e são igualmente capacitados(as), ser homem ou mulher não deveria definir quem ganhará menos ou mais.

Sobre as desigualdades nos ambientes em que trabalham, as entrevistadas narram suas percepções, conforme as AD's apresentadas no Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 - Amostras Discursivas: Desigualdades

(continua)

Amostras Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
Aqui não tem diferenciação entre homem e mulher também não, é igual... é...é igual, não tem o preconceito também de fala “ah, é mulher”... não tem isso, porque já... já vai fazer dois anos que eu tô aqui, eu me dou bem com todo mundo, sabe? Pra mim, é... assim, é família, nem é colega de trabalho. Nunca teve uma discussão, nunca vi nem eles, entre eles [patrões]... que homem é mais complicado[...] (grifos nosso).	“Aqui não tem diferenciação entre homem e mulher”	Maria Tereza
Eu gosto, quais que é só eu e o marido mesmo, e cada um vai cuidá do seus serviço, e pra nós que não tem estudo é um lugar bão pra trabalha. E aqui eu sinto que meu trabalho tem valor, sabe? Que a ajuda que eu dou pro marido faz diferença... que nem se fosse ele sozinho pra fazer tudo, coitado, ia dá muito trabalho, ia ficar muito cansado. Mais aí eu ajudo ele, ele também me ajuda na lavoura, aí é um ambiente bão pra gente trabalha, eu gosto muito de mexe no café, da fazenda, dos patrão. Eles dá oportunidade pra mulher, aqui tem serviço pra mim, eu não fico à toa (grifos nosso).	“pra nós que não tem estudo é um lugar bão pra trabalha”	Lutadora
Aqui é muito bom de trabaía. Os menino que trabaía aqui comigo é tudo gente boa, todos eles me respeitam por eu ser a única mulher da fazenda que trabalha aqui. Até os que vem de fora também. Aqui é bem tranquilo de trabaía. Patrão também chega e só da uma olhadinha assim, sai (grifos nosso).	“Aqui é muito bom de trabaía”	Batalhadora I
Ah, eu acho assim que tem, tem muito campo, tem muito a conquistar as mulher [...] (grifos nosso)	“tem muito campo”	Lúcia
Eu gosto daqui, que nem falei procê. Todo mundo me trata bem e respeita, mas eu vejo que tem gente que oia com os zóio meio torto pras muié que trabaía aqui, faz brincadeira falando que nós num vai dá conta [...] (grifos nosso)	“Todo mundo me trata bem e respeita”	Maria II

Fonte: elaborado com base nas entrevistas realizadas.

Maria Tereza é a única trabalhadora mulher na cafeicultura na fazenda em que presta serviço. Ela ressalta que é a única mulher que trabalha no local: “Só homens, só eu de mulher (risos) na parte do café, porque aqui tem o leite também, né? Aí no leite têm as funcionárias, mas no café só eu de mulher”. Quanto à sua rotina no trabalho, ela chega na fazenda por volta das 6h:40min e às 7h ela começa a realizar suas atividades na fazenda. Entre 11h e 12h é o horário de almoço dos funcionários, às 15h é servido o café da tarde e às 17h, com exceção do período de safra, o expediente encerra-se. A atividade principal dela é cuidar das pragas que

afetam a plantação de café, mas realiza outras atividades conforme a demanda dos proprietários da fazenda, como, por exemplo, limpar o escritório da fazenda.

A entrevistada afirma que no seu ambiente de trabalho não há diferenciação entre homens e mulheres e, para enfatizar isso, ela recorre à intertextualidade manifesta, exemplificando que não há julgamentos no seu ambiente de trabalho sobre ser mulher. Ela considera os colegas de trabalho e os patrões como família, afirmando ter uma relação “Muito boa, é uma relação muito boa. É uma relação de amizade, nem... assim, tanto com os companheiros de trabalho, quanto com os patrões... é uma relação de amizade e respeito, porque é o trabalho, né?”. Percebe-se que Maria Tereza utiliza duas vezes o advérbio de intensidade “muito” para caracterizar as relações de trabalho, no ambiente de trabalho. Ela enfatiza também que é uma “relação de amizade e respeito, porque é o trabalho”. Ou seja, essa relação limita-se apenas ao ambiente de trabalho.

Lutadora também apresenta uma percepção positiva quanto ao ambiente de trabalho. De acordo com sua narrativa, para ela e o marido que não estudaram é um bom lugar para se trabalhar, e que o seu trabalho, ou melhor, a “ajuda” que ela dá para o marido “faz diferença”. Dessa forma, ela mostra que a valorização do seu trabalho, ainda que seja considerado por ela como “ajuda”, é um aspecto positivo, que a faz perceber o ambiente em que trabalha como bom. De acordo com Sales (2007) a busca pelo reconhecimento de seus trabalhos é um dos principais motivos para a luta das trabalhadoras rurais.

O marido e Lutadora trabalham e moram como empregados em uma fazenda produtora de café. Sobre sua rotina na cafeicultura, ela conta que o “marido comanda”, “Ele que passa...“oia, hoje cê vai fazer isso e aquilo”. Em uma análise textual, comandar é um verbo transitivo direto que pode significar deter autoridade sobre outrem, e, ao empregá-lo, a entrevistada reproduz o discurso dominante sobre os homens serem responsáveis por comandar, tomar as decisões, sendo elas submissas a eles e suas ordens. A intertextualidade manifesta utilizada por ela evidencia o sentido do verbo utilizado.

A entrevistada Lutadora ainda conta que ela ajuda o marido com o serviço braçal e ele opera o maquinário: “**As máquina tudo ele que anda, eu mexo na parte braçal mesmo, ajudo ele** na irrigação, na desbrota, com as pragas e as outra coisa que precisa, mas os serviço vai depender do dia, da época. Na coieta eu trabalho rastelano o café no terreirão, as parte que não panha com maquinário[...]” (grifos nosso). Nesse fragmento encontra-se a presença da divisão sexual do trabalho: homem cuida do maquinário, a mulher das atividades manuais, além da própria entrevistada entender o seu trabalho como uma “ajuda” ao marido.

Sobre suas relações no ambiente de trabalho, Lutadora, assim como Maria Tereza, também considera os patrões como uma família, no seu caso, porque eles oferecem casa, e salário para ela e o seu marido “[...] os patrão aqui é uma família [...] temos casa aqui [na fazenda], conta de energia eles que pagam, e ainda recebemos nosso salário no final de todo mês, certinho”. Essas ofertas são recorrentes em muitas fazendas, logo, não se trata de uma relação familiar, mas, sim, de relações de trabalho em que os empregados recebem a remuneração em troca do trabalho prestado.

Batalhadora I também descreve o seu ambiente de trabalho como um bom lugar para trabalhar. Ela associa essa percepção com o fato de ser respeitada pelos homens que lá prestam serviços, uma vez que é a única mulher que trabalha na cafeicultura. Ela caracteriza suas relações de trabalho como “É tranquilo”, fazendo também associação com o respeito: “[...] todo mundo respeita e me ajuda”. Maria II é outra entrevistada que define suas relações de trabalho com os colegas e patrões como tranquila e ressalta, também, que é respeitada no ambiente de trabalho, uma vez que é a única mulher que trabalha com eles na cafeicultura.

Interpretamos que o substantivo masculino respeito é significativo nas narrativas das trabalhadoras rurais Maria Tereza, Batalhadora I e Maria II, corroborando a afirmação de Lopes (2013) sobre as palavras respeito e valorização serem as mais utilizadas pelas mulheres quando são questionadas sobre o que ainda falta em suas vidas. Esses dois termos são válidos para os aspectos pessoais, sociais e profissionais, mostrando que ainda prevalecem as desigualdades de gêneros (LOPES, 2013).

A entrevistada Batalhadora I e sua família também moram na fazenda em que prestam serviços, juntamente com outras duas famílias. Seu marido, assim como o esposo da Lutadora, é o responsável pela fazenda, sendo ele que “**passa ordens**, aí cada um pega sua tarefa e vai fazer” (grifos nosso). Em sua pesquisa na comunidade de Cachoeirinha, Silva e Ribeiro (2004) ressaltam que nos ambientes domésticos das trabalhadoras e trabalhadores rurais pesquisados são os homens responsáveis por tomar as decisões na família. Sobre a rotina no trabalho da entrevistada ela conta que “[...] depende do serviço”, há atividades que levam uma semana para serem feitas, outras que são realizadas em um dia.

Lúcia, diferentemente das outras entrevistadas, não descreve o ambiente em que trabalha como sendo agradável. Interpretamos em sua narrativa a ausência de elementos, o silêncio, o não dito. Ela diz que tem “muito campo”, ou seja, muitas oportunidades para que as mulheres possam “conquistar”. Mas não é tão simples como aparenta, primeiro porque as oportunidades para as mulheres não são tantas, como o advérbio de intensidade “muito”

sugere. Assim como afirma Lopes (2013), uma das principais reivindicações das mulheres brasileiras é a igualdade de oportunidades.

A rotina de trabalho da entrevistada Lúcia está relacionada a duas tarefas na cafeicultura: operacional e o administrativo:

Eu trabalho aqui é duas tarefas: é o operacional e o administrativo. **O operacional meu marido dedica mais e eu dedico mais ao administrativo.** Não tem funcionários aqui, é só nós dois pra tocar tudo [...]. No administrativo a minha parte é bem tranquila, em um dia eu resolvo coisa pro mês inteiro, porque é pequeno, não é grande, então, cê vai levando tudo de acordo [...] em um dia, dois dias no mês eu resolvo todas as questões administrativas, e **aí na época da colheita eu entro mais no operacional, ajudando ele** a fazer... a acompanhar a colhedeira, recolher o café, espalhar no terreiro, secar o café. Eu também opero as máquinas [...] Venda eu faço por telefone, quase tudo eu faço por telefone, uma vez ou outra eu tenho que ir pra pagar conta no banco, já faço o que tenho que fazer (grifos nosso).

Entre as entrevistadas que trabalham no regime de agricultura familiar, somente Lúcia disse cuidar da parte administrativa da cafeicultura. Essa afirmação pode estar ligada à sua formação em Gestão do Agronegócio. Além dela, somente Maria Aparecida tem uma formação superior, em Enfermagem. Com base na AD da narrativa de Lúcia, o trabalho da mulher na cafeicultura é definido por ela mesma, como ajuda ao marido. Quanto às suas relações de trabalho com ele, ela afirma ser “excelente” (adjetivo que significa classificar algo como de ótima qualidade, que é muito bom), e que só há um problema, “[...] deixa o administrativo só pra mim, sabe? A cabeça...**quebrar a cabeça, quem quebra sou eu.** Ele quer só o cansaço físico, o cansaço mental não” (risos) (grifos nosso).

Ao declarar que apenas ela cuida do administrativo, entendemos que há uma mudança em relação às narrativas das outras entrevistadas que, também, trabalham com a agricultura familiar, cuidando da fazenda juntamente com o marido. Em casos como da Lutadora e Batalhadora I, são os maridos que ditam as ordens e elas as acatam. No caso de Lúcia, na posição administrativa, ela controla, por exemplo, o orçamento da fazenda e leva o marido “[...] **muito regrado** [...] falo assim “Cê tem só tanto pra trabalhar, cê se vira, cê não leva pra oficina, cê faz. Cê não vai comprar parafuso, não fazer estoque aqui, cê vai comprar só o que cê precisa”. Aí eu fico em cima, essas coisa assim” (grifos nosso). Para reforçar o seu controle, a entrevistada recorre à intertextualidade manifesta mostrando, por meio de sua prática discursiva, como mantêm o marido regrado.

Maria II também afirma gostar do ambiente em que trabalha. Ela mora na fazenda em que presta serviços durante a colheita do café e em determinadas épocas do ano em que os proprietários da fazenda a chamam para voltar do Norte de Minas Gerais e realizar algumas

atividades na propriedade. Durante a colheita, ela trabalha rastelando café no terreiro utilizado para a secagem dos grãos ou “[...] **ajudo** catando pau pra Miac passar [...]” e faz também a colheita manual do café em determinadas áreas da lavoura. Encontramos novamente a presença do verbo ajudar, que faz referência ao trabalho das mulheres fora do ambiente doméstico como uma ajuda ao dos homens.

Na narrativa de Maria II, entendemos que o respeito que ela afirma ter nas relações de trabalho é, de fato, uma discriminação velada: “Todo mundo me trata bem e respeita, mas **eu vejo que tem gente que oia com os zóio meio torto pras muié que trabaía aqui, faz brincadeira falando que nós num vai dá conta [...]**” (grifos nosso). A conjunção “mas” empregada introduz uma frase que denota oposição ou restrição à frase anterior, ou seja, introduz uma oposição ao “todo mundo me trata bem e respeita”, como a entrevistada diz.

A utilização da metáfora “oia com os zóio meio torto”, revela que há preconceito e discriminação para com as mulheres, pois significa olhar com desdém, com desconfiança, desprezo. O fazer “brincadeira”, dizendo que as mulheres não conseguirão realizar uma atividade é uma forma velada de quem a faz, de ser preconceituoso, machista. E, a partir do momento que a trabalhadora utiliza o termo “brincadeira”, ela está concordando e reforçando que realmente é.

Quanto à rotina das trabalhadoras rurais no ambiente de trabalho, definido acima por algumas das entrevistas, temos as AD’s apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 - Amostras Discursivas: Desigualdades

Análises Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
Uai (pausa), mais é na área de irrigação , ma..., igual tá agora não mexendo tanto, né? Aí nóis faz qualquer tipo de serviço . O que precisa. Eles passa pra nós o serviço que tem pra faze (grifos nosso)	“nóis faz qualquer tipo de serviço”	Trabalhadora
Uai, a gente vem de ônibus cedinho , chega aqui e aí eles [responsáveis na fazenda] falam qual o serviço que vamos faze . Depois de tardinha nós vai embora no ônibus . (grifos nosso).	“eles falam qual serviço que vamos faze”	Maria
A gente chega de manhã e aí eles [responsáveis na fazenda] passam os serviço que a gente tem que fazer. Aí nós faz e de tarde vamos embora (grifos nosso).	“eles passam os serviço”	Márcia
A gente chega cedo, faz o trabalho que tem que faze e de tarde volta pra cidade no ônibus . (grifos nosso).	“faz o trabalho que tem que faze”	Luciene
Uai, nós vem de manhã no ônibus , chega aqui eles [responsáveis na fazenda] passam o serviço que a gente tem de fazer , aí nós faz, tem um horário pra almoça , nós traz as marmita de casa e almoça na lavoura mesmo, depois volta pro serviço, de tarde pega o ônibus e volta pra casa .(grifos nosso)	“eles passam o serviço que a gente tem que fazer”	Guerreira

Fonte: elaborado com base nas entrevistas realizadas.

Trabalhadora, Maria, Márcia, Luciene e Guerreira apresentam a mesma rotina de trabalho, uma vez que trabalham na mesma fazenda. Todas acordam cedo, vão para a fazenda de ônibus, e, chegando lá, um responsável passa para elas quais as atividades a serem desenvolvidas ao longo do dia, e, então, elas vão para lavoura. Como afirma Guerreira, elas têm um horário para almoço, cada uma traz de casa uma “marmita”, que é levada para a lavoura, onde elas almoçam. Após esse horário, elas voltam para suas atividades e, no final de dia, retornam novamente à cidade de Carmo do Paranaíba de ônibus, onde moram.

As entrevistadas utilizam os léxicos “nóis” e “a gente” para se referirem à elas e às outras trabalhadoras rurais. Essa utilização pode ser explicada pelo fato de elas estarem trabalhando em grupo no dia que as entrevistas foram realizadas. Ao chegar no lugar em que estavam na lavoura, trabalhando juntas, separadas dos homens, que estavam em outro local da lavoura questionei ao técnico de segurança que me levou até elas qual atividade estavam desenvolvendo, e ele disse que elas estavam retirando os canos que fazem a irrigação nos pés de café, porque um tratorista iria passar por entre as becas de café e poderia danificá-los.

Ao questionar à primeira entrevistada, Trabalhadora, se elas trabalhavam somente entre mulheres ou com os homens também, ela disse que acontece de um algum dia trabalhar com os homens também, mas, na maioria das vezes, são somente mulheres. Interpretamos por meio dessa afirmação que, novamente, há a presença da divisão sexual do trabalho, separando homens e mulheres no ambiente de trabalho.

Sobre as relações de trabalho com os(as) colegas de trabalho, Trabalhadora, Maria, Márcia, Luciene e Guerreira utilizam, respectivamente, os adjetivos “bem”; “tranquila”; “a gente se dá bem”; “Graças a Deus eu dô bem com todo mundo, graças a Deus”; e “É boa, nós dá muito certo. É tranquila”. Aqui encontramos, novamente, a utilização da ideologia da religião com a utilização da expressão “Graças a Deus”. A o fato de se darem bem pode ser explicado por estarem entre mulheres, sob as mesmas condições de trabalho.

Guerreira I, Maria I, Maria Aparecida e Batalhadora estão inseridas em contextos de trabalho diferentes das entrevistadas Trabalhadora, Maria, Márcia, Luciene e Guerreira. Enquanto essas trabalham no regime de agricultura familiar, aquelas trabalham na modalidade de carteira assinada. Logo, apresentam diferentes rotinas no trabalho.

No caso da Guerreira I, trabalham ela, o marido e o filho na cafeicultura e na pecuária. E, assim como a entrevistada Batalhadora, ela recorre à ideologia da religião para afirmar que as relações de trabalho entre os três é boa: “Graças a Deus é... a gente tem um bom convívio,

graças a Deus”. A entrevistada afirma não haver divisão de tarefas entre eles, “[...] a gente sempre trabalha junto”, mas, logo em seguida, nega essa afirmação, dizendo que “**Não é todo...todos os tipos de serviço**” (grifos nosso) que eles trabalham juntos: “que nem **no caso da pulverização, essas coisas é só o marido que mexe**” (grifos nosso). Em outro momento da entrevista, Guerreira I retoma a prática discursiva sobre não haver divisões: “[...] desde que a gente casou nunca teve divisão, esse aqui é meu e esse aqui é seu, não. Esse é nosso! É o esforço dos dois”. Essa fala da entrevistada sugere uma união entre marido e mulher.

Diferentemente das falas das outras entrevistadas, que se referem somente ao trabalho das mulheres como ajuda, na narrativa da Guerreira I ela define o trabalho do filho também como ajuda: “[...] aí agora tem o filho, **o filho também tá ajudando**” (grifos nosso). Ao utilizar o advérbio “também” fica subentendido que o trabalho de mais alguém é visto como ajuda, provavelmente, o da entrevistada, uma vez que, ao falar sobre sua rotina dentro do ambiente doméstico, ela diz que antes de sua filha se casar, não precisava se preocupar com os afazeres domésticos, porque sua filha fazia, então a entrevistada “[...] ficava mais por fora mesmo, **ajudando ele** [marido] a mexe com a cerca, **com as coisa dele**” (grifos nosso).

Sobre sua rotina na cafeicultura e na pecuária, Guerreira I explica que, com o café, não são todos os dias que ela trabalha “ porque...agora é tudo maquinário, né? **Maquinário é só mais o marido que mexe**, né? Mas quando precisa eu vou [...]” (grifos nosso). Já na pecuária, ela tem uma rotina: “[...] de manhã eu vou pro curral, **ajudo a tira o leite**, tem que lava os trem depois, e três horas da tarde a gente vai pro curral de novo, aí é eu e o marido. De manhã é eu e o filho, né?” (grifos nosso). Nesse fragmento, indentifica-se que o trabalho da mulher fora do ambiente doméstico é definido por ela própria como ajuda.

Maria I e a família também trabalham na cafeicultura e pecuária. Durante a colheita, quando o café é mais novo, outras pessoas também trabalham, mas, com exceção dessa situação, somente a família cuida do cultivo. Durante a colheita, a entrevistada trabalha no terreiro utilizado para a secagem dos grãos de café, e, nas entresafas, ela capina o café, faz a desbrota. Mas, ela afirma não ter uma rotina, etrabalha à medida que é necessário. No caso dessa entrevistada, ela, assim, como no da Guerreira I, denomina seu trabalho na cafeicultura como “ajuda” ao marido, assim como o trabalho do filho. Quando perguntei se apenas seu marido operava o maquinário ela disse:

“[...] pra pequenas coisas eu ajudo, né? [...] que nem pra esparramar palha no café, ou esterco no café [...] **Aí pra isso eu dirijo trator, né?** Que aí ele [marido] vai na pá, em cima da carreta, né? Ele e meu filho quando ele tá aqui, né? Final de semana, feriado, né? Aí ele ajuda. Aí, então, nessa parte eu ajudo, né? Agora **pulverizar um café, ou, ou uma máquina mais pesada, isso não. Aí é só ele** [marido] (grifos nosso).

Outra entrevistada que também considera seu trabalho na cafeicultura como ajuda é Maria Aparecida:

Sempre na medida do possível **a gente ajuda, né?** [...] agora tá menos, que agora, assim, por causa que aumentou a quantidade de café ele [seu marido] arrumou um colaborador, então não depende muito da gente tá ajudando não, mas sempre que precisa... assim **na secagem a gente ajuda**, junta ele [o café] [...] eu não tenho uma rotina certa não. É naquela hora que eles precisam de ajuda mesmo, que eu posso ir [...] (grifos nosso).

A entrevistada Batalhadora vive na fazenda de seus patrões e trabalha na cafeicultura com sua família. Sobre sua rotina ela diz que:

Eu **faço de tudo**. De tudo que cê imaginar eu faço(risos). Se eu precisá trabalha com trator, trabalha. Se precisá tirá cipó eu tiro, éé rodar secador, é mexer café, **de tudo que o cê imaginá eu faço**. Aí eu não tenho uma rotina, do que precisá eu tô aqui e tô pronta, eu vou e faço. **Sou o pau pra toda hora, o bombril mil e uma utilidade**. Agora meu marido e meus filhos tem a rotina diária no café, né? Igual, **o [nome do seu marido] é o que comanda nós**, né? Que é o esposo (grifos nosso).

Batalhadora recorre a metáforas, como “sou o pau pra toda obra”, “o bombril mil e uma utilidade” para enfatizar que ela desenvolve diversas atividades e sempre está disponível para o que precisarem no trabalho, o que nos remete à dupla jornada de trabalho das mulheres, mencionada por Corrêa (2001). Assim como as entrevistadas Lutadora e Batalhadora I, Batalhadora I também afirma ser o marido responsável pela fazenda e é ele, usando suas palavras que “[...] comanda nós”. O léxico “nóis” refere-se à entrevistada e seus filhos.

Outro aspecto importante da narrativa desta entrevistada é sobre suas relações no trabalho com sua família, entre as 14 entrevistadas, ela foi a única a afirmar que não é algo fácil. De acordo com ela “[...] tem que ir empurrando e com jeitinho, né? Porque trabalhar com outro de fora é mais fácil, né? Agora trabalhar em família é difícil, aí tem que saber levar, né? Saber falar na hora que precisa, né?”. “Empurrando” e “jeitinho”, em uma análise da dimensão textual, são termos que remetem a ter cuidado, uma vez que há diferenças entre os membros da família, e os problemas familiares podem se misturar com os do trabalho, tornando as relações mais difíceis.

Analisamos até aqui dois principais contextos em que as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro estão inseridas e em que ocorrem as

desigualdades, sejam elas de gêneros, raças e/ ou classes sociais: sociedade e os ambiente de trabalho. A seguir, iremos analisar outros contextos: os âmbitos domésticos. Conforme sugeram as AD's apresentadas no Quadro 15:

Quadro 15 - Amostras Discursivas: Desigualdades

(continua)

Amostras Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
Eu chego do serviço mais ou menos seis horas da tarde [...] com a colheita tem dia que atrasa, né? Mas, assim, chego em casa minha filha já tá fazendo janta , que ela chega do colégio primeiro do que eu ... já tá... tem dia que já tá até pronto. Aí a rotina éééé arrumar alguma coisa que tive, lavar vasilha, arrumar a cozinha... éééé' , eu gosto de lavar roupa de tarde também... e, quase não saio, que eu não tenho namorado (risos) (grifos nosso).	“arrumar alguma coisa que tive”	Maria Tereza
O meu marido me ajuda ... ele ajuda, né? Agora meu menino é pequeno, ele tem seis ano (grifos nosso)	“meu marido me ajuda”	Trabalhadora
À tarde chego... tempo disponível pra faze meus trabalhos de dona de casa . [...] Eu já acordo umas quatro horas da manhã, já tô acordada. Preparo pra vim, deixo arrumado pra quando chegar de tarde não ter coisa deixada de manhã, pra tarde tá mais organizado. Aí de tarde eu chego, tomo banho, faço janta, lavo as vasilhas, e rumo... deixo as marmitta. [...] Eu faço sozinha. Meu menino é muito de ajudar não , mas, ele é bonzinho, assim, é muito inteligente na escola, [...] serviço de casa ele gosta não, serviço doméstico, assim, ele gosta não . Mas ele não bagunça [...] (grifos nosso).	“Eu faço sozinha”	Maria
[...] eu agora não faço nada , assim, em casa mesmo. Minhas menina mesmo é que faz . Aí eu chego e tá tudo pronto... meu marido ajuda (grifos nosso).	“Minhas menina mesmo é que faz’	Márcia
Uai, tem dia que eu chego e tá tudo pronto, que eu tenho duas meninas , tem dia que eu chego e já não tá... é assim, quando não tá pronto eu chego vou fazer. Meu marido , dentro do possível, também ajuda dentro de casa . (grifos nosso).	“meu marido também ajuda dentro de casa”	Luciene
Seis horas eu saio pro serviço, e já deixo as coisa pronta pro outro dia. De noite eu faço a janta e já tiro a marmitta. Final de semana é em casa também, trabalhando, lava roupa, limpa casa. E não tem ninguém pra me ajudar não, é só eu (grifos nosso).	“não tem ninguém pra me ajudar”	Guerreira
Eu faço tudo aqui dentro de casa, já deixo pronto a comida, aí na hora do almoço eu esquento. Sempre faço na janta, né? Pra sobrar pro almoço e não perder muito tempo, né? Depois é só esquentar [...] Serviço doméstico, assim, sobra tudo pra mim (grifos nosso).	“Serviço doméstico, assim, sobra tudo pra mim”	Batalhadora
[...] só nós muié que cuida da casa . Agora nim norte de minas, mãe que cuida da casa, eu ajudo muito pouco, que tô lá eu procuro algum serviço fora pra ter mais dinheiro pras dispesa da casa . Mas quando chego de serviço eu ajudo ela, faço uma comida, lavo roupa, cuido do filho (grifos nosso).	“nóis muié que cuida da casa”	Maria II

Fonte: elaborado com base nas entrevistas realizadas.

Quadro 15 – Amostras Discursivas: Desigualdades

(conclusão)

Amostras Discursivas	Palavras/Expressões-chave	Entrevistadas
<p>Uai, eu levanto cinco horas da manhã, faço meu cafezinho, vou pro curral, ajudo o marido a tirar o leite, depois eu volto e vou arrumar minhas coisa. Lavar uma louça, arrumar casa, lavar roupa, arruma os trem que tem que arruma e depois, mais ou menos, umas três e meia, a gente volta pro curral de novo. Enquanto isso o marido vai mexendo com as coisa dele pra fora ali [...] (grifos nosso).</p>	<p>“minhas coisas”, “coisa dele”</p>	<p>Guerreira I</p>
<p>Levanta..ahn, cinco e meia, e aí ajudo ele lá no curral, né? [...] . Eu passo a vaca, o bezerro, o que for lá. Ponho a ração, enquanto ele tira o leite. Aí depois a gente vem, eu meço o leite para ele [marido dela] fazer o queijo [...]. E na época de colheita eu mexo com o café no terreiro o dia inteiro. Aí no dia-a-dia cuido casa, faço o almoço, ela me ajuda também [filha mais nova]. Meu marido faz o queijo, cuida da lavoura e me ajuda quando eu preciso, que nem na época da colheita que é mais apertado, né? Eu ajudo ele lá [na lavoura], ele me ajuda aqui [na casa],né? É tudo dividido, né? (grifos nosso).</p>	<p>“É tudo dividido”</p>	<p>Maria I</p>
<p>Num é fácil. É só eu que tem pra lavar, passar, limpar, cozinhar, e ainda tem o café, é difícil, e o marido ainda cobra, ele gosta das coisa prontinha e arrumadinha dentro de casa. [...] Aí eu levanto lá pelas cinco e meia da manhã, eu faço o café, lavo as vasilha, aí o marido acorda quase seis, toma o café e já vai cuidá do café. Eu termino de ajeitá as coisa, já deixo tudo pronto pra onze horas a gente chega da lavoura e esquentá as marmita que tiro na janta. Aí o marido me passa os serviço que eu tenho que fazer na lavoura e aí umas seis e meia eu também vou pra lavoura. [...] Aí chega em casa [...] eu termino isso tudo lá pelas nove hora da noite já [...] no domingo nós num trabalha na lavoura não, aí é o dia que aproveito pra lava as roupa, dá faxina na casa, e se sobra tempo eu gosto de, de, cumé que fala? Dá uma faxina ni mim tamém, eu gosto de pintá a unha, mais o serviço não deixa sobrá tempo (grifos nosso).</p>	<p>“é só eu que tem pra lavar, passar, limpar, cozinhar”</p>	<p>Lutadora</p>
<p>Aqui dentro de casa só eu cuida, ele [marido] ajuda às vezes, ele lava o quintal com a bomba, mais é muito difícil. Ele é mais do tipo assim, é mais machista mesmo. “Se eu fizer cê vai fazer o que? Vai ficar à toa?”Então tá. Aí eu falo pra ele “Mesma coisa, se eu for pra roça trabalhar, cê vai fazer o que? Vai ficar à toa” (grifos nosso).</p>	<p>“casa só eu cuida”</p>	<p>Lúcia</p>

Fonte: elaborado com base nas entrevistas realizadas.

Guerreira é a única, das 14 entrevistadas, que mora sozinha, assim, apenas ela cuida das atividades domésticas. Batalhadora mora com o marido e um dos seus dois filhos, mas apenas ela cuida dos afazeres domésticos. No final de sua fala sobre essa condição, ela sorri, o

que mostra uma naturalização dessa situação, ou seja, não apenas os homens, mas, também, as mulheres, concordam que as atividades nos âmbitos privados são apenas responsabilidade delas, passando então a reproduzir e reforçar esse discurso dominante.

Maria Tereza mora com sua filha mais nova na cidade de Carmo do Paranaíba, a filha mais velha, que tem 19 anos, mora em Uberlândia, onde cursa Física na Universidade Federal de Uberlândia. A entrevistada afirma que as relações com sua filha, com quem mora, é “muito boa (risos), muito boa. Eu sou muito tranquila. É... raramente eu, como se diz, fico nervosa... aí é fácil de conviver”. Maria Tereza utiliza o advérbio de intensidade “muito” para enfatizar que a relação entre ela e sua filha é boa. Sobre sua rotina no ambiente doméstico, ela conta que é dividida entre ela e sua filha. A filha faz o jantar, porque chega do colégio antes dela chegar em casa e, após sua chegada, ela cuida das atividades que ainda estão para serem feitas, como lavar louças, roupa.

A entrevistada Trabalhadora mora com o marido, que também trabalha na mesma fazenda que ela, e com seu filho. Ela conta que as relações entre eles no ambiente doméstico “É tranquilo, é boa”. E conta com a “ajuda” do marido nas atividades domésticas, como o filho ainda é pequeno, seis anos, ele não “ajuda”. Conforme as análises anteriores sugerem, reina nos contextos da sociedade e ambientes de trabalho a divisão sexual do trabalho. Pela fala da Trabalhadora, entendemos que em seu contexto doméstico repercute também essa divisão.

As mulheres que reconhecem-se como esposas, mães e donas de casa, tomam como suas obrigações fazer as atividades domésticas e cuidar dos filhos e marido (SILVA; RIBEIRO, 2004) e, quando desenvolvem trabalhos no roçado, por exemplo, que, por ser uma atividade produtiva liderada pelo homem, são qualificados como “ajuda” (SALES, 2007). Os maridos, por sua vez, são responsáveis pelas atividades produtivas, e, quando realizam alguma atividade nos ambientes domésticos, estas também são vistas como ajuda às mulheres, tal como foi denominada pela Trabalhadora.

Maria mora com seu filho de 13 anos na cidade de Carmo do Paranaíba. Ela conta que sua relação com o filho “É tranquila também. Graças a Deus, ele é muito bonzinho”. Nesse fragmento, é presente a ideologia da religião, em que a entrevistada agradece a Deus por seu filho ser bonzinho. Batalhadora é outra entrevistada que, também, agradece a Deus por ter uma boa relação no ambiente familiar

Quanto à rotina de Maria no ambiente doméstico, a entrevistada reconhece-se como dona de casa e mãe, tomando, portanto, como obrigações, as atividades de casa e o cuidado

com o filho, corroborando o que foi ressaltado por Silva e Ribeiro (2004). A entrevistada narra que ela faz todas as atividades domésticas sozinha, porque seu filho “[...] **não é muito de ajudar não**, mas, ele é bonzinho, assim, é muito inteligente na escola, assim, nunca deu trabalho na escola [...]” (grifos nosso). Por se tratar de um homem, o trabalho é visto como “ajuda”, caso fosse uma mulher, seria considerado sua obrigação, visto que as mulheres, desde crianças, são preparadas para serem mães, esposas e donas de casa, isso ocorre desde o colonialismo, conforme resalta Rosa (2016), sendo também uma das pautas da primeira onda dos feminismos no Brasil (DUARTE, 2003), e como se observa nos depoimentos das entrevistadas, segue presente nos dias atuais.

Maria utiliza a conjunção “mas” duas vezes para tentar compensar o fato de seu filho não “ajudar” “com os afazeres domésticos e não gostar dessas atividades. No primeiro emprego da conjunção, ela afirma que seu filho não ajuda “[...] mas, ele é bonzinho, assim, é muito inteligente na escola, assim, nunca deu trabalho na escola [...]”. No segundo emprego da conjunção, ela afirma que o filho não gosta de atividades domésticas, mas ele, também, não bagunça. Outro destaque em sua fala nos faz refletir sobre o filho poder gostar ou não dos afazeres domésticos e, então, optar por fazê-los ou não. Caso fosse uma mulher, provavelmente, ela não teria essa escolha, pois, mesmo não gostando, seria sua obrigação fazê-los, pois ela é mulher e, de acordo com a norma social, um dia será dona de casa, mãe e esposa.

Na fala de Márcia e Luciene interpretamos esse mesmo pensamento, elas dizem que suas filhas cuidam de praticamente todas as atividades domésticas, sem referir-se ao trabalho delas em casa como ajuda. No entanto, ao mencionarem a participação do marido, homem, nos afazeres domésticos, elas a denomina como “ajuda”. Em outras palavras, por se tratar de atividades domésticas, a responsabilidade são das mulheres, todavia, se houver a participação dos homens, essa é vista como ajuda.

Guerreira I também considera a participação do marido e filhos nas atividades domésticas como ajuda: “[...] **cada um ajuda um pouquinho**” (grifos nosso). Ela se refere ao curral, roça e o café como “[...] **coisa dele** [marido]” (grifos nosso), ou seja, como serviço do homem. Logo, as atividades que ela desempenha no curral são considerada por ela como “ajuda” “[...] depois eu volto e vou arrumar **minhas coisas**” (grifos nosso). A expressão “minhas coisas”, utilizada pela entrevistada remete às suas responsabilidades, que são: “[...] lavar uma louça, arrumar casa, lavar roupa [...]”, ou seja, atividades domésticas de maneira geral. A divisão sexual do trabalho é evidenciada nesse trecho, que distinguem os ambientes

domésticos para mulheres e os ambientes produtivos para os homens. A entrevistada Maria também reproduz esse discurso dominante, considerando o seu trabalho no curral como “ajuda” e o trabalho do marido no ambiente doméstico também como “ajuda”: **“Eu ajudo ele lá [na lavoura e curral]”** (grifos nosso).

Lutadora também adota a mesma prática discursiva da Guerreira I e Maria. De acordo com ela, sua relação com seu marido, que é quem mora com ela, é boa “[...] nós dá muito certo. **Ele me ajuda no que pode, eu ajudo ele aqui na roça também.** É assim” (grifos nosso). Nesse caso, as atividades domésticas também são vistas como obrigação das mulheres, e a entrevistada relata que é cobrada pelo marido para que tudo esteja arrumado em casa: “[...] e **o marido ainda cobra, ele gosta das coisa prontinha e arrumadinha dentro de casa [...]** (grifos nosso)”.

Essa cobrança do marido vai ao encontro do que Silva e Ribeiro (2004) relataram. Os autores, após analisarem as falas das trabalhadoras rurais participantes de sua pesquisa, destacam que, de acordo com elas, é sua obrigação como esposa fazer as atividades domésticas, o almoço, lavar a roupa e cuidar da casa para que, quando o marido chegar, tudo esteja limpo e arrumado e ele, então, não tenha motivos para reclamar.

Lúcia é outra entrevistada que também revela existir em seu ambiente doméstico a divisão sexual do trabalho, evidenciadas por ela e o marido. Ela conta que, às vezes, o marido a “ajuda”, pois, como já discutimos, atividades domésticas são vistas como responsabilidades das mulheres, logo, o que os maridos fazem nesse campo é denominado por ajuda. De acordo com Lúcia, seu marido é “[...] **mais machista**” (grifos nosso) e quando ela fala para ele fazer alguma atividade, ele diz: **“Se eu fizer cê vai fazer o que? Vai ficar à toa?”** (grifos nosso), ao que ela retruca dizendo: **“Se eu for pra roça trabalha, cê vai fazer o que? Vai ficar à toa?”** (grifos nosso)”. Entendemos claramente que há a divisão de espaços e trabalhos e que, quando um desenvolve alguma atividade no trabalho que é considerado do outro, essa passa a ser vista como ajuda por ambos.

A entrevistada Maria I mora no município de Monte Carmelo, na fazenda em que trabalha durante a safra do café, com outra família, dividindo a casa. Na sua cidade, localizada no Norte de Minas Gerais, ela mora com a mãe e o filho. Na residência da fazenda, ela e as outras mulheres que moram na casa é quem cuidam dos afazeres domésticos, já na sua cidade, sua mãe é responsável, e ela diz “ajudar”, uma vez que trabalha fora de casa. Esse “ajudar” pode estar ligado ao papel de “homem da casa” assumido pela trabalhadora. Seu pai e irmão

faleceram, sua mãe está idosa e sobrevive de sua aposentadoria, assim, ela trabalha fora para aumentar a renda da família.

A sua vinda para o município de Monte Carmelo na época da colheita é um exemplo do que afirma Ortega e Jesus (2011) sobre o avanço da mecanização na cafeicultura. Essa mecanização limitou de maneira drástica o conjunto de atividades de manutenção na cafeicultura, reduzindo, por um lado, a demanda por mão de obra permanente, e, por outro lado, elevando a procura por trabalhadores e trabalhadoras rurais apenas em períodos específicos, como no da colheita.

As análises sobre as narrativas das trabalhadoras rurais referentes ao ambiente doméstico nos permite afirmar que nesses contextos analisados as desigualdades da divisão sexual do trabalho são representadas pelo modelo de conciliação, exposto por Hirata (2015) como aquele em que as mulheres trabalham fora do ambiente doméstico, todavia, continuam sendo as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos.

Por meio das análises realizadas sobre os contextos em que as trabalhadoras rurais da cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro entrevistadas estão inseridas: sociedade; ambientes do trabalho; e âmbitos familiares, entendemos que a colonialidade dos gêneros impera. Lugones (2014) menciona essa colonialidade dos gêneros ao discorrer sobre a herança colonial, o autor afirma que ela está presente nas relações sociais e intersecções de gêneros, classes sociais e raças como construtos centrais no sistema de poder capitalista mundial. Especificamente sobre o contexto sociedade em que as entrevistadas estão inseridas, entendemos que ainda predomina a discriminação com as mulheres, havendo hierarquização de espaços: mulheres devem ocupar determinados espaços que são inferiores aqueles direcionados aos homens, devendo, portanto, serem submissas a eles e às suas ordens.

No ambiente de trabalho, apesar de algumas trabalhadoras afirmarem que não há preconceitos onde trabalham e que são respeitadas, por meio da ACD interpretamos que há sim preconceitos e falta de respeito, mas que muitos são manifestados de maneira velada, o que leva as entrevistadas a acreditarem que são valorizadas e reconhecidas tanto quanto os homens, mesmo quando não são. De acordo com os exemplos dados por algumas entrevistadas, ainda persistem as disparidades salariais entre homens e mulheres, assim como há a divisão sexual do trabalho, existindo atividades que são exclusivamente atribuídas aos homens e outras que são para mulheres.

No âmbito doméstico, a situação não é diferente, pois as 14 entrevistadas consideram os afazeres domésticos como responsabilidade das mulheres, logo, se os maridos ou filhos

(homens) realizam algum desses afazeres, é considerado por eles e por elas como uma ajuda. Ou seja, essa divisão foi naturalizada e homens e mulheres acabam por reproduzir esse discurso de que as esferas reprodutivas são de responsabilidade das mulheres e as esferas produtivas de responsabilidade dos homens. Se as mulheres realizam atividades no curral e na cafeicultura, que são aqui nossos casos, são também consideradas ajuda por elas e por eles.

Entendemos que esses contextos de desigualdades em que as trabalhadoras rurais entrevistadas estão inseridas interferem na maneira como elas se identificam, conforme análises feitas anteriormente. Apresentam, também, relações diretas com as generalizações que homens, outras mulheres e até elas mesmas, assim como a sociedade, fazem sobre comportamentos ou características das mulheres trabalhadoras rurais aqui entrevistadas. Ou seja, esses contextos de desigualdades apresentam relações diretas com a colonialidade que a seguir será analisada.

7.3 Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade

Nesta subseção, analisamos a terceira e última categoria temática analítica, cuja configuração presente nas relações de gênero é a colonialidade, ou seja, heranças do colonialismo que repercutem até a atualidade nas trajetórias, cotidianos e contextos em que as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro estão inseridas, contextos esses repletos de desigualdades entre mulheres e homens. Como as 14 entrevistadas são mulheres trabalhadoras rurais, estamos contrariando o estereótipo construído desde o período colonial e que é adotado por alguns de que as mulheres devem estar limitadas apenas ao ambiente doméstico

Começamos nossas análises com um importante relato de Maria II. Ela se reconhece como negra e conta, com certa tristeza (perceptível pela mudança em seu tom de voz, e por ter desviado seu olhar para o chão), o posicionamento de alguns de seus colegas: “[...] tem **uns que me chama de negona**. Eu num gosto disso, **é brincadeira que faz mal pra gente**. **Meu nome num é negona**, e as muié é capaz que nem homem.” (Maria II) (grifos nosso).

A escritora negra, norte-americana, Hooks (1995), enfatizou a discriminação referente às mulheres negras. Segundo a autora, se sobre as mulheres, de maneira geral, recai a pecha de não ser “apropriada” para o trabalho intelectual, uma vez que são consideradas como próximas da natureza, remetendo ao caótico, misterioso e incontrolável, essa estereotipagem é

acentuada nas mulheres negras, pois, a elas e aos negros são atribuídas características negativas, como a irracionalidade e primitivismo. Dessa forma, as mulheres negras são duplamente caracterizadas como seres inferiores: por sua condição feminina e racial, tendo seus corpos vistos como animalísticos e ainda mais primitivos que os corpos de mulheres brancas ou dos homens negros (HOOKS, 1995). Essa dupla discriminação é também uma herança do colonialismo, conforme afirma Fanon (1968) e Rosa e Alcadipani (2013).

Diante desse contexto de discriminação e inferioridade, em que as mulheres negras estiveram (e ainda estão) inseridas, elas enfrentaram no interior dos próprios movimentos feministas, em países como Brasil, as contradições e desigualdades que o racismo e a discriminação racial produziram entre elas e as mulheres brancas (CARNEIRO, 2003). Ou seja, a discriminação não parte apenas dos homens brancos e negros, mas também das mulheres brancas.

No caso de Maria II, ela usa o léxico “uns” para se referir àqueles que a denominam como “negona”, sem dizer se essa discriminação racial parte de homens e/ou mulheres. A entrevistada considera ser assim chamada como “brincadeira que faz mal pra gente”. Porém, não se trata de brincadeira, mas, sim, de uma forma de discriminação velada. Como a própria entrevistada diz: “Meu nome num é negona”. Quando ela menciona que “as muié é capaz que nem homem”, revela a presença da discriminação de gêneros, presente na sociedade desde o colonialismo. Ou seja, por meio da fala da entrevistada, identifica-se a presença da interseccionalidade entre gêneros e raças.

Além do estereótipo de “negona”, recai sobre Maria II outros estereótipos, que também nos remetem à colonialidade, conforme sua narrativa sobre a conciliação entre rotina diária no trabalho, em casa e na vida social:

Ah, vida social eu num tenho não (risos), é só trabaía e **cuidá do filho e de mãe que já tá velha**, não tem tanta disposição mais... e essas andança tamém num é fácil. Eu vou fala procê que é fácil separar não, eu já tentei e num dei conta... não, até que dou. **Quando eu vou pra lavoura** eu distraio com o serviço e esqueço os problema de casa, **esqueço que sou eu, lá eu sou a trabalhadora**. Mais e **quando eu volto pra casa ou tô lá no norte de minas, as coisa mistura, eu penso ni serviço, penso nos problema de casa, preocupo com mãe, com as conta**, nim juntar um dinheiro pro futuro do filho. Mas na vida é assim, **ainda bem que tenho preocupação cum serviço, cum casa, pior seria se não tivesse** (risos) (grifos nosso).

A entrevistada se denomina “mãe”, e como aquela que cuida de sua mãe “[...] que já tá velha, não tem tanta disposição mais”. Com base nessas duas atribuições, “mãe” e cuidadora de uma pessoa idosa, ela trabalha para ter condições financeiras de cuidar do seu filho e sua

mãe, uma vez que a família é composta por esses três membros, e justifica não ter vida social devido ao trabalho. Sobre a conciliação dessas atribuições, ela diz que, quando está na lavoura, é trabalhadora, então esquece de suas outras atribuições. Já quando retorna para sua casa no Norte de Minas Gerais, não há separação entre suas atribuições, porque ela preocupa-se com os problemas de casa, com sua mãe, seu filho, as contas.

Entendemos que, nesse caso, há a reprodução dos estereótipos das mulheres como mães e cuidadoras de idosos, bem como o estereótipo de que as mulheres devem estar limitadas à esfera reprodutiva é desafiado, estereótipos que também representam uma consequência do colonialismo que ainda se faz presente. Silva e Ribeiro (2004) referem-se a estes estereótipos em seu trabalho, afirmando que os trabalhadores e trabalhadoras rurais entrevistados consideravam obrigação das mulheres cuidar da casa e dos filhos, e, dos homens, colocar o que for necessário dentro de casa.

Ao falar sobre suas expectativas para o futuro, identifica-se a reprodução desses estereótipos, conforme fragmentos dos depoimentos de Maria II:

Nim **peessoal eu penso mais é no filho**, nim igual te falei, quero dar pra ele o que não tive, quero vê ele estudar, formar, ter um bom emprego pra não precisar sofrer igual nós, e quero **tentá dar um conforto pra mãe tamém**. Ela já sofreu muito, agora tá doente e só tem eu por ela. No lado **profissional ficar por aqui mesmo tá bom**. Igual falei procê, **é difícil pra mim que num tem estudo, é mulher, “negona”** como eles diz, né?, **mãe sorteira**, então é pegar firme aqui, colocar as mão pro céu e agradece que tenho serviço e trabaía até ver meu fio bem, encaminhado (grifos nosso)

Apesar de considerar “negona” como uma “brincadeira que faz mal”, Maria II faz menção a ele ao reproduzir o estereótipo de que ao ser mulher, mãe solteira, “negona” e não ter estudo, não resta outra alternativa além de ser trabalhadora rural, logo, ela se sente na obrigação de agradecer por ter um trabalho, utilizando para isso a metáfora que remete à ideologia religiosa de agradecer a Deus por algo “[...] colocar as mão pro céu e agradece [...]”. A entrevistada Lutadora também faz referência a falta de alternativas de trabalho para quem é mulher e não tem estudo.

Essa análise nos remete ao estereótipo de que para as mulheres que trabalham fora do ambiente doméstico devem ser destinados os trabalhos mais precários, nos menores níveis hierárquicos nas organizações e de menor prestígio social, conforme ressaltam Bruschini (2007); Ávila (2013); Andrade, Macedo e Oliveira (2014); Camargos, Riani e Marinho (2014) e Nascimento (2014).

Lúcia é outra entrevistada cuja fala reproduz diversos estereótipos. Sobre os cursos que ela participou em uma parceria entre a cooperativa da qual fazia parte e o SEBRAE ela conta que entre os participantes cerca de 20% eram mulheres. Ela justifica a baixa participação pelo “[...] machismo na área que ainda impera” e as mulheres não terem interesse nas atividades de administração. Lúcia diz que as mulheres parecem que são “[...] **mais delicada, gosta mais de, de mimimi** e tal, **elas não gosta muito** dessa...**desse mundo masculino**” (grifos nosso).

Podemos afirmar que essa ausência não possa ser explicada pela falta de interesse nas atividades de administração, mas, sim, pelo machismo, preconceitos e discriminações que repercutem nos estereótipos de que os cargos de gestão não são apropriados para mulheres, mas, sim, para os homens. Ao adotar essa prática discursiva, Lúcia, que, também, se reconhece como mulher, reproduz o discurso dominante que estigmatiza as mulheres. Entretanto, no seu discurso é como se ela não se incluísse, uma vez que utiliza o léxico “elas”, ou seja, as outras mulheres.

Outro estereótipo a que Lúcia faz referência é sobre os homens ditarem as ordens e as mulheres as acatarem sem questionar, que também nos remete à colonialidade, conforme afirma Rosa (2016) as decisões até mesmo no ambiente doméstico era responsabilidade dos homens. Ela ilustra a reprodução desse estereótipo em sua prática discursiva ao contar sobre como era na cooperativa da qual faziam parte, recorrendo à intertextualidade manifesta:

“Ah, **é mulher e tá mandando?**”. Exatamente essa conversa. Eu tinha que ter toda cautela para não passar... **eu ficava por trás do meu marido, ensinando ele pra não passar na frente dele pra não chamar ele de marica**. Que “**é sua muié que manda**”, e se falasse perto de mim eu falava “É eu que mando mesmo, cê tá falando mentira não. Eu que mando mesmo!”

Entendemos que nessa situação, analisando a prática social, há a reprodução dos discursos dominantes sobre as mulheres não poderem falar, nem opinar, pois, são os homens os tomadores de decisões, conforme, também, ressaltam Costa e Sardenberg (2008) e Silva e Ribeiro (2004). Lúcia afirma que as mulheres que não participam, não se manifestam, não o fazem por receio de serem julgadas e/ou julgarem seus maridos, chamando-os de “marica” por estar levando ordens das esposas. Contextos como esses, em que os maridos são aqueles que devem dar as ordens e tomar as decisões, já são observados desde o colonialismo (LUGONES, 2014; ROSA, 2016) o que nos permite afirmar que situações como a de Lúcia, que são vivenciadas na atualidade, representam heranças do período colonial.

Conforme mencionado anteriormente, Lúcia faz também o controle financeiro da fazenda e, nesse aspecto, é ela quem dita ordens ao marido com relação ao que pode ser gasto, existindo, neste caso, uma inversão de papéis nutridos desde o colonialismo. Ela comenta que o marido reclama muito desse controle que ela faz e que o consultor financeiro deles, considerado por ela “machista”, fala: “Cê tá maltratando o Edson, cê tá maltratando ele”. Ou seja, quando há inversão de papéis, como neste caso, em que o marido deve seguir as ordens da mulher, é visto por outros, como o consultor, como se a esposa estivesse maltratando seu esposo.

Na conciliação entre rotina diária no trabalho, em casa e vida social de Lúcia, interpretamos a presença de outros estereótipos:

Às vezes faz uma confusãozinha, mais é ... eu lido bem, **eu procuro assim, ser bem assim, fazer uma coisa de cada vez**, sabe? Como se fala, resolver em unidade. **A parte de casa é de casa, a da roça é da roça, a de vó é de vó, a de esposa é de esposa**. Eu num, não trago por exemplo, um problema de casa eu falo assim, “Não, eu não vou lá na cidade resolver um problema de gestão porque eu tenho que arrumar a casa”. Não, se eu tiver que ir lá, a prioridade é lá, **a prioridade é a gestão**, o resto é depois, o resto eu faço da maneira que me sobrar tempo [...] (grifos nosso).

Na ordem das atribuições que são conciliadas pela entrevistada é mencionado por ela, em primeiro lugar, a “parte da casa”, ou seja, as atividades domésticas, que nos remetem ao estereótipo de que uma das principais responsabilidades das mulheres são os afazeres domésticos. Mas, ao dizer que a “prioridade é a gestão” e que o resto é feito à medida que lhe sobra tempo, Lúcia descontroí esse estereótipo. Essa prioridade pode ser explicada por uma situação bastante complicada com relação a um endividamento que ela e seu marido enfrentaram, desde então Lúcia tem priorizado a gestão da fazenda.

É importante mencionar um fato relatado por Lúcia sobre esse endividamento. Entre as 14 entrevistadas, somente ela relevou um problema de saúde que teve “ [...] nessa época eu entrei em depressão, bebo remédio até hoje [...]”. A depressão pode estar relacionada com os TMC, cujas manifestações em trabalhadoras rurais foram analisadas por Costa, Dimenstein e Leite (2014). Os autores apontam como possíveis causas desses transtornos o trabalho doméstico e agrícola e as violências de gêneros. No caso de Lúcia, o principal agravante foi o endividamento relacionado a atividade agrícola por eles praticada: a cafeicultura.

Sobre as expectativas para o futuro a entrevistada desafia alguns estereótipos ao se referir a determinadas decisões por ela tomadas. Interpretamos que seja por ela por sempre utilizar o léxico “eu”:

Eu, eu **quero continuar estudando**. A expectativa que eu tenho é essa, é conserva uma parte, essa, essa **parte de patrimônio que ainda tem, deixar pras filhas pra facilitar a vida delas** Então o que eu penso do futuro é isso. [...] Agora eu tô mudando, né? Agora eu tô mudando, transformando, agora eu tô querendo outras coisa, igual tô te falando que eu tenho **vontade de fazer filosofia**. [...] **Pra cuidar de mim** [...] Lá [em Uberlândia] **eu vou investir em imóvel**, assim, sala comercial, talvez uns três apartamento, e assim, eu penso em às vezes **abrir um comércio pequeno pra eu e ele** [seu marido] , **pra gente não ficar ocioso, sem ter nada pra fazer** (grifos nosso).

Lúcia e o marido colocaram a propriedade à venda e irão se mudar para Uberlândia, ela diz que quer continuar estudando e agora pretende fazer Filosofia. Estudar e/ou dar continuidade aos estudos implica em desconstruir um aspecto do período colonial: somente os homens estudavam. A educação das mulheres era dirigida para aprenderem a serem donas de casa, mães e esposas (ROSA, 2016). A entrevistada diz que está em momento de pensar mais nela, em se cuidar, entretendo, a venda da propriedade está mais relacionada com uma preocupação com suas filhas, com o ser mãe, em deixar um patrimônio para elas no futuro.

A entrevistada Trabalhadora I trabalha como tratorista na fazenda produtora de café no município de Monte Carmelo. Ela conta que, no início do seu casamento, o marido chegou a chamá-la de “inútil” porque ela trabalhava somente em casa e, para ele, serviço de casa não é considerado trabalho. Hoje ela diz que o marido fala em ter orgulho dela. Temos aqui a presença de mais um estereótipo: os afazeres domésticos, considerados responsabilidades das mulheres, não são trabalho. Trabalhadora I também conta que, muitas vezes, as pessoas julgam-na pela aparência física, visto que, por ser de estatura baixa e magra, as pessoas dizem que ela não é capaz de fazer as atividades na cafeicultura e, muito menos, operar um trator.

Na fazenda em que a Trabalhadora I mora e trabalha, moram outras duas famílias. Segundo a entrevistada:

[...] alguns dos **maridos acham que lavoura é serviço deles e não das mulheres**, outros não [...] alguns ainda **pensam assim, que lugar de mulher é dentro de casa**, mas tem os que não [...] tem uma das mulher que mora aqui que tem um bebezinho, não tem como ela trabalhar. Agora a outra... ela já não... **acho que não trabalha assim também porque um pouco falta força de vontade** também (grifo nosso).

Nesse trecho identifica-se, novamente, a presença de um dos aspectos da colonialidade: “lugar de mulher é dentro de casa”. A própria entrevistada também reproduz um estereótipo ao dizer que se a mulher não trabalha é por “falta de vontade”, mesmo tendo afirmado, anteriormente, qual é a prática discursiva de alguns dos maridos. Garcia (2002), apresenta situação semelhante em seu trabalho. As trabalhadoras rurais assentadas, participantes da sua pesquisa, atuantes na luta pela terra, afirmam que as mulheres não

atuantes não participam por não quererem. Ao assumir esse posicionamento, essas trabalhadoras, assim como Trabalhadora I, não reconhecem as limitações de gêneros a que as mulheres estão expostas, e que seus companheiros e a sociedade são os principais responsáveis por essas limitações.

Sobre as expectativas para o futuro da entrevistada Trabalhadora I, identificamos elementos de colonialidade:

No serviço é o que eu puder crescer, quero crescer, no que eles der oportunidade eu vou garrá, e tanto a mesma coisa é em casa, no assunto pessoal. Porque **não é fácil, cê trabalha, ser mãe, esposa...às vezes em casa tenho mais dificuldade que no serviço**. Em casa é mais difícil da gente lidar o dia-a-dia do que no serviço. Eu falo que eu tô no serviço, descanso a cabeça de casa. Eu tô em casa e descanso a cabeça do serviço. [...] Às vezes assim a gente sente falta da casa da gente, bom que eu morava per... do lado da minha mãe, né? Mais é pertinho também, né? Enquanto dê nós vai fica aqui, a gente não sabe muito o futuro, né? O que que acontece (grifos nosso).

A entrevistada descontrói um aspecto da colonialidade, de que apenas os homens devem progredir nas esferas públicas. Trabalhadora I afirma que, no trabalho, quando ela puder “crescer”, irá “crescer”. O verbo “crescer” é utilizado com um sentido conotativo, significando que a entrevistada quer progredir, assim, como Lúcia almeja estudar mais. Ao listar suas atribuições, ela coloca em primeiro lugar a questão do trabalho, ou seja, das atividades que desenvolve na fazenda, e, em seguida, diz que em casa ela tem mais dificuldades que no trabalho. Assim como para Lúcia, o trabalho está como prioridade, desafiando mais um estereótipo de as preocupações e responsabilidades das mulheres devem estar limitadas à esfera reprodutiva.

A entrevistada Batalhadora I, ao contar sobre a conciliação entre rotina diária no trabalho, em casa e vida social, diz que é muito guerreira:

[..] **É muita coisa!** Eu sempre falo pra eles eu tô com quarenta e três anos, tô me sentindo com sessenta. Aí acostumada a trabalhar, não dá conta, né? **No final do mês sempre gostei de tê meu dinheiro, dá vontade de comprar as coisas, vou e compro, não preciso pedir dinheiro a ninguém**, que fui criada assim, né? Ninguém nunca me deu nada, se quisesse tinha que trabalhar e comprar, né? Então é cansativo, né? [...] (grifos nosso).

Batalhadora I desafia mais um estereótipo, o de que as mulheres, financeiramente, são dependentes dos homens. No caso da entrevistada, ela diz que gosta de ter seu dinheiro, de poder comprar suas coisas sem pedir dinheiro a ninguém. A entrevistada Maria I, sobre conciliar sua rotina diária no trabalho, no ambiente doméstico e a vida social, afirma ser bem

corrido, pois, tem as atividades na fazenda, na comunidade [ela é zeladora da igreja de sua comunidade]: “Então, assim, eu tenho muita coisa, sabe?” Assim como as outras trabalhadoras rurais entrevistadas, Maria I apresenta uma dupla jornada de trabalho em casa, na cafeicultura e em sua comunidade, ou seja, não está limitada ao ambiente doméstico.

Para o futuro, Maria I reproduz o estereótipo de mãe, afirmando que seu desejo é de formar seus filhos: “Eeee eu quero **vê se eu consigo forma meus três filhos**, né? Porque a vida no campo, como eu tava te falando, ela não é fácil, né? Então eu quero que [...] que eles primeiro tenham uma formação fora, se eles não precisá disso aqui é melhor, mais se não, que pelo menos eles tenham uma formação, né?”

Guerreira I também reproduz em sua narrativa alguns estereótipos. Ao falar sobre a operação de máquinas, expressa que tem muito medo de trator, visto que, para dirigi-lo, tem que ser “[...] uma pessoa que tem malícia, mais espertaza. Então **a mulher já é mais...**então [...]” (grifos nosso). Ao recorrer a essa prática discursiva, a entrevistada está reproduzindo um discurso dominante sobre tratorista não ser trabalho para mulher.

A entrevistada Guerreira I também fala que ela e o marido estão tentando manter seu filho na fazenda para que ele dê continuidade ao negócio. Sobre a sucessão, Lúcia diz que um dos motivos dela e o marido estarem vendendo a propriedade é não terem “sucessores”: “Nóis não temos sucessores, nós só tem filha mulher”. Ao assumir esse posicionamento, Lúcia reproduz o estereótipo de que o agronegócio e a cafeicultura são para homens, ou seja, ter filhas mulheres implica em não ter sucessores para dar continuidade ao negócio da família.

Quanto à participação de mulheres na cooperativa da qual a entrevistada Guerreira I faz parte, ela conta que:

[...] nesses dia pra trás o presidente do nosso conselho perguntou que que nós queria, as mulheres queria fazer, movimenta alguma coisa, né? **Aí as próprias mulheres ficam calada**, num...num fala nada que quer, nem que num quer, né? Mas eu acho assim, num pouco... um pouco também... que assim, né? **Cê tem seus compromissos, né? Curral, casa, marido, tudo...**

Guerreira I conta que, ao ser perguntado para as mulheres sobre sugestões do que fazer para elas em um evento, não houveram manifestações, porque essas mulheres têm outros compromissos: “curral, casa, marido, tudo”, que as impedem de participar desse tipo de evento. Essa fala remete, novamente, ao elemento da colonialidade: mulheres devem estar limitadas aos ambientes domésticos, sem participar da vida pública, pois nessa, quem participa são os maridos, reforçando, portanto, o que é defendido por Guiraldelli (2012).

Segundo o autor, as formas de discriminação e preconceito sob as quais as mulheres são submetidas contribuem para a manutenção das segregações, a persistência das desigualdades de gêneros e a divisão sexual do trabalho, favorecendo a construção de cenários em que mulheres e homens compartilham os espaços em condições desiguais, estando elas submissas a eles (GUIRALDELLI, 2012).

As entrevistadas Guerreira, Luciene e Maria apresentam como principal expectativa para o futuro a aposentadoria, que, hoje, é também um direito das mulheres trabalhadoras rurais. Tempos atrás, conforme ressalta Teles (1999), as mulheres somente conseguiam se aposentar aos 60 anos de idade, isso quando não eram casadas, pois, nesses casos, somente o marido tinha direito à aposentadoria. Identificamos aqui um desafio ao elemento da colonialidade, que remete aos estereótipos de mulheres como mães e donas de casa, uma vez que a expectativa principal para o futuro é relacionada ao trabalho no âmbito produtivo e não reprodutivo.

Trabalhadora também reproduz alguns estereótipos em sua prática discursiva. Ela ressalta que, na fazenda, há trabalhos para homens e trabalhos para mulheres e que a atividade que estavam fazendo (retirando os canos do chão) “[...] **é mais tranquilo, não força muito**” (grifos nosso). Novamente, temos a presença da divisão sexual do trabalho, nesse caso, as atividades que não exigem força física são vistas como atividades para mulheres, representando um estereótipo de que mulheres não possuem força física. Lutadora também naturaliza essa prática discursiva e a reproduz ao contar que “Eu falo pro marido que a única coisa que eu não consigo fazer igual ele é serviço que pede **força, porque nisso os homem ganha**, mas nas outra coisa, nós dá conta sim” (grifos nosso).

Ainda considerando o estereótipo sobre mulheres não terem força física, Maria Tereza narra um episódio ocorrido com ela, que ressalta o quanto as pessoas reproduzem esses estereótipos. Ela conta que, indo de moto para a fazenda em que trabalha, deparou-se com um homem em um carro parado na estrada, que acenou para que ela parasse. Quando ela parou e tirou o capacete e ele viu uma mulher, disse: “**Achei que você era um homem para me ajudar a empurrar o carro**”. Ela falou para ele “Uai, **mas minha força não ajuda?** Aí fui ajudei e depois **ele até me pediu desculpas**, eu disse que se fosse um homem que estivesse dirigindo nem teria parado para ajudar ele”.

Ao narrar como concilia a rotina diária no trabalho, em casa e com a vida social, Maria Tereza diz ser “tudo misturado”, apenas no ambiente de trabalho que o foco permanece somente lá, mas quando se trata da sua casa é “misturado” “[...] é o lazer junto com a família e

minha filha, que tá sempre junto comigo”. A entrevistada, diferente das outras trabalhadoras rurais participantes, não menciona os afazeres domésticos, menciona somente o trabalho na cafeicultura e o lazer, contrariando o estereótipo e elemento da colonialidade, de que as mulheres estão limitadas aos ambientes domésticos.

Quanto às expectativas para o futuro, Maria Tereza reproduz alguns estereótipos como o de mulheres serem casadas “[...] **pelo menos casada** (risos)” (grifos nosso). Apesar de ela ter mencionado casamento em um momento de descontração na sua narrativa, entendemos que é um desejo dela, e, talvez, possa ter alguma relação com o falecimento recente de seu namorado. Outro estereótipo está relacionado com ser mãe: “**Preocupo [...] mais é com as minhas filhas...é, vê elas formadas, encaminhadas, né? Porque hoje em dia não é fácil criar filho, principalmente, filha mulher, né?**” (grifos nosso). Este último trecho da fala da entrevistada remete à reprodução do discurso dominante, herança do colonialismo, sobre a criação das filhas mulheres ter que ser diferente à dos homens, pelo fato de serem mulheres, e, sendo mulheres, devem ter obrigações diferentes dos homens, como cuidar da casa, serem mães, esposas (ROSA, 2016).

Assim como Lúcia e Trabalhadora I, Maria Tereza está desafiando o estereótipo sobre a educação para atuar no ambiente público ser direcionada apenas para os homens. Assim como as outras, Lúcia e Trabalhadora I, Maria Tereza menciona como umas de suas expectativas para o futuro, após as de ordem pessoal: “aprender mais [...] Porque daqui um tempo não vai ter é ... é serviço braçal. Hoje em dia máquina tá tomando conta de tudo.”

Por meio das análises realizadas, entendemos que predominam aspectos como estereótipos relacionados à colonialidade, reproduzidos pelas próprias entrevistadas e pelas pessoas as quais elas se referem em suas narrativas. Essas reproduções acabam por subalternizar as mulheres, nesse caso, as trabalhadoras rurais da cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro. Um dos estereótipos mais recorrentes sobre as mulheres, é o fato de essas serem responsabilizadas pelos afazeres domésticos; cuidar da casa e dos filhos. Outros estereótipos e elementos da colonialidade que, também, estiveram presentes nas narrativas das entrevistadas são: mulheres não possuem força física como os homens; não devem assumir trabalhos considerados masculinos, como tratorista; bem como não devem opinar ou se manifestar, quem dita as ordens são os maridos e quem obedece as mulheres.

Também encontramos alguns casos em que as entrevistadas contrariam alguns desses estereótipos, como as entrevistadas que querem estudar; aprender mais; e que trabalham operando máquinas. Em comum, as 14 entrevistadas estão desafiando o estereótipo, e herança

colonial, de que “lugar de mulher é dentro casa” (Trabalhadora I ao se referir ao pensamento de alguns homens que moram e trabalham na mesma fazenda que ela), uma vez que todas elas, exercem atividades nas esferas públicas/produativas, trabalhando na área operacional da cafeicultura, sejam como empregadas ou na agricultura familiar, além de algumas desenvolverem também atividades na pecuária e na gestão do negócio [produção de café] da família.

Algumas entrevistadas, ao reproduzirem esses estereótipos, dos quais os discursos dominantes estão carregados, estão concordando com a ideia da subordinação, presente em diferentes contextos desde o colonialismo, ou seja, as mulheres devem ser submissas aos homens, estando presas a um ciclo de dominação. Enquanto solteiras, vivem sob as ordens dos pais, e, após casar-se, devem ser submissas às ordens dos maridos, dedicando-se aos cuidados com a casa, filhos e companheiros (ROSA, 2016).

Ao reproduzirem e naturalizarem os discursos dominantes, as entrevistadas estão, além de concordando com a ideia da subordinação, reforçando a questão da subalternidade feminina. Nos casos das entrevistadas Lutadora e Batalhadora, é o marido que dá as ordens no trabalho e elas acatam, sem manifestarem-se. Lúcia também enfatiza que, muitas vezes, as mulheres não se manifestam por receio de serem julgadas ou de julgarem os maridos por deixarem elas opinarem. Entendemos, dessa forma, que a ideia da subalternidade, herança do colonialismo, está também presente nos contextos em que as trabalhadoras rurais entrevistadas estão inseridas.

De maneira geral, os estereótipos manifestados nas narrativas das trabalhadoras rurais entrevistadas remetem a uma herança colonial, ou seja, à colonialidade, destacada em trabalhos como o de Said (1989), Mignolo(1996); Quijano (2000); Gomes (2007), e Lugones (2014). A presença dessa colonialidade reforça a necessidade da decolonização, isto é, de buscar transcender a colonialidade que resiste em um padrão mundial de poder, conforme ressalta Ballestrin (2013).

As análises dos estereótipos apresentam relações diretas com os contextos e identidades também aqui analisados. Os contextos de desigualdades evidenciados estão saturados de reproduções dos estereótipos aqui mencionados, afetando as maneiras como as próprias entrevistadas se reconhecem e identificam, uma vez que a maioria delas têm naturalizado essas desigualdades e estereótipos, assumindo-os para si e reproduzindo-os às outras mulheres

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA GOTA EM UM MAR IMENSO

O nosso intuito ao propor realizar este estudo foi responder ao problema de pesquisa: “Como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro?” Para tanto, definimos como objetivo geral: “Analisar como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro”. Para alcançá-lo, buscamos analisar as narrativas de 14 trabalhadoras rurais, por meio da Análise Crítica do Discurso, tendo como elementos orientadores do percurso analítico as três dimensões discursivas propostas por Fairclough (2001), considerando três categorias temáticas analíticas, cujas configurações consideradas presentes nas relações de gêneros foram: Identidades; Desigualdades e Colonialidade.

A configuração Identidades, analisada em nossa primeira categoria temática analítica: “A construção da subalternidade: lutas e sofrimentos nas trajetórias das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro”, englobou o primeiro objetivo específico por nós definido: “Conhecer quem são as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro”. Por meio das análises das narrativas das trabalhadoras rurais nessa categoria, interpretamos que as entrevistadas se reconhecem e identificam com maior frequência como mães, donas de casa, trabalhadoras, guerreiras e batalhadoras.

As duas primeiras identidades, mães e donas de casa, estão relacionadas com a colonialidade, ou seja, uma herança do colonialismo que permanece latente na vida das trabalhadoras rurais entrevistadas. Desde a época do Brasil Colônia, os filhos dos ex-senhores possuíam grande liberdade, inclusive sexual no ambiente da casa-grande, além de participarem, desde crianças, dos espaços de poder nos contextos públicos, bem como eram levados para a Europa para estudarem. Já as filhas mulheres eram rigidamente supervisionadas, exigindo-se delas posturas recatadas e submissas. Estudavam em escolas para moças onde aprendiam as atividades dos futuros papéis de esposas e mães. Quanto às mulheres negras, ex-escravas, essas eram responsáveis pelos afazeres domésticos da casa-grande, pelos cuidados com os(as) filhos(as) dos ex-senhores, assim como eram obrigadas a lhes prestarem serviços sexuais, ou seja, cabiam à elas atividades relacionadas ao âmbito doméstico e reprodutivo (ROSA, 2016).

No início do século XIX, período de manifestação da primeira onda dos feminismos no Brasil, as mulheres brasileiras viviam cercadas por preconceitos e estavam presas à uma

rígida indigência cultural (DUARTE, 2003). Tanto em famílias mais abastadas, como de classes populares, uma das principais preocupações quanto à educação das mulheres era ensinar-lhes a cozinhar e realizar outros afazeres domésticos (ALVES, 2012; MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015). Em pleno século XXI, as mulheres participantes desta pesquisa, que se reconhecem como mães e donas de casa, ainda permanecem presas aos mesmos preconceitos e à indigência cultural mencionados por Duarte (2003) e vivenciados desde o colonialismo.

Os reconhecimentos e identificação das entrevistadas como trabalhadoras, guerreiras e batalhadoras, remetem às suas trajetórias e aos contextos de desigualdades em que estão inseridas. Trajetórias essas, conforme apresentadas na subseção 6.1, de muitas dificuldades e lutas. Apesar de nenhuma das 14 entrevistadas participar de movimentos sociais de trabalhadoras rurais, elas lutam, batalham, cada uma ao seu modo, para conquistar seus espaços e objetivos.

Esses contextos de desigualdades em que as trabalhadoras rurais entrevistadas estão inseridas, a se iniciar pela desvalorização do rural em detrimento do urbano e da profissão de trabalhadoras rurais (KARAM, 2004), foram analisados na segunda categoria temática analítica: “Casa, trabalho e sociedade: espaços hierarquizados”, que engloba nosso segundo objetivo específico proposto: “Explorar, por meio das narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, os contextos em que estão inseridas e nos quais se manifestam as relações de gêneros”. Por meio das análises sobre esses contextos, entendemos que os contextos de desigualdades entre homens e mulheres ainda impera, representando uma herança do colonialismo, destacada nos trabalhos de Said (1989); Mignolo (1996); Quijano (2000); Gomes (2007); e Lugones (2014). O que se mostrou mais recorrente nas análises foram as percepções de uma sociedade que ainda discrimina e subordina as mulheres, a quem, em diversas situações, não é dado o direito de falar, se manifestar, sem que ajam julgamentos.

No ambiente de trabalho, apesar de algumas trabalhadoras afirmarem que não há preconceitos onde trabalham e que são respeitadas, por meio da ACD interpretamos que há sim preconceitos e falta de respeito, mas, que muitos são manifestados de maneira velada, o que leva as entrevistadas a acreditarem e adotarem práticas discursivas sobre serem valorizadas e reconhecidas tanto quanto os homens são no ambiente de trabalho. Conforme exemplos dados por algumas entrevistadas, ainda persistem as disparidades salariais entre homens e mulheres, assim como há a divisão sexual do trabalho, tratando-se de uma

hieraquização de espaços: há trabalhos para homens e trabalhos para mulheres, sendo o deles mais valorizados que o delas, corroborando a afirmação de Kergoat (2009).

No âmbito doméstico, a situação não é diferente, as 14 entrevistadas consideram os afazeres domésticos como responsabilidade das mulheres, logo, se os maridos ou filhos (homens) realizam algum desses afazeres é considerado por eles e elas como uma ajuda. Essa divisão foi naturalizada, homens e mulheres acabam por reproduzir esse discurso dominante de que as esferas reprodutivas são de responsabilidade das mulheres e as esferas produtivas de responsabilidade dos homens. Logo, se as mulheres realizam atividades no curral e na cafeicultura, que são, conforme as análises realizadas sugeriram, espaços de poder e subordinação, são também consideradas ajuda por elas e pelos homens.

Essas desigualdades manifestadas nas narrativas das trabalhadoras rurais entrevistadas estão carregadas de tensões resultantes da reprodução e naturalização de aspectos da herança colonial, a colonialidade, apresentados por meio de alguns estereótipos, que constitui nossa terceira configuração considerada presente nas relações de gêneros, analisada na terceira categoria: “Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade”. Essa categoria engloba nosso terceiro objetivo proposto: “Reconhecer e discutir as tensões entre vida social, pessoal e de trabalho das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, e como elas lidam com tais tensões.”

As análises dessas tensões apresentam relações diretas com os contextos e identidades também aqui analisados. Os contextos de desigualdades evidenciados estão saturados de reproduções de estereótipos, afetando as maneiras como as entrevistadas se reconhecem e identificam, uma vez que a maioria delas têm naturalizado essas desigualdades e estereótipos, assumindo-os para si e reproduzindo-os às outras mulheres.

A maioria das entrevistadas afirma não conseguir separar as atividades permitentes a alguns estereótipos criados pela sociedade desde o colonialismo, assumidos e reproduzidos por elas, como: mulheres devem ser donas de casa e mães. As tensões geradas por essas atividades representam uma sobrecarga de trabalho para as trabalhadoras rurais entrevistadas que assumem um dupla jornada de trabalho. Nesses contextos, interpretamos que, para as entrevistadas, a separação entre vida social, pessoal e de trabalho não é tão simples. Relacionadas a esses estereótipos e essa dupla jornada de trabalho, algumas das entrevistadas têm como principais expectativas para o futuro a aposentadoria.

As reproduções desses estereótipos acabam por estigmatizar as mulheres, neste caso, especificamente, as trabalhadoras rurais da cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro. Um

dos estereótipos mais recorrentes nas narrativas das entrevistadas, é o fato de essas serem responsabilizadas pelos afazeres domésticos; cuidar da casa e dos filhos. Outros estereótipos e elementos da colonialidade que, também, estiveram presentes nas narrativas das trabalhadoras rurais, são: mulheres não possuem força física como os homens; não devem assumir trabalhos considerados masculinos, como tratorista; bem como não devem opinar ou se manifestar, quem dita as ordens são os maridos e quem obedece as mulheres.

Encontramos alguns casos em que as entrevistadas desafiam alguns desses estereótipos, como as entrevistadas que querem estudar; aprender mais; e que trabalham operando máquinas. Em comum, as 14 entrevistadas estão desafiando o estereótipo, e herança colonial, de que “lugar de mulher é dentro casa”, uma vez que, todas elas, trabalham na área operacional da cafeicultura, sejam como empregadas ou na agricultura familiar, além de algumas desenvolverem também atividades na pecuária e na gestão do negócio.

Apesar de desafiá-los, algumas entrevistadas reproduzem esses estereótipos, reforçando a ideia da subordinação, presente em diferentes contextos desde o colonialismo, ou seja, as mulheres devem ser submissas aos homens, estando presas a um ciclo de dominação. Enquanto solteiras, vivem sob as ordens dos pais, e, após casar-se, devem ser submissas às ordens dos maridos, dedicando-se à casa, filhos e companheiros (ROSA, 2016).

Ao reproduzirem e naturalizarem os discursos dominantes, as entrevistadas, além de concordarem com a ideia da subordinação, estão reforçando a questão da subalternidade feminina. Nos casos das entrevistadas Lutadora e Batalhadora, são os maridos que dão as ordens no trabalho e elas acatam, sem manifestarem-se. Lúcia também enfatiza que, muitas vezes, as mulheres não se manifestam por receio de serem julgadas ou de julgarem os maridos por deixarem elas opinarem. Entendemos, dessa forma, que a ideia da subalternidade, herança do colonialismo, está também presente nos contextos em que as trabalhadoras rurais entrevistadas estão inseridas.

Tanto a criação quanto a reprodução dos estereótipos são potentes instrumentos para assegurar a dominação, uma vez que os colonizadores constroem os “outros” pelas diferenças de gêneros e raças, considerando-os mais aptos e melhores que outros. As críticas pós-coloniais se concentram em criar espaços para que os sujeitos subalternos possam falar por si. Por meio desta dissertação, buscamos atingir o propósito de criar esse espaço para que as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro falem por si.

Mediante as análises das narrativas das trabalhadoras rurais entrevistadas, entendemos que, nos contextos específicos que essas mulheres estão inseridas, o colonialismo apresenta

algumas fissuras, ou seja, apesar de, teoricamente, termos alcançado a independência, o colonialismo deixou marcas, como a colonialidade dos gêneros, a hierarquização dos espaços que devem ser ocupados por homens e por mulheres e a relação entre centro e periferia, sendo esta ocupada por elas.

As relações de gêneros encontradas se manifestam por meio da naturalização e reprodução de estereótipos; de desigualdades; diferenças de gêneros, raças e classes sociais, que estão presentes em seus cotidianos nos contextos do trabalho, ambientes domésticos e sociedade. Essas maneiras pelas quais são manifestadas, são naturalizadas e incorporadas nas práticas discursivas e sociais das próprias trabalhadoras que, em alguns momentos de suas narrativas, acabam por reproduzir os discursos dominantes e em outros os negam. Essas relações de gêneros são ditadas pelo poder que os homens e sociedade exercem sobre mulheres, tal como era no colonialismo.

Estamos contribuindo, por meio desta pesquisa, em termos teóricos, sociais e práticos. Como contribuição teórica, abordamos os seguintes aspectos principais:

Conforme apontado nas justificativas deste trabalho, há uma lacuna nas produções científicas quanto aos trabalhos sobre as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro. Nas pesquisas realizadas em três bases de dados – CAFE/CAPES; SPELL; e SciELO – não foram encontrados trabalhos que as tenham considerado como sujeitos de pesquisa. Dessa forma, esta dissertação contribui para o preenchimento dessa lacuna, uma vez que as participantes desta pesquisa foram as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.

Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016), conforme mencionado anteriormente, apontam outras duas lacuna nas produções científicas: a) A baixa quantidade de trabalhos que abordam, em conjunto, a temática gêneros em contextos rurais; e b) A necessidade de pesquisas que preencham a lacuna anterior adotando teorias feministas na constituição das abordagens teóricas e metodológicas. Ao termos abordado neste trabalho as relações de gêneros, considerando os contextos rurais da cafeicultura, e, adotando a perspectiva teórico-metodológica pós-colonial, contribuimos para o preenchimento dessas duas lacunas apontadas.

Esta dissertação aprofunda nos conhecimentos sobre os estudos de gêneros, no Brasil, no campo da Administração, especificamente no campo dos Estudos Organizacionais, ao mostrar como a análise pós-colonial revela as maneiras como os sujeitos pós-coloniais, neste caso, as trabalhadoras rurais na cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro, por vezes

reforçam o discurso dominante, ora o negam. Por meio das análises das narrativas das entrevistadas exploramos algumas fissuras do colonialismo, ou seja, marcas de um passado colonial que ainda estão presentes nas relações e nos contextos em que as trabalhadoras rurais entrevistadas estão inseridas, como a colonialidade dos gêneros, a hierarquização dos espaços, a subalternidade, submissão e dominação.

Quanto à contribuição social, este trabalho possibilitou conhecer quem são as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, que prestam serviços nos Municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo; além de contribuir com o reconhecimento do trabalho desenvolvido por elas. Ao apresentar as análises e resultados encontrados, contribuimos para a promoção de reflexões no que tange à necessidade da decolonização, ou seja, buscar transcender a herança do colonialismo que ainda persiste, bem como a busca pelas equidades de gêneros na atividade cafeeira.

Outra contribuição social que destacamos está diretamente relacionada às trabalhadoras rurais entrevistadas. Durante a realização das entrevistas, percebi que alguns dos questionamentos fizeram aflorar nas entrevistadas sentimentos de alegria e tristeza, bem como momentos de reflexão. Ao falar sobre os(as) filhos(as), suas falas ganhavam um tom de alegria, sendo o momento em que mais sorrisos pude ver. Narrar quais são suas expectativas para o futuro trouxe uma entonação de vozes que sugeriu um misto de alívio (ao falar da espera pela aposentadoria, por exemplo); e de esperança (ao falar sobre um novo emprego; a mudança para outra cidade etc.).

Narrar suas trajetórias foi o momento em que todas as 14 entrevistadas assumiram um semblante de tristeza, o tom de voz era mais baixo, em alguns casos, notei que lágrimas vieram aos olhos das trabalhadoras rurais. Momentos de reflexão também estiveram presentes nas entrevistas. Maria Tereza, por exemplo, ao contar como é sua rotina no trabalho, em um instante de pausa, retoma sua fala com um tom de voz que sugere dúvida, dizendo que nunca tinha parado para pensar porque ela é a única mulher na fazenda que trabalha na cafeicultura. Maria Aparecida, ao falar sobre como ela percebe a sociedade, diz não haver mais diferenças entre homens e mulheres, mas, ao parar por um instante sua fala, ela diz que em casa são apenas as mulheres que cuidam dos afazeres domésticos. Diante dessas exposições, entendemos, então, que esta dissertação contribuiu, também, para promover reflexões nas trabalhadoras rurais quanto às suas condições, e aos contextos em que estão inseridas.

Como contribuição prática, ao ter criado um espaço para que as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro narrem suas trajetórias; como se reconhecem; os

contextos em que estão inseridas; bem como as tensões existentes entre vida social, pessoal e de trabalho, nossa pesquisa, poderá contribuir com a formulação de possíveis políticas públicas que atendam às suas necessidades e demandas, além de poder contribuir com mudanças na postura gerencial das fazendas, de maneira a tentar promover uma equidade de oportunidades na cafeicultura.

Entre as limitações encontradas ao longo dos percursos seguidos para a construção desta pesquisa, destacamos os poucos trabalhos na área de Administração que relacionam gêneros, gestão e pós-colonialismo. Essa lacuna dificulta um dos aspectos da perspectiva pós-colonial, que é a desconstrução da produção colonial, conforme Calás e Smircich (1999) afirmam. Outra limitação está relacionada à utilização da entrevista narrativa. De acordo com Jovchelovitch e Bauer (2008) a adoção desse tipo de entrevista apresenta duas fraquezas: a) as expectativas dos(as) informantes que podem levantar dúvidas sobre o forte argumento da não-diretividade da entrevista narrativa, e b) as regras exigidas para a realização da entrevista, que definem-a como um tipo ideal, poucas vezes alcançado. A realização das entrevistas com as trabalhadoras rurais foi inspirada nas etapas propostas por Jovchelovitch e Bauer (2008), mas, não foram seguidas fielmente, justamente, por acharmos pouco provável o alcance desse tipo ideal, o mesmo também se aplica ao modelo tridimensional da ACD, proposto por Fairclough (2001), utilizado para a análise das entrevistas.

Outra limitação, desta vez relacionada à ida a campo, implicar em contornar a timidez de algumas das entrevistadas durante a realização das entrevistas. Houveram casos em que, ao questioná-las sobre como eram suas relações no ambiente de trabalho, as entrevistadas davam respostas como “É boa”. Nessas situações, tentei encorajá-las, fazendo a mesma pergunta de uma outra maneira, por exemplo, buscando deixá-las confortáveis e tentando contornar a timidez para que conseguissem desenvolver suas narrativas. Em alguns casos essa tentativa foi bem sucedida, em outros, não.

Outras dificuldades relacionadas à realização das entrevistas que menciono são: o acesso aos locais escolhidos pelas entrevistadas para a realização das entrevistas, pois, todas foram realizadas nas fazendas em que as trabalhadoras rurais moram e/ou trabalham nos municípios de Carmo do Paranaíba, Patrocínio e Monte Carmelo, especificamente, em suas casas e nas lavouras de café durante seus horários de trabalho. Destaco, também, a dificuldade em chegar até os locais indicados para realizar as entrevistas e as trabalhadoras rurais não mais se disponibilizarem a participar da pesquisa. A quantidade de três municípios participantes pode também ser considerada como um fator limitante.

Como desdobramentos futuros desta pesquisa, sugerimos, como base nas limitações acima apontadas, estudos que abordem outros espaços, sejam outros municípios e/ou regiões, como a região Sul de Minas, que é a maior região produtora de café em Minas Gerais, sendo possível realizar uma comparação com os resultados aqui encontrados. Também sugerimos que outras atividades possam ser escolhidas, mas que continuem a ser analisadas com base na teoria pós-colonial, ou outras abordagens críticas. Uma sugestão são as trabalhadoras rurais no corte de cana que, segundo narrativa da Batalhadora I, sofrem com as desigualdades de gêneros. Outra sugestão é utilizar o método História de Vida para a reunião do material empírico.

Essas são algumas das nossas sugestões, mas, deixamos aqui o nosso convite para a reconstrução, seja por meio das revelações aqui não expostas, das contradições ou ambiguidades que permanecem nas entrelinhas desse conjunto de narrativas reveladas por aquelas que falaram por si e se fizeram ouvir. Que esta gota (nossa pesquisa), em um mar imenso, seja capaz de se avolumar e se reunir à outras gotas para contribuir com a formação da próxima onda... uma onda que seja capaz de levar nosso barco, o barco de nós mulheres, e, especialmente das mulheres trabalhadoras rurais, até a conquista de seus espaços e objetivos.

APÊNDICE A – Tópico guia para entrevista narrativa

Identificação da entrevistada

Como você gostaria de ser identificada? (nome fictício)

Qual sua idade?

Raça/Etnia: Com

o você se reconhece/identifica?

Gênero: Como você se reconhece/identifica?

Qual seu estado civil?

Você é mãe? Quantos filhos?

Qual sua escolaridade?

Qual sua profissão?

Qual sua cidade natal?

Qual sua cidade atual?

Quantas pessoas moram com você? Qual seu grau de parentesco com elas?

Você participa de algum movimento das trabalhadoras rurais?

Quadro 16 - Questionamentos

(continua)

Objetivo/Objetivos Específicos	Questões	Autores
Analisar como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais, na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro	Como são suas relações no ambiente de trabalho com colegas, dono(a) da fazenda e demais envolvidos?	Beauvoir (1970); Scott (1995); Calás e Smircich (1999); Butler (2003); Silva e Ribeiro (2004); Sales (2007) Kergoat (2009); Tong (2009) e Hirata (2015)
	<u>(Caso a informante não more sozinha)</u> Como é sua relação com as outras pessoas que moram em sua casa?	
Conhecer quem são as mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro	Como você se identifica/reconhece?	Teles (1999); Matos (2009); Guimarães, Brito e Barone (2016)
	Como você se identifica/reconhece perante a sociedade?	
	<u>(Caso cidade natal e atual sejam diferentes)</u> Como você chegou até a atual cidade em que está?	
	Como foi sua trajetória até chegar aqui (em termos pessoais, profissionais e sociais)?	

Quadro 15 – Questionamentos

(conclusão)

Objetivo/Objetivos Específicos	Questões	Autores
<p>Explorar, por meio das narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, os contextos em que estão inseridas e nos quais manifestam-se as relações de gênero</p>	<p>- Como você percebe a sociedade com a qual convive?</p>	<p>Garcia (2002); Deere (2004); Silva e Ribeiro (2004); Sales (2007); Scott e Cordeiro (2013); Maciazeki-Gomes et al. (2016)</p>
	<p>- Como é sua rotina diária em casa?</p>	
	<p>- Como você percebe o ambiente em que trabalha?</p>	
	<p>- Como é sua rotina diária de trabalho na fazenda de café?</p>	
	<p>- Como é a dinâmica na casa em que você mora?</p>	
<p>Reconhecer e discutir as tensões entre vida social, pessoal e de trabalho das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, e como elas lidam com tais tensões.</p>	<p>- Como é para você conciliar a rotina diária no trabalho, em casa e sua vida social?</p>	<p>Brumer (2004); Costa, Dimenstein e Leite (2014)</p>
	<p>- Como suas expectativas para o futuro (em termos pessoais, profissionais e sociais)?</p>	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da leitura bibliográfica

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada para colaborar com a pesquisa intitulada: “Narrativas de trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro: explorando as fissuras do colonialismo”, desenvolvida pela aluna Fernanda Junia Dornela, do Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da professora Dra. Cintia R. O. Medeiros, cujo objetivo é analisar como as relações de gênero manifestam-se nas narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, tendo a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Autorizo que a entrevista seja gravada e, posteriormente, transcrita para futura análise, sendo minha colaboração de maneira anônima, utilizando um codinome de minha escolha. O acesso e a análise das entrevistas se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Fui ainda informada de que posso me retirar desta pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Observação: Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas por meio dos seguintes contatos: Telefone: (34) 3239-4525/ fernanda.dornela@ufu.br e cintia@ufu.br.

Uberlândia, _____ de _____ de 2017.

Mestranda: Fernanda Junia Dornela

Orientadora: Profa. Dra. Cintia R. O. Medeiros

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

_____, ____ de _____ de 2017.

(Assinatura da Participante)

REFERÊNCIAS

ABID, M. E.; MIRANDA, D. S. Em busca da plena inserção das mulheres na sociedade brasileira. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p. 13-14, 2013.

ACKER, J. Inequality Regimes: Gender, Class, and Race in Organizations. **Gender & Society**, vol. 20, n° 04, p. 441-464, 2006. <https://doi.org/10.1177/0891243206289499>

AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de Sociologia**, vol. 21, n° 41, p. 273-289, 2016.

ALIANÇA INTERNACIONAL DAS MULHERES DO CAFÉ BRASIL. **IWCA BRASIL**. Disponível em: <<http://www.iwcabrasil.com.br/iwca>>. Acesso em: 03 jun 2017.

ALMEIDA, B. **Cafeicultura eleva Patrocínio ao topo do ranking do Cadeg em MG em maio**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/07/agropecuaria-eleva-patrocínio-ao-topo-do-ranking-do-caged-em-mg.html>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

ALMEIDA, S. R. G. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**, vol. 21, n° 2, p. 689-700, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200019>

ALVAREZ, S. E. **Engendering Democracy in Brazil**: Women's Movements in Transition Politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n° 43, p. 13-56, 2014.

ALVES, A. E. S. A formação e o trabalho das mulheres: análises a partir de estudos de caso no Brasil. **Innovación Educativa**, n° 22, p. 241-253, 2012.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Ed. Abril cultural; Brasiliense, 1985.

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Estudos Feministas**, vol. 24, n° 2, p. 629-638, 2016. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, p. 227-266, 1999.

ANDRADE, L. F. S.; MACEDO, A. S.; OLIVEIRA, M. L. S.. A Produção Científica em Gênero no Brasil: Um Panorama dos Grupos de Pesquisa de Administração. **Revista de**

Administração Mackenzie, vol. 15, n° 16, p. 48-75, 2014. <https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n6p48-75>

ASHCROFT, B. Intersecting marginalities: post-colonialism and feminism. **Kunapipi: Journal of Postcolonial Writing**, Wollongong, vol. 11, n° 2, p. 23-35, 1989.

_____.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. Feminism and Post-Colonialism. In: _____. **Post-Colonial Studies: The Key Concepts**. New York: Routledge, 2 ed., p. 93-96, 2007.

_____. General Introduction. In: _____ (eds). **The Post-Colonial Studies Reader**. New York: Routledge, 1995.

ÁVILA, M. B. M. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p. 231-245, 2013.

BAHRI, D. **Introduction to Postcolonial Studies**. 1996. Disponível em: <<http://www.emory.edu/ENGLISH/Bahri/Intro.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BALLESTRIN, L. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 11, p. 89-117, 2013.

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol. 20, n° 2, p. 160-183, 2015.

BARBOSA, G. S.; LAGE, A. C. Reflexões sobre o movimento feminista na América Latina. **Revista Lugares de Educação**, vol. 5, n. 11, p. 92-103, 2015. <https://doi.org/10.18788/2237-1451/rle.v5n11p92-103>

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Diferença salarial e aposentadoria dos professores do ensino fundamental. **Economia Aplicada**, vol.16, n° 1, p.77-104, 2012.

BENTO, M. A. S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, vol. 3, n° 2, p. 479-488, 1995.

BERTERO, C.; CALDAS, M.; WOOD JR. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 3, n° 1, p. 147-182, 1999. <https://doi.org/10.1590/S1415-65551999000100009>

BERWANGER, J. **Segurado Especial**: o conceito jurídico para além da sobrevivência individual. Curitiba: Juruá, 2013.

BHABHA, H. K. O pós-colonial e o Pós-Moderno: a questão da agência. In: _____. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, p. 239-273, 1998.

BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**, vol. 01, n° 01, p. 198-210, 2015.

BUDGEON, S. The Dynamics of Gender Hegemony: Feminities, Masculinities and Social Change. **Sociology**, vol. 48, n° 2, p. 317-334, 2014. <https://doi.org/10.1177/0038038513490358>

BUTLER, J. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: _____. tradução, Renato Aguiar. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 17-60, 2003.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological, Methods & Research**, vol. 10, n° 2, p. 141-163, 1981. <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>

BRUMER, A. Previdência Social Rural e Gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 4, n° 7, p. 50-81, jan./jun., 2002. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000100003>

_____. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, vol. 12, n° 1, p. 205-227, 2004.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, vol.37, n° 132, p. 537-572, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>

CAFÉ POINT. **Josiane Cotrim Macieira**. Disponível em:<<https://www.cafepoint.com.br/mypoint/235322>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; *et al* (eds.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. SP: Ed. Atlas, p. 276-314, 1999.

CALDAS, M.; ALCADIPANI, R. Post-colonialism in latin american management: the genesis and trail of north american reference in brazilian culture and management. In: **INTERNACIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE**, 3, 2003, Manchester. Proceedings...Manchester: UMIST, 2003.

CAMARGOS, M. C. S.; RIANI, J. L. R.; MARINHO, K. R. L. Mercado de Trabalho e Gênero: uma análise das desigualdades em Minas Gerais. **Pretexto**, vol. 15, n° 2, p. 41-57, 2014.

CAPRIOLI, M. Primed for violence: the role of gender inequality in predicting internal conflict. **International Studies Quarterly**, n° 49, p. 161-178, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.0020-8833.2005.00340.x>

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, vol. 17, n° 49, p. 117-132, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

CARVALHAES, F. F. MANSANO, S.R.V. Mulheres e lutas políticas: conquistas e limites vividos na segunda metade do século XX. **INTERthesis**, vol. 13, n° 2, p. 141-164, 2016. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n2p141>

CARVALHO, M.P.; PINTO, R.P. (orgs). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**, vol.45, n° 1, p. 70-83, 2010. [https://doi.org/10.1016/S0080-2107\(16\)30510-6](https://doi.org/10.1016/S0080-2107(16)30510-6)

CERCHIARO, I.; AYROSA, E. A. T.; ZOUAIN, D.M. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em Administração. **Cadernos EBAPE**, vol. 7, n° 4, p. 650-664, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000400009>

COLLINS, P. H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Safra 2016. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Café**, vol. 3, n. 4, p. 1-77, 2016.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. O Feminismo no Brasil: Uma (Breve) Retrospectiva. In: _____ (orgs.). **O Feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, p. 23-47, 2008.

_____. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P. M.; et al. (orgs.). **Revista Gênero**, 2013.

COSTA, M. G. S. G.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia**, vol. 19, n° 2, p. 145-154, 2014.

COSTA, S. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, p. 117-134, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000100007>

CORRÊA, M. Do Feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n° 16, p. 13-30, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100002>

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p. 47-61, 2013.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F.M. **Pesquisa narrativa**: Experiência e História em Pesquisa Qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2 ed. rev. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, 2002.

CYFER, I. Afinal o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “A questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova**, n° 94, p. 41-77, 2015.

CYPRIANO, B. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Estudos Feministas**, vol. 21, n° 1, p. 11-39, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100002>

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão**, ano XIV, n° 25/26, p. 323-344, 2011.

DEERE, C.D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, vol. 12, n° 1, p. 175-204, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>

DI SABBATO, A. et al. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

DUARTE, C. L. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, vol. 17, n° 49, p. 151-172, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>

DUFT, D. **O que é um talhão?** Disponível em: <<http://inteliagro.com.br/o-que-e-talhao/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Cafeicultura brasileira bate recorde histórico em 2016. **Revista Safra**, 2017. Disponível em: <<http://revistasafra.com.br/cafeicultura-brasileira-bate-recorde-historico-em-2016/>>. Acesso em: 13 fev.2017.

_____. **Produção brasileira de café em 2016 está estimada em 49,67 milhões de sacas**. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/noticias-rss/-/asset_publisher/HA73uEmvroGS/content/id/12830601>. Acesso em: 07 abr. 2017.

EXPOCACCER COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **Cafés**. 2016. Disponível em: <<http://www.expocaccer.com.br/cafecerrado.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

FANON, F. Da Violência. In: _____. **Os condenados condenados da terra**. Tradução: José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 24-74, 1968.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **Região do Cerrado Mineiro**. 2016. Disponível em: <<http://www.cerradomineiro.org/index.php?pg=regiao#group1>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **Federação e seu papel**. 2016. Disponível em: <<http://www.cerradomineiro.org/index.php?pg=regiao#group5>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **Denominação de origem**. 2016. Disponível em: <<http://www.cerradomineiro.org/index.php?pg=denominacaodeorigem#group1>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

FERNANDES, D. A. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Estudos Feministas**, vol. 24, n° 3, p.691-713, 2016. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p691>

FIGUEIREDO, M. A. Feminismo no Brasil: Retrospectivas. In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. **O Feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, p. 51-68, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. (Tradução: Sandra Netz) 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, D.H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. **Violência doméstica contra mulheres**: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, vol. 24, n° 2, p. 307-314, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 29 ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, M. F. Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra: Interlocação entre Gênero, Trabalho e Território. **Revista Pegada Eletrônica**, vol. 3, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (eds.). Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 29, n° 2, p. 433-447, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>

GOMES, H. T. Quando os outros somos nós: o lugar da crítica Pós-Colonial na universidade brasileira. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, vol.29, n° 2, p. 99-105, 2007.

GOMES, R.C.M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M.J.F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, vol. 28, n° 1, p. 115-124, 2016. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p115>

GONÇALVES, E. et al.. Feminismos, trabalho e ação coletiva: teorias, pesquisas e práticas sociais. Mulheres . In: TRÓPIA, P. V. et al. (orgs.). **Trabalhadoras: (in) visíveis?**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, v. 1, p. 19-38.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Estudos Sociais Hoje**, Brasília: ANPOCS, p. 223- 244, 1984.

GUILANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. de; BARONE, L. S. Mercantilização no Feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 31, n° 90, p. 17-39, 2016. <https://doi.org/10.17666/319017-38/2016>

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 27, n° 3, p. 709-732, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000300014>

GRÃO GOURMET. **Mulheres do Café Movimentam Cafeicultura Brasileira**. 2016. Disponível em: <<https://www.graogourmet.com> >. Acesso em: 10 jun. 2016.

HAWKESWORTH, M. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. **Estudos Feministas**, vol. 14, n° 3, p. 737-763, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300010>

HEREDIA, B. M. A. ; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural. **Revista Nera**. n° 8, jan/jun, p. 1-28, 2006.

HIGA, F.C. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas fases da mesma moeda? **Revista Direito GV**, vol. 12, n° 2, p. 484-515, 2016. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201620>

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, vol. 26, n° 1, p. 61-73, 2014.

_____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n.7, 2015.

HOOKS, B. **Feminist theory: from margin to center**. Boston, MA: South and Press, 1995.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from margins. **Organization**, vol. 13, n° 4, p. 463-488, 2006. <https://doi.org/10.1177/1350508406065851>

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 30, n° 2, p. 357-366, 2010.

JACKSON, S. Women's studies, gender studies and feminism. **Discover Society**. 2016. Disponível em: < <http://discoversociety.org/2016/03/01/womens-studies-gender-studies-and-feminism/>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

JOHNSON, R. R. Rape and Gender Conflict in a Patriarchal State. **Crime & Delinquency**, vol. 60, n° 7, p. 1110-1128, 2014. <https://doi.org/10.1177/0011128713480656>

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. . Entrevista Narrativa. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). Petrópolis: Vozes, 7 ed., p. 90-113, 2008.

LAZARUS, N. What postcolonial theory doesn't say. **Race & Class**, Thousand Oaks, vol. 53, nº01, p.7-19, 1994.

LEMOS, R. O. Mulheres Negras marcham em 2015 pelo bem viver. **Revista SER Social**, vol. 17, nº 36, p. 207-224, 2015.

_____. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressão. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 185, p. 12-25, 2016.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 25, nº 2, p. 233-249, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000200003>

LIMA, G. S.; et al. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Revista Pretexto**, vol. 14, nº 4, p. 65-80, 2013.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres Protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, vol. 16, nº 3, p. 871-887, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300013>

LOPES, I. O caminho da invisibilidade ao empoderamento feminino. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p. 393-401, 2013.

LOURO, G. L. A Emergência do Gênero. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista** In: _____. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 14-36, 1997.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, vol. 22, nº 3, p. 935-952, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MACEDO, A. G. **Pós-feminismo**. **Estudos Feministas**, vol. 14, nº03, p. 813-817, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300013>

MACHADO, I. J. R. . Reflexões sobre o pós-colonialismo. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, vol. 44/45, nº. jan/jul, 2004.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia e Saúde**, vol. 28, nº. 1, p. 115-124, 2016.

_____.; et al. Participação Política e Subjetividade: Narrativas de vida de trabalhadoras rurais no Sul do Brasil. **Psico**, vol. 47, nº 2, p. 148-158, 2016.

MADALOZZO, R.; ARTES, R. Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 47, n° 163, p. 202-221, 2017.
<https://doi.org/10.1590/198053143666>

_____; MARTINS, S.R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudos Feministas**, vol. 18, n° 2, p. 547-566, 2010.

MATOS, M. I. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: MELO, H. P. M.; *et al.* (orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, p. 276-289, 2009.

MAYORGA, C.; et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Estudos Feministas**, vol. 21, n° 2, p. 463-484, 2013.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200003>

MELO, I. F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, n° 11, p. 1-18, 2009.

MENDES, B. C.; QUINZANI, S. S. P.; MARQUES, A. Processo de regionalização gastronômica: vantagem ou desvantagem? **Revista Hospitalidade**. São Paulo, vol. XI, n° 1, p. 90-106, jun. 2014.

MENDES, M.F.; et al. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Estudos Feministas**, vol. 22, n° 1, p. 71-89, 2014.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100005>

MENDES, R.S; VAZ, B.J.O.; CARVALHO, A. F. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Gênero & Direito**, n°3, p. 88-99, 2015.

MENEZES, R. S. S.; SILVA, F.D.; KATAGIRI, K. A. Mulheres no Contexto Rural: Discursos sobre Feminilidades de Mulheres que atuam na Gestão do Agronegócio. In: CARRIERI, A.P.; TEIXEIRA, J.C.; NASCIMENTO, M.C. (orgs.). **Gênero e Trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: Edufba, 2016.

MIGNOLO, W. D. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: STEPHAN, B. (Org.). **Cultura y tercer mundo**. Caracas Editorial Nueva Sociedad, 1996.

_____. **Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MILLS, A. J. Organization, Gender and Culture. **Organization Studies**, vol. 9, n° 3, p. 351-369, 1988. <https://doi.org/10.1177/017084068800900304>

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Café no Brasil**. 2016. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe/saiba-mais> >. Acesso em: 01 jun. 2016.

MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, A.M.F. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **Dados**, vol. 58, n° 3, p. 749-789, 2015. <https://doi.org/10.1590/00115258201558>

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis**, vol.2, n° 28, p. 39-56, 2014.

NAZARETH, G. R. . **Mulheres do Café articulam pesquisa e publicação colaborativa**. Disponível em:

<http://www.redepeavirus.com.br/redes/form/post?topico_id=61146>. Acesso em: 27 jun. 2016.

NICHOLSON, L. **Feminism/posmodernism**. New York: Routledge, 1990.

_____. Interpreting Gender. **Sings**, vol. 20, p. 79-105, 1994.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território Café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 49, n° 03, p. 771-800, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032011000300010>

PEDRO, E. A análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. **Análise crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, p. 19-46, 1997.

PEZZODIPANE, R.V. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Simbiótica**, vol.único, n° 3, p. 87-97, 2013.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Sociologia Política**, Curitiba, vol. 18, p. 15-23, jun. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>

PIOSIADLO, L.C.M.; FONSECA, R.M.G.S.; GESSNER, R. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, vol. 18, n° 4, p. 728-733, 2014.

PISCITELLI, A. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Revista Contemporânea**, vol. 3, n° 2, p. 377-404, 2013.

PRAKASH, G. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, vol. 99, n° 5, p. 1475-1490, 1994. <https://doi.org/10.2307/2168385>

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, Santa Cruz, vol. 6, n°02, p. 342-386, 2000.

RESENDE, V.M.; RAMALHO, V.C.V.S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, vol. 05, n° 01, p. 185-207, 2004.

RICOLDI, A.; ARTES, A. **Mulheres no ensino superior brasileiro**: espaço garantido e novos desafios. *Ex aequo*, n° 33, p. 149-161, 2016.

RIOS, R.R.; SILVA, R. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16, p. 11-37, 2015.

ROSA, A. R.. Gênero e pós-colonialismo. In: CARRIERI, A.P.; TEIXEIRA, J.C.; NASCIMENTO, M.C. (orgs.). **Gênero e Trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais. Salvador: Edufba, p. 57-94, 2016.

_____.; ALCADIPANI, R. A Terceira Margem do Rio dos Estudos Críticos Sobre Administração e Organizações no Brasil: (Re) Pensando a Crítica a partir dos Pós-Colonialismo. **Administração Mackenzie**. Vol. 14, nº 6, nov/dez, p. 185-215, 2013.

_____.; MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO JR.; V. M. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia no interior de Minas Gerais. **Cadernos EBAPE BR**, vol. 10, nº 2, p. 393-410, 2012.

SAFFIOTI, H. B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, E. (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAID, E. W. Representing the Colonized: Anthropology's Interlocutors. **The University of Chicago Press Journals**, vol. 15, nº 2, p. 205-225, 1989. <https://doi.org/10.1086/448481>

SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**. Vol. 15, nº 2, p. 437-443, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>

SALVARO, G.I.J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, vol. 22, nº 1, 2014.

_____. “Mulheres Agricultoras” e “Mulheres Camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, vol. 25, nº 1, p. 79-89, 2013.

SARTI, C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, nº 64, p. 38-47, 1988.

SANTOS, C. M. M. S.; TANURE, B.; CARVALHO NETO, A. M. Mulheres executivas brasileiras: o teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**, vol. 16, nº 3, p. 56-75, 2014.

SANTOS, E. I. **A contribuição dos estudos de Gênero**. 2016. Disponível em:<http://www.comfor.unifesp.br/wpcontent/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod2/GDE_mod2_semana3.pdf> . Acesso em: 27 jun. 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América- Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 46, nº 1, p. 18-27, jan./abr., 2010.

SCHMIDT, R. T. Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos Feministas**, vol. 14, n° 3, p. 765-799, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300011>

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n°20, jul./dez., p.71-99, 1995.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R. M. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados**: uma década de mudanças na opinião pública. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p.129-139, 2013.

SERVA, M. A importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica. **Revista de Administração Pública**, vol. 26, n°4, p. 128-144, 1992.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

Associativismo: entenda a diferença entre associação e cooperativa. 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SILVA, M. Identidades subalternas: Edad, clase, género y consumos culturales. **Última Década**, vol. 19, n° 35, p. 145-168, 2011.

SILVA, M. A. M. M.; RIBEIRO, Á. E. M. As mulheres de Cachoeirinha: família, produção e gênero numa comunidade rural do Sul Mineiro. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 6, n° 2, 2004.

SILVA, M. C. F. **Marcha das Margaridas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SILVA FILHO, L.A.; QUEIROZ, S.N.; CLEMENTINO, M.L.M. Mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. **Mercator**, vol. 25, n° 2, p. 37-54, 2016. <https://doi.org/10.4215/RM2016.1502.0003>

SOUSA, L. P.; GUEDES, D.R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, vol. 30, n° 87, p. 123-140, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>

SOUZA, C. A. S.; FREITAS, R. C. S. Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do Sul de Minas Gerais. **Revista uniabeu**, vol. 8, n° 18, 2015.

SPIVAK, G. C. Foreword: Upon Reading the Companion to Postcolonial Studies. In: SCHWARZ, H.; RAY, S. (eds.). **A companion to Postcolonial Studies**. Oxford: Blackwell, p. xv-xxii, 2000.

_____. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STERNBACH, N. S. et al. **Feministas na América Latina**: de Bogotá a San Bernardo. *Revista Estudos Feministas*, n° 2, p. 255-296, 1994.

SCHWARTZ, S. The Iberian Atlantic to 1650. In: CANNY, N.; MORGAN, P. (ed.). **The Oxford handbook of the Atlantic World: 1450-1850**. Oxford: Oxford University Press, p. 147-164, 2011.

TAYLOR, C. Latin American. In: MCLEOD, J. (ed.). **The Routledge companion to postcolonial studies**. London: Routledge, p. 46-58, 2007.
https://doi.org/10.4324/9780203358085_chapter_4

TEDESCHI, L. A.; COLLING, A.M. Os Direitos Humanos e as Questões de Gênero. **História Revista**, vol. 19, n° 3, p. 33-58, 2014.

TELES, M. A. A. Trabalhadora Rural. **Breve História do Feminismo no Brasil**. In: _____. São Paulo: Brasiliense, p. 139-142, 1999.

TEIXEIRA, J. C. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

_____. Capítulo de encerramento (que, no entanto, nada encerra). In: CARRIERI, A.P.; TEIXEIRA, J.C.; NASCIMENTO, M.C. (orgs.). **Gênero e Trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais. Salvador: Edufba, p. 339-359, 2016.

_____.; CAPPELLE, M.C.A.; OLIVEIRA, M.L.S. Feministas? Não, femininas! Analisando visões sobre o feminismo, no discurso de mulheres que vivenciaram o auge do movimento feminista brasileiro. **Sociais e Humanas**, vol. 25, n° 01, p. 75-97, 2012.

TONELI, M. J. F.; ADRIÃO, K. G.; PERUCCHI, J.. Gender and Feminism: Theoretical-Epistemological Considerations and Methodological Impacts. **Psicologia & Sociedade**, vol. 25, n° especial, p. 13-22, 2013.

TONG, R. **Feminist Thought**: A More Comprehensive Introduction. 3 ed. Philadelphia: Westview Press, 2009.

TRIPPIA, L. M.; BARACAT, E. M. A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas. **Revista Eletrônica do Tribunal do Trabalho da 9ª Região**, vol. 3, n° 32, p. 26-38, 2014.

TRIVIÑOS, A.N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. **Previdência Rural**: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Brasília: Ipea, 2016.

VAN DER SCHAAF, A. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, n° 10, p. 412-442, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200014>

VARELA, D. M. F. A violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 8, n° 2, p. 29-30, 1988. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931988000200010>

VIGOYA, M. V. **Un diálogo con el Black Feminism, partiendo de nuestras propias preguntas**. 2010. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/publique/media/Un_dialogo_con_el_Black_Feminism.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura ôrgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, vol. 12, n° 1, p. 303-320, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100016>

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora Unesp, p. 67-76, 2009

WODAK, R. What CDA is about: a summary of its history, important concepts and its analysis. In: WODAK, R. (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, p. 1-13, 2001